

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE  
PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**CARMEN ROSANE PEREIRA DA SILVA COSTA**

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL SOBRE A  
VIOLÊNCIA:**

**“Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade  
do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro  
2024

CARMEN ROSANE PEREIRA DA SILVA COSTA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL SOBRE A  
VIOLÊNCIA:**

**“Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade  
do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Luis Régis Coli

Rio de Janeiro  
2024

## CIP - Catalogação na Publicação

C837c Costa, Carmen Rosane Pereira da Silva  
A construção da memória social sobre a violência:  
"Mulheres da Paz" e as Unidades de Polícia  
Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro / Carmen  
Rosane Pereira da Silva Costa. -- Rio de Janeiro,  
2024.  
161 f.  
  
Orientadora: Luis Régis Coli Silva Júnior.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e  
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós  
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.  
  
1. Memória Social. 2. Políticas Públicas. 3.  
Planejamento Urbano. 4. Segurança Pública. 5.  
Violência Estatal. I. Silva Júnior, Luis Régis Coli  
, orient. II. Título.

CARMEN ROSANE PEREIRA DA SILVA COSTA

## **A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA:**

**“Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade  
do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento  
Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Mestre em  
Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: 28/11/2024

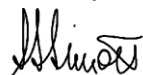
### **BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 LUIS REGIS COLI SILVA JUNIOR  
Data: 04/02/2025 15:50:02-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Luis Régis Coli - Orientador  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 GISELLE MEGUMI MARTINO TANAKA  
Data: 07/02/2025 14:20:35-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Tanaka  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraya Simões

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Rio de Janeiro  
2024

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelas inúmeras vezes que soprou em mim o ânimo, que me acalentou quando o cansaço e a angústia tentaram me abater. Foi uma jornada longa, repleta de percalços e desafios, mas que agora ao olhar para trás sinto a realização de ter chegado ao fim deste trabalho.

Agradeço à família, aos meus filhos Sara Monique, Marco Antônio e Fernanda, em especial ao meu companheiro Marcos Costa e a filha caçula, Fernanda Costa, pelas palavras de incentivo: “Bora, Mãe! Não desanime!”

Agradeço pelos presentes que ganhei desde o ano de 2019 quando ingressei na turma de Especialização “Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais- CPUMS”. Amizades que permanecem e compõem este trabalho. Cada integrante da turma, todos têm uma participação especial na rede de construção. Obrigada!

Agradeço a todos que me ajudaram e disponibilizaram tempo em mediar contatos, realizar articulações e conceder entrevistas. Sem vocês essa dissertação não seria possível: Elisete Napoleão, coordenadora regional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e uma das lideranças da Ocupação Manoel Congo; Xaolim da Rocinha; Sr. Cuca, do Morro da Coroa; Cleber Araújo, da TV Tagarela da Rocinha; Luciana Sabino, Assistente Social; Mestre Paulão KiKongo, Mestre de Capoeira e Doutorando em Memória Social pelo PPGMS UNIRIO; Monique Bonifácio; Renan de Oliveira; Márcio Santos; Juiana Nascimento Avelino; Cris Lacerda, pessoa não binária, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, educadora e ativista LGBTQIA+; Elizabeth Bezerra, do Movimento SOS Vargens; aos parceiros das conversas hilárias e revigorantes durante o percurso do ônibus 393 (Bangu-Candelária), das idas e vindas no trajeto para o CPUMS, meus amigos e conterrâneos da ZO (Zona Oeste), Andréa Pinheiro da Gama, Assistente Social e Agente Administrativo do Hospital Penal, e Márcio Roberto Mateus; Tânia Cubiça, Assistente Social e integrante do diretório do Partido dos Trabalhadores (PT).

Agradeço também ao Coletivo Maria José Justino de Ações Afirmativas da Pós-Graduação do IPPUR; aos docentes do Programa de Pós-Graduação

em Memória Social da UNIRIO, Dr<sup>a</sup> Ana Amélia Martins e Dr Eliezer Pires da Silva; ao Diego, bibliotecário do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM-RJ); aos moradores e lideranças comunitárias do Complexo dos Morros do São Carlos, em especial a Guilherme Vinicius, fundador da Livreteria Popular Juraci Nascimento e coordenador do Pré-Vestibular Comunitário São Carlos Ativo; Fabyane Soares, coordenadora do Pré-Vestibular Comunitário São Carlos Ativo; Bagô, liderança local e dirigente do time de futebol da Mineira; Nayara, fundadora da Nay Trancista; ao Coletivo de Mulheres de Favelas e Periferias; Ana Paula Oliveira, Mãe de Jonatha de Oliveira Lima, cofundadora e coordenadora do Movimento Mães de Manguinhos, além das demais Mães integrantes do Movimento Mães de Manguinhos, e ao coletivo de Mulheres da Cidade de Deus, do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Agradeço a todos os Docentes que trocaram e compartilharam saberes ao longo da realização do curso “CPUMS”!

Agradeço aos meus amados Docentes e amigos: Carlos Vainer; Fabrício Leal; Giselle Tanaka; Jefferson Salazar; Luis Régis Coli; Renato Emerson e Soraya Simões! Em especial por todo apoio para chegar à finalização, sou imensamente grata a vocês, Luis Régis Coli e Giselle Tanaka. Obrigada!

ESSA HISTÓRIA COMEÇA AO RÉS DO CHÃO, COM  
PASSOS (...). OS JOGOS DE PASSOS MOLDAM  
ESPAÇOS,TECEM LUGARES.

(Certeau, M. A Invenção do Cotidiano,1980)

## RESUMO

Diversos fatores presentes nas relações sociais ao exercer influência na construção da memória individual e coletiva, resultando em uma disputa política ao longo da história. Logo, o poder, por exemplo, pode moldar a memória individual e coletiva em um processo dinâmico e multifacetado através da construção das representações. Portanto, o texto destaca a história das favelas cariocas, evidenciando os conflitos e tensões entre diversos atores, e o racismo institucional, tendo como foco a segurança pública. A Constituinte de 1988 foi um momento crucial para discutir a segurança pública e a oportunidade de transformar o aparato jurídico que regulamentava as práticas policiais. Diversas lideranças dos Movimentos Sociais, representantes de várias entidades da Sociedade Civil e representantes das Forças Armadas foram figuras importantes durante a formulação do texto final do artigo sobre Segurança Pública. Ademais, o texto demonstra como a política de pacificação, operacionalizada pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), aprofundou o problema da violência estatal ao militarizar territórios, criminalizar a população negra e reforçar a desigualdade social. Outrossim, a dissertação insere a perspectiva de gênero, ressaltando as experiências das Mulheres moradoras de favelas concernentes à violência e opressão estatal. As experiências vividas nas favelas, reveladas por meio das entrevistas concedidas pelas Mulheres, são fundamentais para a construção de narrativas que desafiam a visão oficial sobre a Segurança Pública voltada para as favelas. Ao compartilharem suas histórias e vivências, as Mulheres dão visibilidade às violências e às desigualdades presentes nos territórios, fortalecendo a resistência, a luta por justiça e alcance da democracia.

**Palavras-chave:** memória social; Constituição de 1988; segurança pública; violência estatal; gênero.

## **ABSTRACT**

Various factors present in social relations influence the construction of individual and collective memory, resulting in a political dispute throughout history. Power, for example, can shape individual and collective memory in a dynamic and multifaceted process through the construction of representations. The text therefore highlights the history of Rio's favelas, highlighting the conflicts and tensions between various actors, and institutional racism, with a focus on public security. The 1988 Constituent Assembly was a crucial moment for discussing public security and the opportunity to transform the legal apparatus that regulated police practices. Several leaders of social movements, representatives of various civil society organizations and representatives of the Armed Forces were important figures during the formulation of the final text of the article on public security. In addition, the text shows how the pacification policy, operationalized by the Pacifying Police Units (UPP), has deepened the problem of state violence by militarizing territories, criminalizing the black population and reinforcing social inequality. The dissertation also includes a gender perspective, highlighting the experiences of women living in favelas with regard to state violence and oppression. The experiences lived in the favelas, revealed through the interviews given by the women, are fundamental to the construction of narratives that challenge the official view of public security aimed at the favelas. By sharing their stories and experiences, the women give visibility to the violence and inequalities present in the territories, strengthening resistance, the fight for justice and the achievement of democracy.

**Keywords:** social memory; 1988 Constitution; public security; state violence; gender.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                 |                                                                                              |    |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> | Ingresso das equipes no campo do CFAP .....                                                  | 18 |
| <b>Figura 2</b> | Simulação de perseguição e ataque às equipes por traficantes- campo de instrução CFAP .....  | 18 |
| <b>Figura 3</b> | Homens negros algemados pelo pescoço pelo Policial Militar do estado do Rio de Janeiro ..... | 45 |
| <b>Figura 4</b> | “Movimento Mães de Acari” -1ª chacina em 1990, pós-ditadura .....                            | 68 |
| <b>Figura 5</b> | Manifestação por justiça “Chacina da Baixada” .....                                          | 68 |
| <b>Figura 6</b> | Manifestação pelos jovens mortos em Costa Barros pela polícia do Rio de Janeiro .....        | 69 |
| <b>Figura 7</b> | “Movimento Mães de Manguinhos” .....                                                         | 69 |
| <b>Figura 8</b> | Estados conveniados programas Protejo e Mulheres da Paz .....                                | 79 |
| <b>Quadro 1</b> | Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) .....                                                | 81 |
| <b>Quadro 2</b> | Modalidades das Transferências de Recursos .....                                             | 88 |
| <b>Quadro 3</b> | Convergência de Recursos por Unidade Federativa .....                                        | 94 |
| <b>Quadro 4</b> | Montagem e execução de busca .....                                                           | 97 |
| <b>Quadro 5</b> | Relação das produções científicas .....                                                      | 98 |
| <b>Tabela 1</b> | Distribuição dos Recursos do PRONASCI por UF/2008-2012 .....                                 | 92 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|             |                                                                                               |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| CCOPAB      | Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil                                                 |
| CFAP/PMERJ  | Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro |
| ONU Habitat | Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos                                         |
| IPP         | Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos                                               |
| MNLM        | Movimento Nacional de Luta pela Moradia                                                       |
| PPNSP       | Planos e Programas Nacionais de Segurança Pública                                             |
| SEASDH      | Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos                                 |
| PNSP        | Plano Nacional de Segurança Pública                                                           |
| SEPLANSEG   | Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública                            |
| SENASP      | Secretaria Nacional de Segurança Pública                                                      |
| BOPE/PMERJ  | Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro      |
| PIAPS       | Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência          |
| SUSP        | Sistema Único de Segurança Pública                                                            |
| PRONASCI    | Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania                                          |
| UPP         | Unidade de Polícia Pacificadora                                                               |
| SAGMACS     | Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais               |
| UTF         | União dos Trabalhadores Favelados                                                             |
| CTFRJ       | Coalização dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro                            |
| FAFEG       | Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara                                   |
| DPS         | Divisão Política e Social                                                                     |

|           |                                                                    |
|-----------|--------------------------------------------------------------------|
| CHISAM    | Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana |
| PCRI      | Programa de Combate ao Racismo Institucional                       |
| ANC       | Assembleia Nacional Constituinte                                   |
| OAB       | Ordem dos advogados do Brasil                                      |
| ESG       | Escola Superior de Guerra                                          |
| ROTA/PMSP | Rondas Tobias Barreto da Polícia Militar de São Paulo              |
| CIPOC     | Centro Integrado de Policiamento Comunitário                       |
| MNU       | Movimento Negro Unificado                                          |
| FRENAPO   | Frente Negra de Ação Política de Oposição                          |
| PNUD      | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                  |
| CEDIM     | Conselho Estadual dos Direitos da Mulher                           |
| MJSP      | Ministério da Justiça e Segurança Pública                          |
| FNSP      | Fundo Nacional de Segurança Pública                                |
| SENASP    | Secretaria Nacional de Segurança Pública                           |
| CISEGCI   | Consórcio Público do Médio Vale do Paraíba do Sul                  |

## SUMÁRIO

|              |                                                                                                                                                                                     |            |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                             | <b>16</b>  |
| <b>2</b>     | <b>CONCEPÇÕES: MEMÓRIA COLETIVA E TERRITÓRIO .....</b>                                                                                                                              | <b>23</b>  |
| <b>3</b>     | <b>A MEMÓRIA DA FAVELA COMEÇA PELO CHÃO .....</b>                                                                                                                                   | <b>33</b>  |
| <b>3.1</b>   | <b>Das Reformas Urbanísticas às Reações Populares .....</b>                                                                                                                         | <b>35</b>  |
| <b>4</b>     | <b>DO CHÃO AOS CORPOS DOS FAVELADOS .....</b>                                                                                                                                       | <b>45</b>  |
| <b>4.1</b>   | <b>A Instauração dos Novos Campos de Luta .....</b>                                                                                                                                 | <b>47</b>  |
| <b>4.2</b>   | <b>Arranjos e (Des)Caminhos. A configuração da Segurança Pública .....</b>                                                                                                          | <b>51</b>  |
| <b>4.2.1</b> | <b>A Arena dos Conflitos .....</b>                                                                                                                                                  | <b>53</b>  |
| <b>4.2.2</b> | <b>A Barreira para os Avanços Autoritários .....</b>                                                                                                                                | <b>55</b>  |
| <b>4.2.3</b> | <b>O Movimento Negro e o Lobby Militar .....</b>                                                                                                                                    | <b>56</b>  |
| <b>4.3</b>   | <b>Segurança Pública para Quem? .....</b>                                                                                                                                           | <b>62</b>  |
| <b>5</b>     | <b>A LACUNA ANTIDEMOCRÁTICA .....</b>                                                                                                                                               | <b>63</b>  |
| <b>6</b>     | <b>PLANOS E PROGRAMAS EM SEGURANÇA PÚBLICA. ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO DA FAVELA .....</b>                                                                                            | <b>71</b>  |
| <b>6.1</b>   | <b>Projeto da Verticalização Estatal .....</b>                                                                                                                                      | <b>75</b>  |
| <b>6.2</b>   | <b>Materialização das Políticas de Segurança Pública na Base Comunitária .....</b>                                                                                                  | <b>76</b>  |
| <b>6.3</b>   | <b>Mulheres da Paz, entre a Guerra e a Paz .....</b>                                                                                                                                | <b>78</b>  |
| <b>6.4</b>   | <b>A Militarização do Social .....</b>                                                                                                                                              | <b>81</b>  |
| <b>6.4.1</b> | <b>Ideologia de Pacificação. A Constituição do Simbólico e das Representações de Dominação .....</b>                                                                                | <b>84</b>  |
| <b>6.5</b>   | <b>Organização e Financiamento .....</b>                                                                                                                                            | <b>87</b>  |
| <b>7</b>     | <b>EFEITOS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA PAZ .....</b>                                                                                                                     | <b>96</b>  |
| <b>7.1</b>   | <b>Materiais e Método da Revisão de Literatura .....</b>                                                                                                                            | <b>96</b>  |
| <b>7.2</b>   | <b>Os efeitos das UPPs nas Memórias dos Moradores Locais ..</b>                                                                                                                     | <b>100</b> |
| <b>7.2.1</b> | <b>O Que as Mulheres Querem É Paz. A atuação das Mulheres em áreas de Unidades de Polícia Pacificadora .....</b>                                                                    | <b>106</b> |
| <b>8</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                                   | <b>115</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                                            | <b>118</b> |
|              | <b>ANEXO A – Folha inicial do convênio celebrado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP) e a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH) .....</b>  | <b>159</b> |
|              | <b>ANEXO B – Folha final com assinatura do convênio entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP) e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH) .....</b> | <b>160</b> |
|              | <b>ANEXO C – Organização das Comissões Temáticas e respectivas Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte .....</b>                                                           | <b>161</b> |
|              | <b>ANEXO D – Entidades e Personalidades participantes das Audiências Públicas da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança .....</b>                         | <b>162</b> |

|                                                          |            |
|----------------------------------------------------------|------------|
| <b>APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 1 .....</b> | <b>127</b> |
| <b>APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 2 .....</b> | <b>130</b> |
| <b>APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 3 .....</b> | <b>142</b> |

## 1 - INTRODUÇÃO

A percepção de Segurança Pública pode ser apreendida de maneira distinta por moradores residentes em determinadas áreas da cidade. Uma viatura policial estacionada ou circulando em certas localidades faculta a sensação de proteção ou ameaça.

Ao dar início a redação vem à lembrança a memória de quando brincava com outras crianças pelas ruas da vizinhança de onde morava na Praça Seca, bairro da zona oeste do município do Rio de Janeiro, e de repente correremos desenfreados para nossas casas ao avistarmos o carro “joaninha”.

“Joaninha”, assim era chamada a viatura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) nas décadas de 1970 e 80. Éramos crianças que apenas brincávamos, mas o receio ao vermos a viatura da polícia provinha das imagens de precaução construídas em nossas memórias em razão das histórias em famílias. Sem dúvida as recomendações que ouvíamos em nossas casas nos gerou o estado de alerta. Quando estávamos nas ruas e avistávamos de súbito o carro da polícia não restava nada a fazer senão correr em busca de abrigo em nossas casas.

Recordo-me de ouvir a minha avó dizer todas as vezes que alguém saía de casa: “Levem documentos, sempre andem com uma cópia da carteira de trabalho para evitar serem confundidos com “malandros” e ter problemas com a polícia”.

Devido às instruções comumente preconizadas em quase todas as famílias periféricas na época, isso gerava o receio e medo em razão da associação de o estar à toa brincando ao risco de sofrer algum tipo de violência pela polícia. Da infância à adolescência experienciei o temor das aparições do fusca “joaninha” ou do camburão “patamo”, nas décadas de 1970 e 80, período em que vigorava a ditadura militar.

Sendo assim, a organização da memória de moradores da periferia sofre o que Bourdieu (1989) qualificou como “violência simbólica” mediante a disseminação dos “sistemas simbólicos [que] cumprem a sua função política de instrumentos” e com isso, promovem através das instituições a “imposição ou [...] legitimação da dominação [...]” (Bourdieu, 1989, p.11).

Desta maneira, o controle e coerção se prescrevia nos bairros da periferia

a todos aqueles considerados desocupados, comumente atribuídos por “Malandros” ou “Vadios”. As rodas de conversas na rua, a depender do horário, também poderiam incorrer em suspeitas.

Já na fase adulta, vivendo o período então democrático, no ano de 2008 ingressei para o curso de licenciatura na universidade e, ao estagiar em escolas públicas das redes municipais e estaduais em favelas do Rio de Janeiro, percebi, através dos diálogos e das dificuldades no aprendizado dos alunos, as repercussões em razão dos conflitos policiais nos territórios onde moravam. Naquele momento não se tratava mais do temor constituído na minha infância e adolescência pela aparição da “joaninha” ou do “patamo”, mas os traumas e medos dos jovens moradores de favelas, provenientes das experiências pela violência armada.

Posteriormente à conclusão da graduação universitária, candidatei-me em 2013 ao processo seletivo e ao ser selecionada, integrei a equipe de Gestão Territorial no cargo de Analista Territorial do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU Habitat), com coordenação sediada no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP).

Como parte integrante do processo de imersão das equipes nos territórios, recebemos treinamentos em decorrência da parceria entre a ONU Habitat, o Exército Brasileiro, representado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e a Polícia Militar do Rio de Janeiro, representado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). O treinamento, além de ter sido embasado pelo discurso de proteção, tinha a função de nortear a visão dos profissionais e de simular o ingresso nas favelas (FIGURAS 1 e 2).

Figura 1 - Ingresso das equipes no campo do CFAP



Autoria própria, 2014.

Figura 2 - Simulação de perseguição e ataque às equipes por traficantes-campo de instrução CFAP



Autoria própria, 2014.

Ademais, tais orientações, pautadas na perspectiva da história oficial e militarizada reforçam por promover e recriar imagens “pré-fabricadas”, gerando barreiras para se reconhecer e retratar o potencial existente nas localidades de favelas, além de gerar “pré-conceitos” sobre os moradores.

Para o sociólogo Ricardo Linhares, é esse “olhar homogeneizante [sobre] a favela [que] inviabiliza a implementação de políticas públicas adequadas, uma vez que os gestores são incapazes de reconhecer a dimensão da diversidade e da diferença, o que comprometeria a realização de ações voltadas para reduzir o quadro de desigualdades” (Mello et al., 2012, p. 241).

Para superar os “apagamentos e invisibilidades” sobre as potencialidades das favelas provocados pelos treinamentos baseados tão somente na história oficial, militarizada e técnica, busquei as orientações dos agentes de campo da Gestão Territorial e que também eram moradores das localidades. Andávamos pelas vielas e becos e, durante os percursos de subidas e descidas pelos morros do Complexo do São Carlos, Fallet, Fogueteiro, Prazeres e Coroa ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), os agentes de campo contavam as histórias pertencentes a cada uma das localidades. Isso contribuiu para o entendimento das especificidades, da identidade e dos limites que cada localidade possuía devido a construção histórica das barreiras físicas e simbólicas. Por meio da observação dos hábitos e costumes, e diálogos com os moradores constatee a presença marcante das memórias locais influenciando nas delimitações individuais e territoriais.

Após o término do contrato de trabalho na ONU Habitat e com acréscimo de mais inquietações saí à procura de conhecimento que atendesse as inquietudes e foi então que após aprovação do processo seletivo ingressei no curso de Especialização “Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais” do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-IPPUR/UFRJ.

No curso conheci, além dos demais estimados e admiráveis ativistas e lideranças sociais de diversos Movimentos, Elisete Napoleão, coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), ex-moradora do Complexo do Morro do São Carlos e sobrinha do compositor e cantor Dominginhos do Estácio<sup>1</sup>, uma das figuras que compõem a memória e identidade cultural do

---

<sup>1</sup> Domingos da Costa Ferreira nasceu em 1941 no Morro de São Carlos, favela do bairro do Estácio, Zona Central do Rio de Janeiro. Conhecido como celeiro de bambas, o Morro do São Carlos também teve a presença de Ismael Silva, Moreira da Silva, Ângela Maria, Luiz Gonzaga Júnior (Gonzaguinha), Luiz Melodia etc... Disponível em: <http://www.revistamusicabrasileira.com.br/especial/dominginhos-do-estacio-um-artista-de-cartaz>

Morro. Desde então, estreitamos laços de amizade e em uma das minhas idas à Ocupação Manuel Congo<sup>2</sup>, atual local de moradia da Elisete e sua família, entre as nossas tantas conversas, falamos sobre os projetos de Segurança Pública implementados tanto na favela do Cantagalo, onde ela também residiu, como no Morro do São Carlos, local em que parte de seus familiares moram.

Com o ingresso no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional-PPGPUR, e após dialogar sobre a intenção de abordar em minha pesquisa discussões pautadas na “Memória”, meu Orientador e amigo, Prof. Dr. Luis Régis Coli, indicou-me a ler o livro “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, de Ecléa Bosi. Foi então que me senti ainda mais motivada a buscar conhecimento no campo da “Memória Social”.

Logo, devido às inquietações pessoais, profissionais, acadêmicas e políticas, a proposta da pesquisa de dissertação tem por finalidade refletir sobre os efeitos que atingem as favelas procedentes da violência estatal correlacionada às políticas de intervenção urbanística e aos projetos de Segurança Pública, pois “falar de favela é falar de opressões estruturais”(Rosa, 2019, p. 20), contudo, não a partir da abordagem individualizada em relação à memória, mas na coletiva (Halbwachs, 1990).

Posto isso, no capítulo 2 apresento o referencial teórico adotado pela pesquisa, destacando as concepções no campo da “Memória Social” balizadas nos autores Henri Bergson, William Stern, Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michael Pollak e Paul Ricoeur, destacando que a produção sociológica estrangeira mencionada vale como subsídio para orientação deste trabalho de dissertação (Guerreiro Ramos, 1996). Acrescido a estes às contribuições de Claude Raffestin, Milton Santos, Rogério Haesbaert, além de outros, no decorrer da reflexão da pesquisa.

No capítulo 3, norteadada pela concepção da memória social como

---

<sup>2</sup> Batizada de Manuel Congo, em reconhecimento ao ilustre líder da maior revolta de escravos ocorrida no Vale do Paraíba. A Ocupação resulta da atuação de luta do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLP). Localizada, na Rua Alcindo Guanabara, nº20, centro da cidade do Rio de Janeiro. O imóvel pertencia ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), mas estava há aproximadamente 10 anos abandonado. Mais detalhes em: <https://caubr.gov.br/ocupacao-manuel-congo-no-centro-do-rio-e-modelo-para-habitacao-popular/>

processo de construção social, busquei por meio de levantamento bibliográfico recuperar o processo de constituição das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Devido a dimensão histórica, a vasta produção de conhecimento e por abarcar uma amplitude de discussões, a pesquisa restringiu-se às questões sobre violência estatal alusiva às intervenções urbanísticas, destacando alguns fatos, conflitos, fatores e atores. Ademais, ao final deste capítulo insiro a chave de virada para introdução das reflexões dos capítulos subsequentes relacionados à Segurança Pública e às favelas.

No capítulo 4, resalto as implicações com a perpetuação das práticas e manutenção histórica da violência estatal, demonstro a ocorrência de participação de diversos atores, a partir da abertura política, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.

No capítulo 5, trago a reflexão sobre a continuação das práticas autoritárias e a relação com o dispositivo constitucional da Segurança Pública e respectivas consequências, ao qual intitulei de “lacuna antidemocrática”.

No capítulo 6, realço a criação dos Planos e Programas em Segurança Pública como mecanismos de controle introduzidos na vida cotidiana, além da dinâmica entre os arranjos de cooperação políticos e as transferências de recursos federais. Acrescido a isso, a reflexão sobre a ideologia de “pacificação” a fim de aprofundar as questões simbólicas que atravessam o território, corpos e que se assentam na memória social.

No capítulo 7, mediante revisão de literatura e entrevistas com mulheres moradoras de favelas, apresento a análise sobre os efeitos alusivos à execução dos projetos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e por conseguinte, da “Mulheres da Paz”.

Por fim, no capítulo 8, as considerações finais.

Assim sendo, além de expressar o diálogo com os saberes acadêmicos legitimados institucionalmente, não poderia deixar de apreciar o conhecimento proveniente das experiências das mulheres moradoras nas favelas do Cantagalo, da Cidade de Deus e de Manguinhos ao final deste capítulo, já que as narrativas dessas mulheres são de extrema importância, pois vão de encontro a “necromemória” (Camilo, p. 3, 2021). Portanto, a fim de alcançar tal proposta de pesquisa, realizei as entrevistas com as mulheres em conformidade com o formato escolhido por elas. Isso posto, os dados narrativos

foram efetivados via formulário eletrônico, em espaços físicos de modo pessoal e de maneira virtual, estando todos transcritos na íntegra e disponibilizados nos Apêndices A, B e C ao final deste trabalho.

## 2 - CONCEPÇÕES: MEMÓRIA COLETIVA E TERRITÓRIO

A conceituação da Memória Social, a depender da perspectiva a ser abordada, pode enveredar para distintas vertentes teóricas, ou seja, sem o atingimento de um denominador comum que a defina.

Jô Gondar e Vera Dodebei, na obra intitulada “O que é Memória Social?”, argumentam que o conceito de memória social não “pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca “devido ao fato da apreciação da concepção “atravessar uma complexidade de discussões que abarcam a realidade”, e por estar “inserida em um campo de lutas e de relações de poder” (2005, p. 7).

Assim sendo, restringi-me a abarcar as contribuições no campo da memória social de pesquisadores como Henri Bergson, William Stern, Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michael Pollak, Paul Ricoeur, além de outros.

Outrossim, para darmos início aos fundamentos teóricos abordados nesta pesquisa em Memória Social<sup>3</sup>, vale recuperar o panorama histórico da discussão desde o século XX, quando a concepção de memória sofreu diversas mudanças no campo teórico, chegando à contemporaneidade não mais como um repositório do passado, mas como uma rede complexa composta por uma pluralidade de funções inter-relacionadas (Santos, 2012).

Henri Bergson (1859-1941), filósofo e autor da obra “Matière et Mémoire”<sup>4</sup>, ao indagar-se “- O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco do passado?”, aponta para o fenômeno da percepção e a relação corpo- memória. Bergson, ao evidenciar a imersão do corpo em um estado presente e em um ambiente físico ou social, pode evocar tanto a imagem do presente como a do passado e, assim, caracterizar o que denominou por “corporeidade”. Portanto, corporeidade para Bergson significa que o corpo, ao se perceber sob as influências externas, forma a experiência da percepção, ou seja, a vida psicológica do sujeito (Bosi, 1987).

---

<sup>3</sup> A Memória Social foi constituída por Maurice Halbwachs em oposição ao campo da Memória Individual. Segundo Gondar (2008), a memória é sempre um fenômeno social, mesmo quando se manifesta em experiências individuais. Sobre a distinção dos termos “memória social” e “memória individual e coletiva”, disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>

<sup>4</sup> Matière et Mémoire. Tradução de Paulo Neves, “Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito”. Disponível em: <https://catalogobibliotecas.uff.br/acervo/236698>

Outro aspecto influenciado pelo presente estaria na influência que este exerce no direcionamento, na maioria das vezes, dos movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o ambiente, originando assim a relação entre imagem do corpo e ação. Embora a imagem produzida da relação entre o corpo e o ambiente, caso não promova o fluxo para ação, isto é, a ação motora, pode perdurar latente por meio do esquema corpo-imagem-representação. Assim, conclui-se a existência intermediária e potente da imagem. Porém, baseado nesta formulação, Bergson limita a atuação renovável da percepção na "(re)produção" das imagens no presente corporal contínuo, ou seja, estando as imagens desta forma apenas vinculadas ao presente sem que sofresse interferência das experiências passadas, sendo excluído o fator tempo no processo corpo e ambiente e, com isso, a dinâmica transformadora pelas lembranças (Bosi, 1987).

Desta maneira, a capacidade transformadora das lembranças, ao permanecer conservada em estado latente, assemelha-se a uma força motriz, ficando nesta condição até ser evocada pela consciência. As lembranças são consideradas potências uma vez que são as guardiãs das imagens que ficam armazenadas, pois é "precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória" e tão somente a consciência tem a capacidade de acioná-las (Bosi, 1987, p. 14).

Por fim, para Bergson, a memória abriga o passado e origina-se da subjetividade livre do sujeito, sem haver a interferência de "quadros condicionantes" de teor social ou cultural. Logo, o pesquisador não se preocupou em analisar como os sujeitos lembram e das relações entre os sujeitos e os objetos das lembranças, sendo assim, os mecanismos interpessoais estão ausentes e, por consequência, a memória como fenômeno social (Bosi, 1987, p. 16).

Outro autor que se aproxima da compreensão de Bergson é William Stern, ao refletir sobre a dinâmica da percepção. Para Stern a percepção poderia transpor de um período latente na qual as imagens, ou seja, as representações estariam inertes na consciência até serem trazidas à tona da memória pela reanimação provocada por um motivo eventual. Neste caso, a memória, ao se comportar ora conservada, em estado latente, e ora podendo ser reanimada, logo, a percepção, sujeita a influência do presente contínuo, exerceria influência

sobre a memória e teria a capacidade de ressignificar o passado (Bosi, 1987).

Entretanto, foi nas primeiras décadas do século XX que as concepções até então sobre a memória como estritamente pessoal foram refutadas. O sociólogo Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Charles Bartlett, ao demonstrarem a memória como somatório de um processo da construção social, destacaram que a memória individual estaria sujeita às influências do ambiente social e não como uma elaboração única do sujeito. Desta forma, Halbwachs e Bartlett romperam com as concepções aparentes sobre memória, de Henri Bergson e William Stern, e estabeleceram a relação entre a memória e o social (Santos, 2012, p. 40), facultando, assim, o surgimento do campo da Memória Social.

Para Halbwachs, influenciado por Durkheim, a memória teria a função, por intermédio das representações, de organizar a sociedade, sendo, portanto, responsável pela “coesão social”. Entretanto, para o filósofo Michel Foucault, as representações teriam outra finalidade, a de promover o sentido “disciplinador, coercitivo e excludente” (Santos, 2012, p. 191).

Assim como Foucault, outros autores criticam Halbwachs por conferir mais ênfase à memória coletiva, em detrimento da individual, e por não fazer menção de seu aspecto político (Oliveira e Bertoni, 2019). Foucault, ao criticar as representações coletivas e, por conseguinte, a autonomia dos indivíduos, denunciou outro elemento importante atuante sob a memória coletiva, o poder.

No senso comum, o poder é relacionado à força detentora de um indivíduo ao impor sua vontade sobre o outro. Contudo, o “poder” é um elemento presente e central em muitas teorizações, pois compreendê-lo, ou não, tende a implicações em variadas áreas, seja no campo social, filosófico ou político.

Durante séculos o “poder” vem sendo objeto de discussões em diversas escolas e tradições. Foi Thomas Hobbes, no século XVII, o idealizador do poder como pacto ou contrato social no qual cada homem, a fim de manter a autopreservação e paz, abdica da liberdade em favor do Estado, o detentor do “monopólio do poder”. Neste acordo ou contrato, o poder estatal assume em favor da manutenção, ou seja, cabendo ao Estado atingir o alcance da paz e da ordem social. Ao abdicar de parte de sua liberdade natural em favor do Estado, os indivíduos buscam, primordialmente, escapar do “estado de natureza”, um estado de guerra constante onde a vida humana é “solitária, pobre, sórdida,

brutal e curta" (Rosa, 2017, p. 4). Nesse sentido, o poder estatal, mediante as ações de coerção e violência física, objetivando a paz e a ordem social, repercute uma série de implicações qualificadas sobre a memória individual e coletiva<sup>5</sup>, como exemplo o fator dos traumas individuais e coletivos em determinados territórios.

Já para o sociólogo alemão Max Weber, segundo a formulação que se tornou hegemônica, o "poder" é entendido como sendo "a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes" (Weber, 2004, p. 175).

Partindo da formulação de probabilidade como pressuposto para ocorrência do poder, Weber suscita a aparição de mecanismos para que este possa ser exercido. Os mecanismos permitiriam possibilidades distintas em gerar diferentes espécies de poder. Embora não sejam capazes de gerar poder, os mecanismos são o suporte, isto é, a base provável para a incidência. Portanto, segundo Weber, deter o poder acarreta uma probabilidade pautada em mecanismos controlados para que este ocorra (Perissinotto, 2007).

De igual modo, embora não fique evidente, a menção da operacionalização dos mecanismos faculta a discussão para a existência estrutural ou oculta nas relações de poder. Logo, a determinação do controle dos mecanismos significaria ter a probabilidade de exercer poder sobre outras pessoas na relação social, estando implícito o ideal de dominação (Perissinotto, 2007).

A respeito da existência da dominação estar "submersa na estrutura ou oculta" nas relações de poder, as concepções de Pierre Bourdieu e Michel Foucault contribuíram nos avanços para descortiná-la. Entende-se neste caso como estrutura "um conjunto de interações sociais padronizadas, regulares e que duram no tempo" (Perissinotto, 2007, p. 314).

Concernente à dominação, entende-se como sendo "a manutenção de uma ordem injusta, que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros" (Rosa, 2017, p. 05), estando oculto o poder nas "relações de dominação",

---

<sup>5</sup> Ao longo deste trabalho de dissertação é utilizado de modo inseparável "memória individual e coletiva" como forma de destacar as implicações entre o indivíduo e o território.

posto que as formas “das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (Bourdieu, 2012, p. 07).

Assim sendo, Bourdieu (1989) revela a existência do oculto como sendo o “poder simbólico” presente no ideal de dominação.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 7-8)

Por conseguinte, Bourdieu, ao revelar a existência da realidade encoberta pelo poder simbólico ampliou o entendimento das implicações sobre a memória. O poder, ao orientar “as atividades e os mecanismos”, pode exercer “influência nas construções mentais”, resultando na cristalização das “realidades históricas concretas” e, portanto, “apreensíveis sejam enquanto instituições ou enquanto conjuntos de disposições pessoais, isto é, referentes à construção da subjetividade dos indivíduos” (Rosa, 2017, p. 7).

Por fim, para Foucault o poder se desempenha estrategicamente de maneira pulverizada, isto é, não como propriedade, mas conforme a dinâmica de um mecanismo à disposição da dominação.

O estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, funcionamentos [...] (Foucault, 1987, p. 30).

Desta maneira, as concepções de Halbwachs, Bourdieu e Foucault contribuem em auxiliar nas críticas de mecanismos e instrumentos de controle e coerção que incidem sobre a memória individual e coletiva que, como dito anteriormente, resulta de um processo de construção cujas experiências individuais estão integradas historicamente em circunstâncias socialmente situadas.

É importante também destacar que as discussões teóricas sobre o poder, o vínculo do sujeito à subjetividade e a incorporação do tempo trouxeram repercussões na compreensão do espaço-tempo, além de favorecer em apontar a capacidade do poder em se propagar no território. Consequente ao exposto,

colocam-se algumas questões. Como a memória pode impulsionar a proximidade e distanciamento entre os sujeitos e como isso pode ser capaz de gerar dinâmica no território?

Com propósito de tentar encontrar respostas às indagações, recorri ao filósofo Paul Ricoeur, na obra intitulada “Percurso do Reconhecimento”, pois o autor, ao discutir o emprego do termo reconhecimento, promove aspectos relacionados às representações, ao tempo, ao espaço, à narrativa e à identidade que contribuem para ilustrar o entendimento da dinâmica da memória individual e coletiva no território.

Segundo Ricoeur (2006), as representações que circundam o território resultariam de um processo de apreensão do tempo pela consciência e elaborada no sentido interno, assim como o espaço no sentido externo.

Logo, o comportamento da memória atinge o âmbito relacional, como um elo que estabelece conexões e desconexões no território entre os sujeitos. Neste caso, as representações constituídas pela concepção do tempo em que cada indivíduo o formula, pelo ato de intuir, guardaria em si um caráter subjetivo.

Isso significa que “o tempo é produzido pela apreensão da intuição, em outras palavras, o tempo é reproduzido pela ação da narrativa, e, portanto, toda apreensão de um acontecimento é, pois, uma percepção que se sucede a outra” (Ricoeur, 2006, p. 63-65).

Destarte, o tempo na proposta de discussão de Ricoeur não é nem o tempo vivido da alma, como na estratégia de Santo Agostinho de conceber o tempo humano a partir de aspecto psicológico (Viana, 2015, p. 2), nem o tempo cronológico, mas de como o tempo é projetado internamente pelo sujeito, assim como o espaço.

Essa análise demonstra como o tempo e o espaço integram as representações pelo sentido interno, não sendo “de modo algum inerente aos próprios objetos, mas somente ao sujeito que os intui” e “o ato de ligar essa operação (...) compõem a receptividade da sensibilidade e a espontaneidade do entendimento” sobre um dado fato. Desse modo, “nenhuma representação se relaciona imediatamente com um objeto, a não ser pela intuição” (Ricoeur, 2006, p. 55-56).

A peculiaridade das representações mostra então como cada sujeito é o

proponente responsável em narrar os acontecimentos segundo as próprias impressões.

As representações não são, pois, ideias flutuantes que se movem em um espaço autônomo, mas, como (...) mediações simbólicas que contribuem para a instauração do vínculo social; elas simbolizam identidades que conferem uma configuração determinada a esses vínculos sociais (...). A esfera das representações detém o papel de mediador simbólico (...) e coloca no lugar de honra o agente da mudança, o protagonismo social, tanto no plano coletivo como no plano individual. Pode-se falar aqui em capacidades de gerar história (...), a capacidade de instaurar vínculos sociais sob a figura das identidades ligadas a eles (Ricoeur, 2006, p. 149-150).

Por intermédio da lembrança ecoa a memória e pela narrativa o modo elaborado pelo sujeito. Por meio da narrativa o sujeito expõe as experiências e “o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória” (Bosi, 1987, p. 29)

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo. (...) O passado é, portanto, trabalhado qualitativamente pelo sujeito (Bosi, 1987, p. 29).

Logo, ao narrar, o sujeito expõe as experiências que podem resultar em vínculos e motivar transformações. Este cenário espelha o que se denomina por “refiguração”, ou seja, o processo engendrado a partir das trocas de experiências entre as narrativas renováveis pelos sujeitos que desta maneira induzem aos vínculos sociais (Viana, 2015).

Ademais, a representação produzida e propagada pelo ato narrativo denuncia também a presença do “outro” na aparição dos vínculos sociais sob a figura das identidades, pois fica implícito que o sujeito se constitui com a presença do outro. Portanto, através dos atos narrativos, a influência das representações ora aproxima ora distancia os sujeitos da relação.

É importante destacar que, ao gerar a dinâmica e os conflitos em razão das representações, as narrativas decorrentes das experiências propiciam ao território uma polissemia de sentidos evocada pela memória dos sujeitos.

A respeito das reflexões sobre o conceito de território, faço referência aos autores como Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1995) e Rogério Haesbaert (2004). Cada uma das concepções teóricas enfatiza alguns aspectos do território, tal como o econômico, político e cultural ou esses inter-relacionados, no esforço pela compreensão da dinâmica de um espaço que está sempre em construção.

Claude Raffestin, um dos autores pioneiros na concepção de território, compreendia-o como elemento originário do espaço e resultante da ação conduzida por um ator. O autor evidencia a dimensão política no território e a compreensão do conceito de espaço geográfico. Além disso, a concepção de Raffestin sobre o território denota como sendo “por consequência, relações marcadas pelo poder (...), a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 144).

Milton Santos fez inúmeras contribuições para a construção do conceito de território em várias de suas obras. Para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais. Segundo Santos (1985), é a periodização da história que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. Com isso, o autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica: “cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (Santos, 1985, p. 09).

E, por fim, Rogério Haesbaert tem a concepção sobre o território em diferentes perspectivas. Assim como Raffestin, para Haesbaert o poder também delimita o território, dentre outras manifestações, temos o exemplo do poder estatal. Acrescido a isso, para o autor “o território é produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”, ou seja, o território também concerne aspectos simbólicos e subjetivos (Haesbaert apud Bordo et al., 2013) Posto isso, Haesbaert destaca o “conjunto de relações socioespaciais que compõem efetivamente uma territorialidade [...]” (Haesbaert, 2004, p. 38).

Para os estudos em Memória Social, o território é compreendido como o campo em que conjuntos de signos atuam na produção, reprodução e disseminação da memória coletiva de grupos sociais. De igual modo, a memória

coletiva é um dos fatores de produção da territorialidade de grupos inseridos na complexidade territorial. Assim sendo, a memória individual e coletiva enfatiza a dimensão simbólica presente no território e nas relações sociais, pois, como destaca Haesbaert (2004):

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder como relação [...] envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político mais estrito do poder simbólico (p. 92-93).

Maurice Halbwachs, ao refletir a relação entre território e a memória individual e coletiva, evidenciou os sujeitos coletivos, pois “[...] quando inserido numa parte do espaço, [...] o molda à sua imagem [...]”. Em resultado, é a memória coletiva o elo que estabelece o sujeito e o território. É, pois, mediante a memória coletiva que emerge o sentimento de pertencimento, de identidade, da evocação da referência de grupos sociais. Como enfatiza o autor, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial (Halbwachs, 2006, p 159).

Não obstante, a memória individual e coletiva, ao estar suscetível às influências das representações, sofre transformações tanto espontâneas como por “enquadramento da memória”(Pollak,1989).

Ante o exposto, da relação entre grupo e território e a influência das representações, dentre outras evidências, tais fatos salientam a importância das pesquisas no campo da memória social. Controlar estrategicamente a memória coletiva pelo enquadramento da memória tem sido um dos meios de opressão utilizado pelos projetos hegemônicos que, através das representações, objetivam condicionar a memória individual e coletiva, conforme já destacados nos trabalhos de autores “como Tuan (1983 e 2012), Moraes (2005), Hobsbawm (2002, 2015 e 2016), Anderson (2008), Pollack (1989 e 1992), Nora (1993), Halbwachs (2003), dentre outros” (Neto, 2021, p. 22).

Outrossim, o corpo, por estar imerso na dimensão simbólica do território, também está sujeito às influências das representações.

Diferente da abordagem de Henri Bergson concernente a “percepção-corpo-memória”, o antropólogo e sociólogo David Le Breton (2007), na obra “A Sociologia do corpo”, analisa a corporeidade não como um processo individualizado, mas como resultado da relação entre o corpo e as influências do entorno. Dessa maneira, o corpo como fonte mediadora entre o indivíduo e a sociedade promove a corporeidade, pois o “corpo é a interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico” (Breton, 2007, p.92).

O ponto de vista de Breton, ao mostrar a conexão do corpo com o território, contribui para o entendimento sobre as influências das representações, ao indicar que o corpo está suscetível como um canal semântico por onde se materializam os significados (Breton, 2007).

Sendo assim, as representações forjadas pelos projetos hegemônicos, ao atingir a memória individual e coletiva, contribuem em aprofundar as desigualdades sociais e a vitimização dos corpos subalternizados. Portanto, o corpo e a memória individual e coletiva integram o campo da disputa política.

Contudo, o corpo também inter-relaciona os indivíduos que compartilham do mesmo sistema simbólico, ou seja, os possuidores do mesmo senso de sentidos e valores, promovendo assim a coletividade e a solidariedade. Desta forma, pela corporeidade se externaliza a extensão das experiências, isto é, a socialização da experiência corporal. Logo, a corporeidade é compreendida pela comunidade social somente entre os que compartilham as mesmas manifestações significativas, ou seja, os que coadunam da mesma simbologia do grupo social (Breton, 2007).

Acrescido a isso, sugere-se, pois, que a memória individual e coletiva, ao serem afetadas pelas experiências decorrentes da violência estatal, podem promover ou submergir processos nos territórios, seja pela exposição ou silenciamento das narrativas. Neste caso, o ato de narrar significa não apenas uma correlação despretensiva de palavras ou de frases, mas a expressão em que se denuncia as formas de poder e controle (Ribeiro, 2017).

### 3 - A MEMÓRIA DA FAVELA COMEÇA PELO CHÃO

A partir da compreensão da memória coletiva como somatório de um processo da construção social, e considerando as influências procedentes das representações, este capítulo tem como propósito evidenciar o cenário de constituição das favelas e as estratégias de enfrentamento construídas pelos moradores frente as injustiças e na luta por direitos.

Assim sendo, alguns pesquisadores demarcam o início de “combate à favela” a partir do ano de 1897, quando se instaurou o conflito com a ocupação dos soldados ao Morro da Providência, em reação a promessa descumprida pelo governo de prover moradias aos que retornaram da Guerra de Canudos. Por conseguinte, esta também seria a história originária do Morro da Favella (Gonçalves, 2013).

Já outros pesquisadores atrelam o combate primeiro aos cortiços, por considerarem serem estes a semente das favelas, devido à relação entre o projeto urbanístico do “bota abaixo” e a ocupação dos morros no final do século XIX e início do XX (Valladares, 2000).

Embora haja divergências sobre os fatos demarcatórios que originaram o fenômeno favela, existem elementos que demonstram que a ocupação dos morros já existia bem antes. Isso porque, desde 1893, o então proprietário do cortiço Cabeça de Porco<sup>6</sup> e, também, de terrenos nos morros, já os teria alugado aos moradores expulsos do cortiço. Além disso, o prefeito à época, Barata Ribeiro (1892-1893), também teria autorizado que os moradores utilizassem os restos da demolição na construção de barracos. Portanto, a relação de precariedade chegaria ao final do século XIX, como a representação que embasaria as críticas da imprensa e das autoridades aos Morros da Favella e de Santo Antônio, assim como a todas outras consideradas similares (Gonçalves, 2014; Mello, 2014). Mas, apesar disso, em ambas as perspectivas históricas há um ponto de convergência, a saber, a composição das classes populares na questão central do aspecto da moradia.

---

<sup>6</sup> Rosa (2019) descreve em sua dissertação o cortiço “Cara de Porco”. O cortiço ficava localizado na rua Barão de São Félix, 154, Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro. Segundo a pesquisadora, o cortiço tinha esse nome por ter a imagem desse animal ornamentada na entrada (Rosa, 2019, p 46).

A partir do ano de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai (1865-1870), uma sucessão de fatos entremeados provocaria a explosão populacional na cidade do Rio de Janeiro. O boom manufatureiro, o estímulo da imigração maciça de europeus, os escravizados libertos após a abolição (Gonçalves, 2013) e as famílias expulsas do meio rural, em particular as provenientes da região nordeste brasileiro, decorrentes das imposições agrárias (Oliveira, 2014), precederam sobremaneira o crescimento massivo da população na cidade do Rio de Janeiro e, por consequência, o déficit habitacional.

Portanto, entre 1872 e 1890, a população havia crescido 90% em relação a apenas 62% do número de habitações. Com isso, a busca por abrigo resultou na superlotação dos prédios antigos do centro da cidade, sobretudo os mais precários, dando origem aos cortiços. Esse contingente populacional vulnerável buscou nos cortiços o refúgio habitacional que necessitavam. Porém, essa população precarizada seria atingida posteriormente pela política higienista e, com a destruição dos cortiços, levados a procurar abrigo em terrenos desocupados nas encostas dos morros (Oliveira, 2014).

Sem haver qualquer tipo de apoio pelo Estado à população da classe trabalhadora que se formara e as epidemias que assolavam a cidade, os cortiços foram tidos como fonte de epidemias devido às condições insalubres das habitações. Além da associação aos cortiços como foco de infecções sanitárias, havia também as atribuições feitas como local de marginalidade (Gonçalves, 2013).

A partir de então se constituiu a narrativa política direcionada a esta população de modo discriminatório, os locais considerados perigosos, seus moradores criminalizados e com atributos de vadios e malandros. Dessa forma, tais espaços passaram a sofrer diversas ofensivas do governo, tidos como “campo de guerra” e os moradores por inimigos, o que resultou na destruição do maior de todos os cortiços, o Cabeça de Porco em 1893 (Valladares, 2000, p. 7).

A partir daí, começa a implantação gradativa de uma legislação de destruição aos cortiços consolidada a partir do Decreto nº 391<sup>7</sup>, no ano de 1903, que proibia novas construções, reformas ou manutenção das estalagens. Mas,

---

<sup>7</sup> Disponível na plataforma “Acervo de Leis Municipais e Vetos do Rio de Janeiro: [Collecção de Leis Municipais e Vetos \(RJ\) - 1897 a 1931 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

apesar da proibição de reparo aos cortiços, em paralelo, a mesma legislação, no capítulo VII, art. 36, permitia a construção de barracões toscos nos morros que ainda não tivessem habitações.

Com a política higienista seguindo o plano de destruição dos cortiços, surge o fenômeno que, segundo Valladares (2000), leva alguns pesquisadores a considerarem ser a semente das favelas, devido à relação entre o “bota abaixo”<sup>8</sup> e a ocupação dos morros no início do século XX (Valladares, 2000, p. 7).

Porém, muito embora os métodos intervencionistas orientados pela política higienista fossem para acabar ou impedir a propagação das áreas de habitação originárias das camadas populares, tais iniciativas surtiram outro efeito, posto que incentivaram que esta mesma população se deslocasse para os morros da região central na cidade do Rio de Janeiro.

O histórico sobre as intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro advém de uma série de medidas controversas do Estado para conter a favela. Por consequência, tais iniciativas provocaram reações de enfrentamento frente às injustiças sociais ocasionadas pela falta de moradia, com lutas por melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Em razão disso, a favela revela-se “como uma das expressões mais significativas das desigualdades estruturais que marcaram o processo de crescimento e urbanização da cidade do Rio de Janeiro” (Cardoso et al., 2021, p. 6).

### **3. 1 - Das Reformas Urbanísticas às Reações Populares**

Representante considerável de uma das políticas de intervenção, a emblemática Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos (1902/1906), orientada pelo “Projeto de Sanear e Civilizar”<sup>9</sup> a cidade do Rio de Janeiro (Valladares, 2000, p. 7), veio a ser um dos fatores responsáveis em impulsionar muitas famílias a ocupar os morros após as demolições dos cortiços. Ao invés de irem

---

<sup>8</sup> “Bota Abaixo”, faz menção à maneira radical pela qual foram implementadas as reformas urbanas pela gestão do Prefeito Pereira Passos (1902-1906). Disponível em: [O Bota-Abaixo | Atlas Histórico do Brasil - FGV](#)

<sup>9</sup> “Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar”, palavras utilizadas nos discursos do Prefeito Pereira Passos conduzidas aos cortiços. Disponível em: [O Bota-Abaixo | Atlas Histórico do Brasil - FGV](#)

para os subúrbios, como algumas assim fizeram, preferiram as encostas do centro da cidade por serem áreas já conhecidas e próximas ao seu local de comércio ou trabalho (Gonçalves, 2013).

Com isso, mediante o deslocamento dos moradores para os outros locais, nas zonas do centro e norte, houve o surgimento e consolidação, em fases subsequentes, de vários morros, a saber, Salgueiro, em 1909; Mangueira, em 1910; São Carlos, em 1912; Catumbi, em 1915; Morro dos Mineiros e a Favela do Macaco, em 1920; Morro do Borel, em 1921; Barreira do Vasco, em 1939; Favela da Catacumba, em 1940; Favela de Lucas, em 1946; Morro São João, Favela da Cachoeirinha, Morro dos Prazeres, em 1950 e na zona sul, com os morros da Babilônia, em 1907; Cabritos, em 1915; Botafogo e Morro do Pasmado, em 1915; entre outras (Zaluar e Alvito, 1998 apud Oliveira, 2014, p. 133; Valladares, 2000; Mello, 2014).

Após o prefeito Pereira Passos ter iniciado as Reformas Urbanas, um novo ideal de cidade se impôs ao final da década de 1920. Com a nova concepção de cidade, visou-se uma implementação urbanística na cidade do Rio de Janeiro de forma sistêmica através da divisão espacial e não mais a realização de intervenções esporádicas, higienistas e estéticas. Com a nova lógica, influenciada pelo poder imobiliário consolidado no Rio de Janeiro, as favelas não tinham o direito à cidade (Gonçalves, 2014).

Diante disso, destaca-se a figura do médico, jornalista e fundador da Bolsa de Imóveis<sup>10</sup> do Rio de Janeiro, João Augusto Mattos Pimenta, representante do capital imobiliário no Rio de Janeiro e crítico radical a favor da erradicação das favelas. Nos anos de 1926 a 1927, Mattos construiu a imagem de "inimigo", por meio de discursos sanitaristas, relacionada à favela, a fim de manipular a opinião pública e os poderes públicos e, assim, esconder a real intenção do projeto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro. Mattos empenhou-se durante dois anos, através dos principais jornais da cidade da "Guanabara", à formulação da imagem da favela como "lepra da esthetica", gerando posteriormente a analogia da favela com um câncer (Valladares, 2000, p. 15).

Mediante as diligências acirradas empregadas por Mattos Pimenta contra

---

<sup>10</sup> <https://www.birj.com.br/>

as favelas, seu ideal tornou-se viável quando o prefeito Prado Júnior (1926-1930) solicitou ao sociólogo e arquiteto francês Alfred Agache a criação de um plano para remodelar a cidade. Mattos Pimenta, além de influenciar o prefeito Prado Júnior, também o fez sobre os projetos elaborados por Alfred Agache.

Ressalta-se que o plano urbanístico de Alfred Agache foi o primeiro a usar oficialmente um conceito para as favelas. Para o arquiteto, a favela “é uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de hygiene” (Gonçalves, 2014, p. 98).

Com essa concepção, Agache retomou a ideia da favela como um desvio urbano desarmonizado da cidade, atribuindo as condições precárias das moradias tão somente à vontade dos moradores. O arquiteto e urbanista francês não considerava a necessidade de a população habitar próxima ao centro da cidade e nem atribuía as condições precárias de moradia à ausência de políticas públicas para melhor proporcionar condições dignas aos moradores.

Conforme demonstra a obra intitulada “Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento”<sup>11</sup>, Agache acreditava que para impedir a consolidação das favelas a solução estava em dificultar ainda mais as condições aprazíveis de moradia.

não se póde pensar em sanear essas aglomerações sem concluir uma destruição total. (...) os poderes públicos deverão esforçar-se afim de impedir toda construcção estavel e definitiva nas favellas, a qual tornaria diffícil e onerosa a expropriação total por causa da utilidade publica, indispensavel a realização de uma urbanização logica dos morros (Agache, 1930).

Desta maneira, o Plano Agache concebia as favelas de forma homogênea e, portanto, legitimava a erradicação total, sem levar em conta questões socioeconômicas, históricas e espaciais pertencentes a cada uma delas. Apesar de não ter sido materializado por completo devido às mudanças no cenário político naquele momento, o plano foi assimilado pelo Código de Obras do Distrito Federal de 1937, ao assentir com a remoção das favelas pelas habitações proletárias (Cardoso et al., 2021).

De acordo com a visão dominante na época, a favela só era admitida como um espaço transitório, ou seja, um lugar momentâneo, mas não para ser

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/276000>

consolidado, posto que esse tipo de formação compreendia a expressão de uma “anomia social” (Cardoso et al., 2021).

Portanto, o poder público partia do entendimento que a permanência dessas localidades promovia a instabilidade civilizatória e, para solucionar o problema, deveria então haver a integração à vida urbana através de habitações regulares e construídas segundo as regras vigentes de higiene e urbanismo. Partindo então dessa concepção, foram constituídos os Parques Proletários, por iniciativa do Governo Federal e da administração do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) entre 1941 e 1943 (Cardoso et al., 2021).

Com a criação dos Parques Proletários, o Estado propôs o plano de remover as favelas de uma outra maneira. Embora utilizando-se de dois termos, “parques” e “proletários”, como forma de criar uma representação evocando o sentido agregador para a classe trabalhadora, na prática em nada se assemelhavam, pois os “parques pouco tinham de proletários”, mas uma realidade de “submissão das famílias a convívios discriminatórios e disciplinas opressivas” (Mello et al., 2012, p. 41; Rios, 2012).

Já o prefeito Pedro Ernesto (1931-1936) adotou posicionamento no sentido oposto ao pensamento dominante em relação à favela. Além de revogar o plano de ordenamento criado pelo arquiteto Agache, concedeu subsídios às escolas de samba e deixou de adotar todas as políticas públicas de remoção e de reassentamento dos favelados. Sendo assim, Pedro Ernesto alterou as relações políticas até então existentes entre os poderes públicos e os moradores das favelas, a fim de promover a força política das favelas para que estas fossem capazes de resolver os próprios problemas de moradia (Gonçalves, 2014).

O Prefeito também instalou alguns serviços públicos nas favelas e, orientado pela reforma educacional de Anísio Teixeira, construiu várias escolas públicas no entorno e uma dentro da favela da Mangueira, Escola Humberto de Campos. Com isso, devido às iniciativas, Pedro Ernesto tornou-se bastante popular. Porém, acusado de comunismo pelo Presidente Getúlio Vargas, foi preso nos anos de 1936 e 1937, vindo a falecer em 1942 (Gonçalves, 2014).

A partir de então o projeto de destruição das favelas se radicalizou. Conservadores e, principalmente, a classe média, defendiam a destruição total das favelas, pois as consideravam serem a origem dos malefícios sociais no espaço urbano. Tal posição de combate à favela revelou ser um contrassenso

com a classe trabalhadora, pois se, por um lado, os mesmos favelados eram vistos como a escória a ser extirpada, do outro eram aceitos para atuar na reprodução e acúmulo do capital e, portanto, nos avanços da cidade (Cardoso et al., 2021).

Contudo, a partir dos anos 1950, as favelas do Rio de Janeiro tornaram-se relevantes aos interesses políticos e ao campo de estudos, como os voltados aos “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, realizado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) (Mello et al., 2012; Valladares, 2012).

Contemporânea da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, a iniciativa da SAGMACS foi um trabalho vanguardista quanto à abordagem humanizadora sobre as favelas cariocas (Mello et al., 2012; Rios, 2012)).

Inspirada em uma visão revolucionária do movimento “Economia e Humanismo”, proposto pelo dominicano e economista Louis-Joseph Lebreton, a SAGMACS não enxergava a favela como “um amontoado desorganizado de barracos”, e que abrigava “uma população totalmente desestruturada, miserável ou delinquente, carente de esmola ou de cadeia” (Mello et al., p. 45, 2012). De forma ímpar a SAGMACS abordou a vida cotidiana dos moradores das favelas de modo humanizado, sendo publicizado em formato de um relatório<sup>12</sup>.

Datado no ano de 1947, o primeiro recenseamento sobre as favelas já indicava a existência, no Rio de Janeiro, de 119 favelas, 70.605 casebres e uma população de 283.390 moradores, o que já correspondia a aproximadamente 14% da população total da cidade (Oliveira, 2014, p. 134).

Frente às lutas de combate às injustiças, diante dessa realidade, insurge a favela como potência em uma virada na representação política, em razão do reconhecimento e da promoção feita pelos moradores (Mello et al., 2012; Valladares, 2012).

Com esse cenário, a favela passou a atrair a atenção de diferentes atores, tanto da esfera religiosa, a exemplo da Igreja Católica, por meio da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, como do governador Carlos Lacerda (1960-65), ao tentar dirimir ações estrategistas com intenção de angariar benefícios em causa própria.

---

<sup>12</sup> Nos dias 13 e 15 de abril de 1960, o extenso e completo estudo sobre as favelas cariocas foram publicados no jornal *O Estado de São Paulo* (Mello et al., p. 253, 2012)

Devido à proximidade do Professor José Arthur Rios junto aos moradores de favelas, em razão de ter sido o coordenador de pesquisa da SAGMACS, o governador Carlos Lacerda o convidou a assumir a Secretaria que lidava diretamente com as favelas. Lacerda tinha por objetivo conquistar e superar a oposição junto aos moradores, através de Arthur Rios, ao estabelecer canais de comunicação e de negociação com as lideranças locais e, em contrapartida, controlar a atuação delas.

Embora a Igreja Católica já estivesse presente nas favelas através das iniciativas de algumas paróquias ou certos grupos religiosos, sua atuação se tornou mais profunda mediante a Fundação Leão XIII, fundada em 1947, e pela Cruzada São Sebastião, criada em 1955 por Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio (Mello et al., 2012; Valladares, 2012).

Seguindo modos de intervenção distintos, a Fundação Leão XIII visava questões voltadas à educação, à saúde e, com isso, a criação de centros de ação social. Já a Cruzada São Sebastião concentrou-se na produção de moradias e equipamentos de infraestrutura, como exemplo do Conjunto Habitacional Cruzada São Sebastião, inaugurado em 1955, destinado aos moradores expulsos da favela da Praia do Pinto pela campanha iniciada por Carlos Lacerda (Mello et al., 2012; Valladares, 2012).

Localizada no Leblon, a favela da Praia do Pinto ocupava uma área nobre para os grandes investimentos imobiliários destinados a residências para a classe média. Em razão disso, a favela começou a ser removida quando as primeiras famílias foram levadas para o conjunto habitacional na Cidade Alta (Brum, 2012) e, em seguida, em maioria para a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, nos conjuntos habitacionais da Cidade de Deus, em Jacarepaguá; Vila Kennedy, em Senador Camará; Vila Aliança, em Bangu, e para a zona norte, na Vila Esperança, em Vigário Geral (Valladares, 2000).

Apesar dos moradores da favela da Praia do Pinto terem se recusado a deixar o local, passaram a sofrer fortes pressões e, por causa disso, tiveram que aceitar a mudança forçada quando um incêndio destruiu totalmente as moradias (Brum, 2012).

Por intermédio dos recursos federais, doações e direitos concedidos pelo

Poder Federal, através do Decreto Federal nº 39.635/56<sup>13</sup>, sobre os terrenos situados entre a Avenida Brasil e a Baía de Guanabara, a Cruzada São Sebastião atuou em várias favelas e efetuou a construção dos prédios no renomado bairro do Leblon, para abrigar os moradores da favela da Praia do Pinto. Contudo, apesar de ter sido transformada, até certa medida, em uma instituição atrelada à implementação de uma política governamental destinada às favelas, a Cruzada São Sebastião perdeu influência após a posse do governador Carlos Lacerda (1960-1965) (Gonçalves, 2013).

Jornalista, escritor e empresário, Carlos Lacerda<sup>14</sup> foi fundador do jornal Tribuna da Imprensa e da editora Nova Fronteira e, como Governador da Guanabara (1960-1965), pôs em prática a narrativa de combate às favelas. Ao assumir o Governo, Carlos Lacerda se interessou pela favela ao tomar ciência do método inovador da SAGMACS e vê-la como uma oportunidade para atingir seus próprios interesses políticos. Para isso, Lacerda convidou o coordenador da SAGMACS, o Prof. José Arthur Rios, para assumir uma secretaria com objetivo de implantar políticas públicas nas favelas (Gonçalves, 2013).

A estratégia de Lacerda era utilizar-se dos canais viabilizados pela SAGMACS junto aos moradores das favelas e, com a aproximação, conseguir adesão eleitoreira. De igual modo, Lacerda também visou elaborar uma forma para controlar a atuação das lideranças locais mediante a criação de um modelo para as associações de moradores. Contudo, apesar das associações de moradores terem sido constituídas em várias favelas, Lacerda não conseguiu atingir o objetivo pretendido, uma vez que, na prática, estas serviram como mecanismos para as pautas de luta dos moradores (Gonçalves, 2013).

Sendo assim, em oposição às políticas de remoção, ou “erradicação”, termo usado nos anos 1950, moradores das favelas prosseguiram a se reunir a fim de resistir às atrocidades e lutar por direitos, dando origem a criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, a Coalização dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTFRJ), em 1959 e a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), em

---

<sup>13</sup> O Decreto Federal 39.635, de 19 de julho de 1956, dita sobre autorização à Cruzada São Sebastião junto a áreas disponibilizadas para aproveitamento na urbanização e humanização das favelas do Rio de Janeiro. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.leg.br)

<sup>14</sup> Disponível em: [Biografia Carlos Lacerda — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.leg.br)

1963 (Gonçalves, 2013).

Devido às pressões sofridas durante os anos de 1950 e em defesa às ameaças de despejos, moradores da Favela do Borel criaram uma associação, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), sob orientação e auxílio do advogado Antoine de Magarinos Torres<sup>15</sup> (Gonçalves, 2013, p. 152).

Contudo, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) não se limitou a lutar apenas contra as ordens de despejo no Borel. Diante da realidade enfrentada por outras favelas, a UTF buscou também unir todas a “lutar pela posse da terra, reforma agrária, leis de aposentadoria, por um salário-mínimo condizente com necessidades reais, aposentadoria, pensões, direito de greve, educação e urbanização” (Mello, 2014, p. 19).

Assim sendo, a partir da influência exercida com a experiência no Borel, a UTF buscou ampliar a influência para outras favelas, com objetivo de promover os favelados à condição de trabalhadores, direcionada à aspiração de uma consciência de classe. A UTF teve forte atuação na mediação dos interesses dos favelados junto aos poderes públicos. Porém, devido às críticas feitas pela imprensa e o receio das elites sobre a possível orientação política aos favelados, a UTF foi acusada de subversão por associação ao comunismo e fechada em 1957 pelos agentes da Divisão Política e Social (DPS) da polícia (Gonçalves, 2013).

Mesmo interdita, a influência da UTF continuou a reverberar, dando surgimento à Coalização dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTFRJ), em 1959. Diferente da UTF, a CTFRJ possuía características institucionais mais sólidas com os poderes públicos, tendo um estatuto inspirado nas organizações sindicais. Além disso, a CTFRJ argumentava que deveria ser a única a mediar e ter o controle sobre as questões ligadas aos trabalhadores favelados, fugindo assim do discurso de reivindicações e dos princípios de

---

<sup>15</sup> Antoine de Magarinos Torres pertencia a uma família tradicional do bairro da Tijuca. Participou de movimentos democráticos e progressistas, como os Movimentos Intelectuais pela Paz e dos juristas democráticos. Teve atuação ativa nos movimentos de apoio aos favelados. Foi filho do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e jurista, Antonio Magarinos Torres. Disponível em: [SciELO - Brasil - O advogado e os "Trabalhadores Favelados": Antoine de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960 O advogado e os "Trabalhadores Favelados": Antoine de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960](#)

combate da UTF frente aos poderes públicos (Gonçalves, 2013).

Já a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), surgida no Morro do Catumbi, em uma reunião no clube de futebol Sociedade Esportiva Caiçaras, recorreu à busca de outros mecanismos de luta, diferente da UTF no combate às remoções. Contrário ao posicionamento da CTRRJ, a FAFEG organizou as primeiras ações voltadas ao eixo de luta pelo direito do favelado na perspectiva simbólica, sendo o passo inicial o de ressignificar o conceito pejorativo construído pela memória oficial sobre a favela, ao atrelar à condição de moradia como marca distintiva, transformando-a como representação de uma potência agregadora (Mello, 2014).

Desse modo, para atingir tal finalidade, a FAFEG organizou vários eventos, tais como as premiações “Rainha dos Favelados”, “Cidadão Favelado”, “Favelado do Ano” e a criação do “Dia do Cidadão Favelado”, além da realização de “Concursos Literários”; “Festivais de Músicas”; “Concursos de Misses das Favelas”, nomeado “As dez mais elegantes das Favelas”. Com as iniciativas, a FAFEG chegou a influenciar o programa do apresentador Flávio Cavalcanti, do canal Tupi de Televisão, com a criação do quadro “A grande chance”, cujo critério de participação era destinado apenas aos moradores de favelas (Mello, 2014).

Portanto, à vista disso, a FAFEG<sup>16</sup> buscou não apenas fortalecer a identidade coletiva e mostrar os valores existentes nas favelas através da cultura e da música, mas também incentivar o associativismo e a representatividade comunitária. Entretanto, com o advento do golpe militar de 1964, as remoções se intensificaram ainda mais.

Apesar das várias frentes de resistência às remoções, a condução da política ganhou força com a junção dos esforços entre a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM) e o Governo da Guanabara. Portanto, de 1968 a 1973 houve a maior empreitada de remoções vista em favelas na cidade do Rio de Janeiro, tendo por resultado a remoção de mais de 175 mil moradores de 62 favelas, sendo um dos casos marcantes os

---

<sup>16</sup> Posteriormente, no ano de 1975, a Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ) sucederia a FAFEG. Informações disponíveis em: <https://pt.globalvoices.org/2024/01/19/federacao-de-favelas-do-rio-busca-reparacao-inedita-por-perseguido-na-ditadura/> e <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/federacao-de-favelas-do-rio-busca-reparacao-inedita-por-perseguido-na-ditadura>

ocorridos nas favelas Getúlio Vargas e da Praia do Pinto (Brum, 2012).

Vizinha à favela da Praia do Pinto, em março de 1964, 116 famílias da Favela Getúlio Vargas foram removidas para a Vila Kennedy e para os Parques Proletários do Leblon e da Gávea. Os que resistiram, todavia, viram um incêndio destruir 44 barracos da favela. A partir de então, a prática de incêndios misteriosos tornou-se comum, semelhante ao ocorrido na favela da Praia do Pinto, onde havia resistências à remoção ao longo de toda a década de 1960 (Mello, 2014).

Posto isso, nos terrenos antes ocupados pelas favelas da zona sul foram construídas moradias da classe dominante com prédios luxuosos e locais recreativos. Tais impactos provenientes das remoções somente foram revelados por intermédio de pesquisas realizadas por Lícia do Prado Valladares, sobre o período entre 1962 e 1974, no Rio de Janeiro. O levantamento trouxe à tona a revelação da destruição em torno de 80 favelas, de mais de 26 mil barracos e remoção de 140 mil moradores (Oliveira, 2014, p. 134).

#### 4 - DO CHÃO AOS CORPOS DOS FAVELADOS

Contrapondo-se aos esforços governamentais para extinguir as favelas, a população favelada carioca apresentou um crescimento exponencial entre 1960 e 1980, com aumentos de 67,6% e 112%, respectivamente, nesses períodos (Mello et al., 2012, p. 42). Esse crescimento, no entanto, não se deu de forma isolada, mas acompanhado por um aumento da repressão estatal e da violência policial nas favelas (Figura 3).

Figura 3 - Homens negros algemados pelo pescoço pelo Policial Militar do estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia de Luiz Morier. Arquivo JB Assunto <sup>17</sup>,1982

A imagem acima representa o testemunho da ação abusiva e desumanizadora do agente da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, ao algemar homens negros pelo pescoço. O fotógrafo Luiz Morier conseguiu captar e denunciar a manutenção da herança colonial escravocrata e o funcionamento do sistema criminal, filtrado através da lente racial do agente policial.

Episódios lamentáveis como este passaram a ser denunciados e identificados no Brasil como “racismo institucional” pelos Movimentos Sociais

---

<sup>17</sup> <https://agenciasportlight.com.br/index.php/2018/02/08/uma-foto-que-devia-parar-o-brasil-se-fosse-no-leblon/>

Negros, na década de 1990, a partir das discussões de formulação e execução de projetos federais para equidade racial, mediante o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) (Ipea, 2007).

O conceito de racismo institucional foi enunciado pela primeira vez no livro “Poder Negro”, de autoria de duas lideranças integrantes do Partido Panteras Negras<sup>18</sup>. A obra teve o propósito de denunciar e explicitar a forma camuflada em que o racismo se propaga nas instituições mantenedoras das condições desiguais entre brancos e negros (Souza, 2011).

Diferente da forma individual, em que o racismo se manifesta na materialização da violência de indivíduos brancos contra indivíduos negros, no modo institucional há a descaracterização das ações materiais acometidas pelos atores e por isso, menos identificável. Assim, possuidor e envolto de perspicácia, o racismo institucional é, na maioria das vezes, isento de sofrer condenação pública, já que sua existência ocorre de forma velada e pulverizada (López, 2012).

Por estar no funcionamento de instituições e organizações, o racismo institucional promove a “distribuição desigual de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial” (López, p. 131, 2012), portanto, suas manifestações aparecem nos padrões sistemáticos da produção de injustiças e desigualdades sociais (Souza, 2011).

Tendo função central na formação e consolidação do Estado moderno, a raça foi construída e arquitetada como um marcador social e condicionante para engendrar a hierarquização do poder hegemônico.

Com a conformação deste sistema de dominação, os aparatos institucionais funcionam como sustentadores do Estado, que se constituiu a serviço dos grupos hegemônicos. Sendo assim, o racismo institucional surge como consequência do funcionamento e reprodução do sistema de dominação que lhe confere significado e existência (Souza, 2011).

Portanto, por ter sido forjado nos pilares das instituições, o racismo norteia

---

<sup>18</sup> Partido dos Panteras Negras, movimento social e político fundado em 1966 por Huey P. Newton e Bobby Seale na cidade de Oakland, na Califórnia, nos Estados Unidos, com objetivo de combater a violência policial, a opressão racial e a igualdade de direitos para os afro-americanos. Disponível em: Em 1º abril de 1967, nascia o Partido “Panteras Negras” – Fundação Cultural Palmares

sutilmente a produção da hierarquia racial na sociedade através dos indivíduos que o reproduzem, podendo persuadir até mesmo os próprios negros ao serem absorvidos no mecanismo reprodutor do racismo (López, 2012), isso porque a ocorrência do racismo institucional não compreende o ato de indivíduos, mas da estrutura (Souza, 2011). Devido tal fato, os negros, quando atuam na operacionalização do sistema, também produzem resultados raciais injustamente diferenciados, ainda que não tenham intenção de fazê-lo (Souza, 2011), tal como o caso denunciado pelas lentes do fotógrafo Luiz Morier, em 1982. A foto que se tornou famosa, intitulada “Todos negros”, foi tirada quando o repórter passava pela estrada Grajaú-Jacarepaguá, ao observar uma blitz da Polícia Militar carioca em que um policial negro algemou com cordas no pescoço homens também negros.

#### **4. 1 - A Instauração dos Novos Campos de Luta**

Junto ao crescimento da favela, surgem novos desafios a serem enfrentados pelos moradores. No capítulo anterior demonstramos as formas de contenção das favelas através de políticas de intervenção urbanísticas. Neste capítulo buscar-se-á refletir sobre o surgimento de uma nova configuração do sistema de controle sobre as favelas, mediante o processo de formulação da Segurança Pública como dispositivo constitucional.

A justificativa em aprofundar a discussão neste campo advém do fato da memória social sobre a favela ser atravessada pela complexidade de discussões que abarcam a realidade, e por estar inserida em um campo de lutas e de relações de poder (Gondar e Dodebei, 2005).

Em consequência dos relatos e das denúncias dos abusos policiais no acometimento de tortura, execução e desaparecimento de vítimas durante a ditadura, na década de 1980, período da redemocratização no Brasil, insurgem vários debates sobre o tema da Segurança Pública no Brasil.

Contudo, a criminalidade nos grandes centros urbanos foi utilizada para desviar a discussão em torno do tema e, também, como argumento para assegurar a continuidade do modelo doutrinário ditatorial. Orientado pela lógica de guerra, o modelo deveria ser estendido a todos considerados inimigos do Estado (Benetti, 2021).

Por conseguinte, suscitada a abertura política, um novo panorama político despontava no Brasil com a perspectiva de criação da Constituição Federal e as várias mobilizações em prol do processo de instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

A mobilização pró-constituente contou com diversas manifestações, como exemplo as representadas por meio da “Carta aos Brasileiros”<sup>19</sup>, em 1977; da “Carta de Manaus”<sup>20</sup>, em 1980; do “Movimento contra Carestia”<sup>21</sup>, em 1981 (Santos, 2015).

Em contrapartida, no âmbito político-partidário, em 1982, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fundado em 1980 como sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), obteve conquistas expressivas nas eleições diretas para governador (Santos, 2015).

Aproveitando-se da forte influência política do PMDB, em 1983 o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB) apresentou para a apreciação da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983<sup>22</sup>, mais conhecida como Emenda Dante de Oliveira. A emenda tinha por objetivo promover as eleições diretas para presidente da república e, por consequência, a extinção do colégio eleitoral (Santos, 2015).

Porém, mesmo com o apoio popular de milhões de brasileiros que se dispuseram na realização de ativas manifestações públicas e comícios, denominadas de “Campanha Diretas-Já”, e de alguns políticos governistas, a PEC Dante de Oliveira fora derrotada e os nomeados representantes Tancredo

---

<sup>19</sup> A “Carta aos Brasileiros”, publicada em 8 de agosto de 1977, foi uma manifestação de repúdio e um marco na luta pela redemocratização do Brasil durante a ditadura militar. Foi elaborada por um grupo de juristas e intelectuais, liderados por Goffredo da Silva Telles Jr., contrários ao regime militar e em defesa do restabelecimento do Estado de Direito. A Carta aos Brasileiros está disponível em: [https://direito.usp.br/pca/arquivos/5f223ea6ae26\\_cronica-das-arcadas.pdf](https://direito.usp.br/pca/arquivos/5f223ea6ae26_cronica-das-arcadas.pdf)

<sup>20</sup> A “Carta de Manaus”, também conhecida como “Declaração de Manaus”, resultou da VIII Conferência Nacional dos Advogados realizada em Manaus, de 18 a 22 de maio de 1980. A íntegra da “Declaração de Manaus” pode ser encontrada nos Anais da VIII Conferência nacional da OAB. Rio de Janeiro: Editora da OAB, disponível em: <https://www.oab.org.br/biblioteca-digital/publicacoes/17#>

<sup>21</sup> O “Movimento contra Carestia” originou-se da luta das Mulheres, nos chamados “Clubes de Mães”, criados em 1972 dentro das comunidades eclesiais de base da igreja Católica, ganhando proporções como sendo um dos maiores movimentos populares contra a ditadura no Brasil. Paralelamente aos movimentos sindicais, o Movimento contra a Carestia multiplicou-se por toda a cidade quando passaram a reivindicar creches, luz, água encanada e a questionar a alta dos preços dos alimentos. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/movimento-contra-a-carestia-a-luta-das-mulheres-da-periferia-contra-a-ditadura/>

<sup>22</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>

Neves do PMDB e José Sarney, dissidente do PDS, foram indicados respectivamente para assumir a presidência e vice-presidência pelo Colégio Eleitoral (Santos, 2015).

Frente a isso, em busca de asseverar a ampla atuação da sociedade civil, diversas iniciativas continuaram a lutar a favor da convocação e participação popular na ANC, tais como o “Movimento Nacional pela Constituinte” no município de Duque de Caxias, do Rio de Janeiro; o “Plenário Pró-Participação Popular”, em São Paulo ; o “Congresso Brasileiro de Professores”, em que foram discutidas a adesão da categoria à Campanha Nacional pela Constituinte ; a “Reunião dos Sindicatos em Prol Da Constituinte”; a campanha “Os trabalhadores e a Constituinte”; o “Primeiro Ciclo de Debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte”, na sede da OAB no Distrito Federal; a “Instalação do Comitê Mineiro pela Constituinte e pelas Eleições Diretas nas Capitais”; o “I Ciclo de Estudos em Prol da Assembleia Nacional Constituinte promovido pela OAB do Mato Grosso”, sendo estes alguns dos exemplos das articulações (Santos, 2015, p. 23).

Já no ano de 1985 foram realizados protestos em prol da abertura de participação da sociedade civil denominada “pró-Constituinte” e mobilizações em favor de um modelo organizacional da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). As mobilizações tiveram como principal objetivo a luta por uma ANC livre, soberana, exclusiva e que acolhesse os anseios populares (Motter, 2019, p. 143).

Contudo, mesmo diante dos apelos da mobilização nacional por uma ANC exclusiva, foi aprovada a Constituinte Congressual e em novembro de 1985, por meio da Emenda Constitucional N°26, a Constituinte foi convocada (Santos, 2015).

Diante da derrota de uma ANC exclusiva, plenários e movimentos pró-participação popular se reuniram e alavancaram a campanha “Diga Gente e Projeto Constituição”, em prol da participação popular. Em resposta, foram disponibilizados cinco milhões de formulários nas agências dos Correios do Brasil para o registro de sugestões da população e, após preenchimento, encaminhadas sem custos para o Senado Federal. Essa iniciativa foi considerada uma vitória dos movimentos sociais no que se refere às possibilidades de participação no processo constituinte (Santos, 2015).

Por conseguinte, durante o ano de 1986 prosseguem as mobilizações a fim de garantir a participação popular mediante apoio aos candidatos partidários em defesa dos interesses de determinados grupos sociais, apesar de haver no Congresso poucos parlamentares alinhados à esquerda partidária (Santos, 2015).

Dividindo o mesmo palco, lá estiveram os partidos conservadores (PFL, PDS, PTB, PL e PDC) a ocupar 201 cadeiras e os partidos de esquerda, com não mais que 50. “Reunidos, os partidos de esquerda, PCB, PC do B, PDT, PSB e PT não tinham 10% das cadeiras na ANC. Diante de tal realidade, restava então lutar pela elaboração do Regimento Interno e garantir a participação popular na Constituinte” (Santos, 2015, p.29).

Dos anos finais de 1986 até março de 1987, os movimentos sociais também promoveram atos públicos e encontros com a intenção de sistematizar as demandas e propostas a serem levadas à ANC em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. Acompanhado do slogan “Constituinte sem povo não cria nada de novo”, o coletivo de entidades e movimentos sociais pressionaram para que o “Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte” acolhesse as reivindicações destinadas a participação da sociedade civil junto a ANC (Motter, 2019, p.154).

A abertura democrática foi, para os movimentos sociais reprimidos durante a ditadura militar, a insurgência em defesa de uma democracia para todos. Além disso, diante do campo institucional que se estabelecia, os movimentos sociais viram também como oportunidade para se disputar a formulação de políticas públicas destinadas a contemplar as demandas da sociedade civil, frente o acirramento da desigualdade social e do agravamento dos problemas sociais (Tanaka, Coli e Costa, 2023).

Diante disso, o Senado Federal, atendendo as reivindicações da sociedade civil, criou três instrumentos para promover a participação popular: as emendas populares, as audiências públicas e as sugestões. Porém, embora o Regimento Interno da Constituinte, no artigo 24, tivesse formalizado a participação popular na forma de “emenda popular”, a iniciativa popular enfrentou na Constituinte forte resistência dos setores conservadores e até de alguns progressistas, por considerarem uma ameaça ao princípio da democracia representativa, isto é, uma “cassação branca” das prerrogativas dos

parlamentares (Motter, 2019, p.155).

Contudo, mesmo diante das ofensivas, isso não impediu a participação popular e dos diversos atores representantes da esfera civil de atuarem na Constituinte.

#### **4. 2 - Arranjos e (Des)Caminhos. A configuração da Segurança Pública**

Sendo considerado um espaço importante nas decisões, o Congresso Nacional adquiriu uma parcela de responsabilidade na definição do pacto social e político. Mas as forças conservadoras e o próprio governo se organizaram para garantir a continuidade do regime anterior (ditadura) por meio do controle sobre a constituinte (Benetti, 2021), especialmente em torno do tema sobre a Segurança Pública.

O tema da Segurança Pública na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi marcado por conflitos de interesses entre diversos atores integrantes dos grupos da esfera civil e institucional (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

De acordo com Benetti (2021), a resistência conservadora em torno do tema da Segurança decorreu em razão da herança do capital político da ditadura, isto é, o garantidor em dar continuidade às estruturas do sistema na passagem do regime autoritário para o democrático.

Portanto, sendo o Congresso constituinte o núcleo do poder encarregado por definir a futura ordem jurídico-institucional do país, foi nesse cenário que o tema de Segurança Pública protagonizou discussões acirradas em razão da disputa pela formulação do dispositivo constitucional a ser inserido na Constituição Federal.

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi convocada em 27 de novembro de 1985, eleita em 15 de novembro de 1986 e oficialmente instalada em 10 de fevereiro de 1987 (Motter, 2019, p. 148).

No período de 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988, 559 parlamentares desempenharam as funções de constituintes. Segundo Benetti (2020, p. 43), a distribuição dos constituintes por partido político deu-se da seguinte forma:

- 306 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro<sup>23</sup> (PMDB),
- 132 do Partido da Frente Liberal (PFL),
- 38 do Partido Democrático Social (PDS),
- 18 do Partido Trabalhista do Brasil (PTB),
- 7 do Partido Liberal (PL),
- 6 do Partido Democrata Cristão (PDC),
- 26 do Partido Democrático Trabalhista (PDT),
- 16 do Partido dos Trabalhadores (PT),
- 3 do Partido Comunista Brasileiro (PCB),
- 3 do Partido Comunista do Brasil (PC do B),
- 2 do Partido Socialista Brasileiro (PSB),
- 1 do Partido da Mulher Brasileira (PMB) e
- 1 do Partido Social Cristão (PSC).

Com a maioria dos constituintes pertencentes aos partidos conservadores, isso influenciou a condução das pautas sobre o tema de Segurança Pública.

Após formulação das normas regimentais e aprovação do Regimento Interno<sup>24</sup> pela Assembleia Nacional Constituinte, a elaboração do novo texto constitucional foi incumbida às oito (8) Comissões Temáticas e suas respectivas vinte quatro (24) Subcomissões Temáticas<sup>25</sup> (Anexo C).

Para a coordenação das Comissões e Subcomissões foram eleitos um presidente, um vice-presidente e um relator. Devido a força representada pela quantidade parlamentar do PMDB, a maioria dos cargos foram ocupados pelos representantes do partido nas presidências e vice-presidências (Santos, 2015)

A discussão do tema da Segurança Pública ficou a cargo da Subcomissão de “Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança”<sup>26</sup>, sendo o Presidente José Tavares, do PMDB, o vice-Presidente, Raimundo Lira, do PMDB, segundo vice- Presidente, Daso Coimbra, do PMDB e o Relator, Ricardo Fiuza, do PFL (Fontoura et al., 2009; Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

Em contrapartida, a Subcomissão vinculada à Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições, foi presidida pelo Senador Jarbas

---

<sup>23</sup> Posteriormente, em junho de 1988, 38 parlamentares, liderados por Mário Covas, saíram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e criaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (Benetti, 2020, p. 43).

<sup>24</sup> Regimento Interno — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

<sup>25</sup> Comissões e Subcomissões — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

<sup>26</sup> Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

Passarinho, que participou do Ato Institucional nº 5<sup>27</sup> (AI-5), em 1968, e, por consequência, do fechamento do Congresso Nacional. O Senador Jarbas Passarinho, além disso, ficou também encarregado dos capítulos ligados às Forças Armadas e à Segurança Pública (Zaverucha, 2005 apud Nóbrega Júnior, 2010, p. 120).

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança foi composta por 11 deputados do PMDB, 4 deputados do PFL e 1 deputado representante dos partidos: PDS, PDT, PTB e PT, no total de 4.

Portanto, essa divisão desproporcional, com maior número de deputados peemedebistas, segundo Ribeiro e Burlamaqui (2018), acabou por favorecer a Força Militar, uma vez que a maioria dos componentes da Subcomissão e da Comissão responsáveis por elaborar o dispositivo constitucional da Segurança Pública pertenciam a bancada conservadora (p.384).

#### **4. 2. 1 - A Arena dos Conflitos**

Sendo assim, a temática sobre Segurança sofreu, na esfera institucional, forte influência dos peemedebistas, pois o PMDB foi o partido com maior representação na bancada da ANC. A maioria dos parlamentares peemedebistas acreditava que os militares deveriam atuar como força interna, assim como parlamentares dos outros partidos, do PFL, PDS e PTB. Apenas uma pequena parcela peemedebista apoiou a atuação militar apenas na segurança externa. Já os deputados dos partidos do PCdoB, PCB, PSB e PT queriam que as Forças Armadas “só saíssem em caso de guerra” dos quartéis. Ademais, o PT defendia a atuação das Forças Armadas apenas na área de segurança externa, a desmilitarização das polícias e a extinção da Polícia Militar (Ribeiro e Burlamaqui, 2018, pp. 397 e 380).

Ao contrário dos demais partidos considerados de esquerda, o PDT se dividiu, com a maioria defendendo a atuação militar apenas na ordem externa. Essa descrição do comportamento político em torno do tema da Segurança Pública revelou a existência de discordâncias e disputas entre os constituintes (Ribeiro e Burlamaqui, 2018, p.380)

---

<sup>27</sup> [AIT-05-68 \(planalto.gov.br\)](http://ait-05-68.planalto.gov.br)

No âmbito da Subcomissão de “Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” ocorreram, no interior das audiências públicas, as discussões sobre o dispositivo da Segurança Pública de modo particularizado. Os debates nas audiências públicas sobre o tema tiveram a participação<sup>28</sup>, a saber:

De quatro professores da Escola Superior de Guerra (ESG); quatro oficiais das Forças Armadas; dois Generais da reserva<sup>29</sup>; três representantes da Polícia Federal; quatro oficiais da Polícia Militar; um oficial do Corpo de Bombeiros; dois integrantes do Conselho de Segurança Nacional; Presidente da Ordem dos advogados do Brasil (OAB); Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e o Diretor adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Fontoura et al., 2009, p.141; Burlamaqui e Ribeiro, 2018, p. 388).

Durante as audiências, foram defendidas duas concepções proponentes, uma pela Escola Superior de Guerra (ESG) e a outra pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

A defesa feita pela Escola Superior de Guerra sustentava o ideal de um Estado soberano em relação à segurança externa e interna. Conforme as palavras de um dos representantes da ESG: “Quem está acima de todos os poderes é a Nação, e a Nação é que necessita de um estado soberano, exercendo a soberania, tanto no plano interno quanto no plano externo” (Ribeiro e Burlamaqui, 2018, p. 388). Já o constituinte José Genoíno, do Partido dos Trabalhadores (PT), a entidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, detiveram argumentos a favor de um Estado como garantidor dos direitos dos indivíduos, ou seja, a concepção de Segurança concebida em um Estado Democrático de Direito, diferente a forma apresentada pela ESG (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

---

<sup>28</sup> No Anexo D, encontra-se a lista contendo a identificação das entidades, nomes dos representantes e respectivos cargos.

<sup>29</sup> Convite feito pelo constituinte Iram Saraiva ao General do Exército, Euler Bentes Monteiro, e o General de Brigada, Oswaldo Pereira Gomes, por serem críticos ao regime militar. O general Euler Bentes chegou a se candidatar a Presidente da República pelo MDB em 1979, como forma de protesto à continuação do regime militar. O Colégio Eleitoral, por ocasião do pleito indireto, acabou sendo escolhido o general Figueiredo (Burlamaqui e Ribeiro, 2018, p. 388).

#### **4. 2. 2 - A Barreira para os Avanços Autoritários**

Um ponto que chama atenção sobre a composição da mesa de debate sobre Segurança Pública nas audiências públicas da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança foi de ter apenas dois convidados não ligados à polícia ou às Forças Armadas, deixando em evidência a rejeição relativa à participação dos representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

Para compreender a aversão, vale recuperar que o conflito entre as Forças Armadas e os Movimentos Sociais advém de períodos anteriores à ANC. Durante as décadas de 1960 e 1970, os movimentos populares atuaram contra a ditadura militar. Perseguidos, criminalizados, e praticamente dizimados pelo regime militar, os movimentos foram tidos como ameaçadores para a Segurança Nacional. Em razão disso, no ano de 1970 foram criadas as unidades especiais, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Rio de Janeiro e as Rondas Tobias Barreto (ROTA), da Polícia Militar de São Paulo, ambas vinculadas às Forças Armadas (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

O interessante é que, nessa mesma época, houve o primeiro projeto piloto implementado na favela da Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro, de policiamento comunitário, com a criação do Centro Integrado de Policiamento Comunitário (CIPOC) (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

Diante desse histórico, depreende-se que o motivo dos Movimentos Sociais terem sido banidos das discussões nas audiências públicas foi não somente pelo motivo de lutarem pelas reformas das polícias, mas também por serem considerados contrários à ordem social defendida pelos militares.

De igual modo, constituintes progressistas alegaram que a razão de terem pouca influência na ANC foi, em parte, ocasionada pela ausência de participação dos representantes dos Movimentos Sociais reformistas nas audiências públicas, sendo somada a isso a pressão exercida por alguns estados influentes e populosos ao sugerirem apoio à repressão das polícias. Assim, supõe-se que isso tenha limitado a atuação da ala progressista nas discussões sobre a Segurança Pública no interior da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

Entretanto, por mais que houvesse expressiva maioria conservadora, a

articulação de atores da sociedade civil impôs intensa pressão sobre o processo de produção do novo texto constitucional (Benetti, 2021). Vale destacar que, nesse período, grupos e personalidades sociais realizaram 225 eventos e 15 variados tipos de ações nas frentes de luta (Santos, 2015).

Portanto, a ANC foi palco de distintos e diversos atores: dos movimentos populares, religiosos, sanitaristas, trabalhadores, aposentados, coletivo de mulheres, indígenas, negros, ruralistas, banqueiros, multinacionais, atores estatais membros dos Poderes Executivo e Judiciário, das Forças Armadas, entre outros (Santos, 2015, p.40).

Dentre os citados, destaco as articulações e estratégias adotadas pelo Movimento Negro em torno do tema Segurança Pública.

#### **4. 2. 3 - O Movimento Negro e o Lobby Militar**

Durante os anos 1970 e 1980, no contexto pré-Constituinte, o Movimento Negro atuou fortemente na luta antirracista no Brasil (Santos, 2015). Embora o processo de abertura tenha possibilitado a atuação política e a intensificação das lutas antirracistas, a comunidade de informações e segurança potencializou a vigilância sobre os setores sociais nesse período.

A denominada “polícia política” considerava os grupos ligados ao Movimento Negro como “subversivos”, responsabilizando-os de introduzirem no Brasil uma “falsa problemática” ao denunciar as injustiças sociais e a violência policial. Para a polícia, o posicionamento dos negros e negras transgredia as leis e seus comportamentos “incitavam ao ódio e discriminação racial”, além de desmoralizar o Estado brasileiro frente à comunidade internacional mediante as denúncias dos casos de violência cometidos pelos agentes policiais. Assim, em resposta à militância dos grupos, as atividades realizadas pelo Movimento Negro tinham, na maioria das suas ações, a vigilância constante de policiais infiltrados (Santos, 2015, p.43).

Mas, apesar de toda opressão estatal, emergiram, a partir de 1970, diversas entidades negras em vários locais no Brasil, a saber: Grupo Palmares, em 1971; Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e o Grupo de Teatro Evolução, em 1972; Núcleo Afro-Brasileiro, em 1976; Sociedade de Intercâmbio

Brasil-África (SINBA), em 1974; Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1975; Grupo de trabalho André Rebouças e o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), em 1975. Somado às entidades mencionadas, também houve o retorno da imprensa negra por meio da publicação de jornais como: SINBA (1977); Africus (1982); Nizinga (1984); Jornegro (1978); O Saci (1978); Abertura (1978); Vissungo (1979); Pixaim (1979); Quilombo (1980); Nêgo (1981); Tição (1977) e Ébano (1980) (Santos, 2015, p. 44-45).

Assim, o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, teve uma expressiva representação como “marco do surgimento de uma mobilização de caráter político-reivindicativo no que se refere às questões raciais no Brasil”. A exemplo disso, tem-se a elaboração de documentos contendo denúncias de casos de violência policial e as diretrizes para as manifestações em praças públicas e trabalhos junto à comunidade (Santos, 2015, p. 46-48).

Outra entidade influente foi a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO), organização política criada em agosto de 1979, composta por políticos negros contrários ao regime ditatorial. Após a abertura política e a reformulação partidária, a FRENAPO obteve a adesão de emblemáticos políticos negros: Jurema Batista, Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Milton Barbosa, Magno Cruz, Rafael Pinto, Gevanilda Silva, Matilde Ribeiro, Edson Cardoso, Abdias Nascimento, Carlos Alberto Caó, Hélio Santos, Ivair Augusto Alves dos Santos e Antonio Carlos Arruda da Silva (Santos, 2015, p. 50-52).

Contudo, a possibilidade da participação dos ativistas como representantes dos partidos políticos não foi bem aceita por várias lideranças pertencentes ao Movimento Negro, pois alguns temiam “a partidarização do movimento social ou emparelhamento”, ainda que o acesso nessa esfera facultasse conquistas importantes no âmbito institucional para a questão racial (Santos, 2015, p.53).

Porém, mesmo sendo contrário ou receoso, o Movimento Negro acabou apoiando as campanhas eleitorais de parlamentares para compor o processo constituinte: Benedita da Silva, Lélia Gonzalez, Edson Cardoso e Milton Barbosa pelo PT, Thereza Santos pelo PMDB e Abdias Nascimento, Carlos Alberto Caó e João Francisco pelo PDT (p.56). Porém, em novembro de 1986, somente Benedita da Silva do PT/RJ e Carlos Alberto Caó do PDT/RJ se elegeram. Junto

a estes, mais dois representantes compuseram a “Bancada Negra da Constituinte”, Edimilson Valentim do PT/RJ e Paulo Paim do PT/RS (Santos, 2015, p.59).

Um outro ponto importante sobre o protagonismo de grupos na composição interna da Constituinte foi a ascendência de duas bancadas, a feminina e a evangélica. Interessa-me neste momento destacar a bancada feminina, por ter tido um aumento expressivo no Congresso.

A Constituição de 1934 foi a constituição brasileira a ter a presença de uma única mulher, Carlota Pereira de Queiroz, entre os 214 deputados eleitos para elaborar o primeiro texto constitucional da Era Vargas. Carlota foi a primeira Deputada Federal, sendo considerada um marco na representação política da mulher brasileira (Souza, 2008).

No ano de 1979, Eunice Michiles também foi a primeira mulher a ser empossada como Senadora, assumindo a vaga do Senador João Bosco de Lima, representante do Estado do Amazonas, devido ao seu falecimento dois meses após a posse (Souza, 2008).

Já nas eleições de 1982, oito mulheres foram eleitas Deputadas Federais, elevando para 26<sup>30</sup> no ano de 1986. Todas foram eleitas para a Câmara dos Deputados, mas nenhuma para o Senado Federal. As mulheres representavam 5% do total de parlamentares do Congresso Nacional (Souza, 2008).

Na cerimônia de posse da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, as deputadas se manifestaram de mãos dadas e erguidas na solenidade, porém, diferente da imagem, a bancada feminina não apresentava conformidade político-ideológica, pois a maior parte compunha a ala conservadora, somadas, assim, aos demais constituintes (Souza, 2008).

Conforme descrito, a maior parte das deputadas integrantes na ANC compactuava da ideologia conservadora da maioria dos constituintes, isso fez com que as deputadas e deputados negros criassem estratégias de atuação frente às resistências e disputas temáticas.

Em março de 1987, antes da instalação das Subcomissões Temáticas,

---

<sup>30</sup> Considerada Bancada Feminina, 26 deputadas federais tomaram posse, mas ao longo de toda Constituinte apenas 25 participaram. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/copy\\_of\\_index.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/copy_of_index.html)

foi encaminhado um documento em formato de sugestão, nomeado de “Dossiê Mulheres Negras” pelo Conselho Estadual da Condição Feminina do Governo do Estado de São Paulo, da Comissão para Assuntos da Mulher Negra (Santos, 2015).

O dossiê continha denúncias, notícias jornalísticas, dados de pesquisa, relatos de vítimas e questões relacionadas à violência policial, discriminação e acesso à justiça. O documento foi elaborado a fim de sensibilizar os membros do Congresso Constituinte para que a nova Constituição tivesse mecanismos destinados a superar o racismo que afligia a maioria da população do país, ou seja, a população negra, pois “o racismo não é abstrato, mas algo que vai se concretizando no dia a dia” (Santos, 2015, p. 125). O documento continha relatos sobre a violência policial cometidos contra a população negra, sobretudo nas incursões domiciliares que, em sua maioria, eram justificadas como “caça aos bandidos” e, portanto, motivadas pela lógica de “que o negro é, por natureza, um marginal” (Santos, 2015, p.129).

Com a instauração da “Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias”, as discussões nas audiências públicas sobre a violência estatal ganharam mais exposição, a exemplo dos temas referentes à unificação das Polícias Civil e Militar e a sugestão dos crimes relacionados ao abuso do poder cometidos pela polícia a ser julgados pela justiça comum (Santos, 2015, p.132).

Lélia Gonzalez (integrante do PT, do Movimento Negro e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) viu a audiência pública com espaço para denunciar as injustiças, as desigualdades, a violência e, assim, desmascarar a suposta democracia racial (Santos, 2015).

Benedita da Silva também fez intervenções e afirmou a necessidade de compreender as diferentes etapas de luta, isto é, uma que acontecia naquele momento para que determinadas demandas fossem inseridas no texto constitucional, e uma outra, tão importante e posterior, a de fazer cumprir a Constituição. Benedita defendia a posição de continuidade da luta do Movimento Negro mesmo que nem todas as reivindicações feitas pela “Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias” fossem obtidas na elaboração do texto constituinte, pois acreditava na construção de estratégias a fim de garantir novas conquistas a posteriori

(Santos, 2015).

Em síntese, a militância do Movimento Negro compreendia que as audiências representavam uma etapa da luta contra a estrutura do racismo, mas que a atuação deveria ser constante nos anos vindouros, no sentido de garantir a efetivação das possíveis conquistas. Desta maneira, o Movimento Negro teve uma importante atuação na ANC e mesmo antes, nos anos 1960 e 1970, ao desafiar o discurso oficial estatal do regime militar baseado na ideologia “de uma Nação homogênea, mestiça e harmônica” (Santos, 2015, p 117).

Além disso, as audiências públicas também foram importantes para o Movimento Negro por terem sido espaços de vocalização de suas demandas e de enfrentamento aos “preconceitos camuflados” nas estruturas estatais mediante os pleitos encaminhados na forma de sugestões, das emendas populares e dos relatórios enviados à Subcomissão e Comissão (Santos, 2015). Ademais, o Movimento Negro teve grande participação na ANC ao denunciar de diversas formas a dimensão do racismo, não como fruto da omissão, mas como resultado da ação estatal, por meio da atuação policial sobre corpos e vidas negras, sobretudo nas favelas.

Por fim, conforme demonstrado, a defesa dos direitos da população negra e o combate à violência policial na ANC teve uma ampla discussão relacionada ao tema da Segurança Pública, logo, não se restringindo apenas à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, sendo também debatido na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

Contudo, as posições adversas eram bem evidentes. De um lado o bloco composto por todos aqueles a favor de um Estado democrático e, do outro, as Forças Armadas e os policiais, que atuaram de maneira ativa na Constituinte no sentido de preservarem suas atribuições, privilégios e garantias (Fontoura et al., 2009).

Assim sendo, a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança concentrou maior atenção às forças militares e aos parlamentares com visões mais conservadoras. Devido a isso, em razão da suspeita de negociações entre constituintes e os militares, de acordo com Benetti (2020), Ricardo Fiuza, relator da Subcomissão, foi acusado, à época, de estar comprometido com os interesses das Forças Armadas. Saindo em sua própria

defesa, Fiuza disse “que era parte da função do relator receber todos os interessados e que não via problema em fazê-lo em seu apartamento, fora dos registros públicos do Congresso” (Benetti, 2020, p. 44).

Segundo Fontoura et al. (2009), a Subcomissão se concentrou nos interesses dos militares, isto é, pela manutenção da instituição ditatorial e desconsiderou os apontamentos feitos pelos constituintes progressistas ligados à esquerda. De acordo com o relator da Subcomissão, a apresentação da proposta progressista não era consistente para a área de Segurança Pública, pois baseava-se no argumento da desmilitarização da polícia, embora a justificativa fosse apoiada em falas e estudos dos profissionais da área de Segurança, defensores dos Direitos Humanos e juristas da área criminal.

O lobby militar teve grande influência por utilizar, como estratégia, no debate das audiências públicas na Subcomissão, os temas em popularidade à época, relacionados à violência urbana. Desta forma, concentraram na mesma Subcomissão os principais temas de discussão de interesse das Forças Armadas ligados ao debate público e com mais repercussão na imprensa. Sendo assim, a função militar foi relativizada no novo regime como justificativa para a atuação dos militares no processo constituinte (Fontoura et al., 2009)

Ao incorporar o anteprojeto sobre Segurança Pública, o relator Fiúza discursou dizendo ter sido a primeira vez na história constitucional brasileira que o tema era inserido, isto em razão de atender aos apelos da sociedade devido à “onda de criminalidade e violência que atingia a vida urbana das cidades brasileiras” (Fontoura et al., 2009, p.142).

O anteprojeto da Subcomissão seguiu para a Comissão Temática com a seguinte redação: “A segurança pública é a proteção que o Estado proporciona à sociedade para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Fontoura et al., 2009). Ao ser mantida a redação, a Comissão Temática a encaminhou para a Comissão de Sistematização. Porém, no processo de sistematização, o termo “proteção” desapareceu, sendo enfatizado na redação final apenas a importância da manutenção da ordem pública (Fontoura et al., 2009, p.143).

#### 4. 3 - Segurança Pública para Quem?

Ao chegar a fase de conclusão, o texto referente à Segurança Pública foi elaborado e aprovado pela Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Apesar do longo período da ANC, o texto apresentado desde o início das discussões na Subcomissão teve poucas alterações no conteúdo, mantendo-se praticamente intacto durante todo o processo. As alterações sobre as questões da estrutura policial tiveram apenas a troca dos nomes “força policial” para “polícia militar”, e “polícia judiciária” para “polícia civil” (Ribeiro e Burlamaqui, 2018, p. 379; Fontoura et al., 2009, p.149).

Posto isso, em razão da tendência de o modelo dicotômico de polícia influenciar os anteprojetos da Subcomissão, prevaleceu a tradição conservadora. Esse comportamento conservador não somente influenciou as diretrizes das instituições policiais na área de Segurança Pública, como contrariou a expectativa de se promover a ruptura com o passado autoritário (Ribeiro e Burlamaqui, 2018).

Com isso, a condução conservadora impôs limites no avanço das discussões em torno das temáticas sobre a violência estatal e a defesa da cidadania; a segurança, as ações e o controle democrático das polícias; a desmilitarização do policiamento interno; o papel a ser exercido pelas Forças armadas na ordem democrática; entre outros assuntos (Ribeiro e Burlamaqui, 2018, p. 379).

Isso demonstra que, mesmo diante das mobilizações dos diversos segmentos da sociedade civil, as sugestões entregues à ANC e os debates ocorridos sobre o tema Segurança Pública nas Subcomissões não foram suficientes para remover o vínculo com o passado autoritário.

Mas apesar do predomínio da forma autoritária, facultada pelo modo institucional, e dada a continuidade à estrutura conservadora herdada do regime autoritário, a trajetória do processo constitucional foi marcada por uma elevada mobilização da sociedade civil. Logo, o processo de elaboração daquela que seria a Constituição da redemocratização teve uma inédita participação política dos setores populares, com total de 122 emendas populares com 12.265.854 assinaturas (Motter, 2019, p.144).

## 5 - A LACUNA ANTIDEMOCRÁTICA

Um ano e oito meses após a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a Subcomissão de Sistematização finalizou o relatório apresentando o texto de conclusão para a nova Constituição com a inserção exclusiva do capítulo e da definição do conceito de Segurança Pública como sendo “aquele onde o estado proporciona proteção a toda sociedade, objetivando a manutenção da Ordem Pública” (Ribeiro e Burlamaqui, 2018, p. 397).

Embora a alusão como “Constituição Cidadã”<sup>31</sup>, a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, devido à presença militar fortemente exercida no controle e formulação da redação de conclusão do texto constitucional sobre Segurança Pública, em detrimento da participação popular e das opiniões de técnicos e especialistas (Augusto, 2018), resultou no artigo formulado da seguinte maneira:

Art. 144<sup>32</sup>. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia federal;
- II - Polícia rodoviária federal;
- III - Polícia ferroviária federal;
- IV - Polícias civis;
- V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares

Ademais, com a influência dos militares e apoio da maioria dos constituintes, foram atribuídas à Polícia Militar prerrogativas de guardião da Segurança Pública, mediante policiamento ostensivo, para a preservação da ordem pública, na esfera estadual, como forças auxiliares e reservas do Exército, através dos § 5º e § 6º<sup>33</sup> do artigo 144 da CF/88.

Com o dispositivo constitucional, facultou-se uma lacuna antidemocrática

---

<sup>31</sup> “Constituição Cidadã”. Declaração feita por Ulysses Guimarães a promulgação da Constituição Federal de 1988, disponível em: [Constituição Cidadã completa 35 anos: Conheça um pouco dessa história - TV Senado](#)

<sup>32</sup> Artigo 144 § 5º “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]”. § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército. Disponíveis em: [STF - Constituição Federal do Brasil](#)

<sup>33</sup> Referente a Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#)

responsável pela perpetuação de uma série de procedimentos relacionados à atuação arbitrária da polícia, posto que a CF/88 não rompeu com o modelo criado desde 1969, relativo à estruturação da Polícia Militar (Spaniol et al., 2020; Fontoura et al., 2009).

Segundo Fontoura et al. (2009), ao se atribuir a força policial como mantenedora da ordem pública, dirimiu-se para que o Estado continuasse a perpetuar as práticas autoritárias com subterfúgio de pacificação social e, assim, a manutenção histórica da violência estatal a determinados grupos e localidades.

Portanto, apesar da nova ordem jurídica mediante a Constituição Federal de 1988, a Emenda Constitucional nº 1/1969<sup>34</sup> manteve-se, desde sua criação no período da ditadura, atribuindo à Polícia Militar a função de guardião da Ordem Pública e sua subordinação às Força Armadas do Exército Brasileiro. A partir de então, diversas legislações foram criadas com propósito de ampliar e fortalecer o papel das Polícias Militares, tais como:

-Decreto-Lei nº 667/1969<sup>35</sup>, que definiu as Polícias Militares como forças auxiliares e reserva do Exército.

-Decreto-Lei nº 1.072/1969<sup>36</sup>, que concedeu às Polícias Militares a exclusividade no policiamento ostensivo fardado, tornando-se proibida a criação de qualquer outra polícia fardada pelos estados.

-Decreto nº 88.777/1983<sup>37</sup>, que regulamentou o controle e coordenação do Exército sobre as Polícias Militares e do estabelecimento do gerenciamento pela Inspeção-Geral das Polícias Militares<sup>38</sup> (IGPM).

---

<sup>34</sup> Referente a Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.leg.br)

<sup>35</sup> Refere-se ao Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.leg.br)

<sup>36</sup> Refere-se ao Decreto-Lei nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969, disponível em: [da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://da.camara.dos.deputados.camara.leg.br)

<sup>37</sup> Refere-se ao Decreto-Lei nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, disponível em: [Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 88.777 de 30 de setembro de 1983 \(presidencia.gov.br\)](http://base.legislacao.presidencia.da.república-decreto.nº.88.777.de.30.de.setembro.de.1983.presidencia.gov.br)

<sup>38</sup> A Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM) criada pelo Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967, é um órgão subordinado ao Departamento-Geral do Pessoal e destinado ao planejamento, à coordenação e ao controle dos assuntos da alçada do Ministério do Exército, relativos às Polícias Militares. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.dos.deputados.camara.leg.br); [Inspeção Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares - Comando de Operações Terrestres](http://inspecao.geral.das.policias.militares.e.dos.corpos.de.bombeiros.militares-comando.de.operacoes.terrestres)

Outro agravante resultante da EC nº 1/1969 foi a criação do dispositivo legal “auto de resistência”, com a finalidade de proteger o policial no exercício da função em casos de homicídios de civis (Souza, 2011, p.157).

No Rio de Janeiro, a prerrogativa legal de exclusão de ilicitude teve a designação administrativa de “auto de resistência”, regulamentado durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço nº 803, de 02/10/1969, da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara. Assim, o policial “em caso de resistência, poderia usar os meios necessários para defender-se e/ou vencê-la”, sendo dispensado a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de Inquérito Policial. Posteriormente, em dezembro de 1974, a Ordem nº 803/1969 foi reforçada pela Portaria da Secretaria de Segurança Pública (SSP), ao determinar que o policial não poderia ser preso em flagrante, nem indiciado por uma morte durante confronto (Souza, 2011, p.157).

Criada com a finalidade de proteger a atuação da polícia nos supostos casos de homicídios de civis pela resistência à prisão seguida de confronto, o auto de resistência, não por acaso, foi criado dois meses após o golpe da Junta Militar de 1969 (Verani, 1996; Souza, 2011).

Segundo Misse (2011) e Souza (2011), a “exclusão de ilicitude” tem alicerce legal fundamentado de acordo com as orientações previstas no Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e nos respectivos artigos, 23 do “Código Penal”, conforme Decreto Lei nº 2.848<sup>39</sup>, de 07 de dezembro de 1940; e 292 do “Código de Processo Penal”, conforme Decreto Lei nº 3.689<sup>40</sup>, de 3 de outubro de 1941.

De acordo com o artigo 23 do Código Penal, a exclusão de ilicitude ocorre nos seguintes casos:

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - Em estado de necessidade;

II - Em legítima defesa;

III- Em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito (BRASIL, 1940)

---

<sup>39</sup> BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637476/artigo-23-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>

<sup>40</sup> BRASIL. Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código Processual Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10654577/artigo-292-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941>

Já no artigo 292 do Código de Processo Penal:

Art. 292- Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinação por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência (BRASIL, 1941)

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha extinguido a Ordem de serviço do Estado da Guanabara e a Portaria da SSP-RJ de 1974, os artigos 23 do Código Penal e o 292 do Código de Processo Penal permitiram que a “exclusão de ilicitude” continuasse em vigor (Souza, 2011).

Durante a vigência dos governadores do Rio de Janeiro, Moreira Franco (1987-1991) e Marcelo Alencar (1995-1999), as mortes das vítimas foram usadas como “moedas” de troca e incentivo de condecoração e premiação aos policiais por bom desempenho. No governo de Moreira Franco, o “auto de resistência” recebeu a tipologia de “desaparecimento”, já no de Marcelo Alencar (1995-1999) foram transformados em remuneração pela “premiação por bravura”, conhecida como “gratificação faroeste” (Misse, 2011; Souza, 2011).

Segundo Souza (2011), a fim de camuflar o auto de resistência, é comum o registro com a tipificação de “bala perdida”, sobretudo se a vítima é criança ou pessoa idosa, pois, dessa maneira, a versão da existência de homicídio é negada por não evidenciar confronto. Assim, o policial tem ainda mais proteção e permissividade da legalidade durante as ações letais, sem correr o risco de acabar preso ou condenado (p. 7).

Acrescido a isso, as transferências de recursos que possibilitam a aquisição de armas de alto potencial letal, como os fuzis 762, viaturas, veículos blindados, conhecidos como “caveirões”, potencializam ainda mais a quantidade de vítimas (Souza, 2011).

Assim, mediante os homicídios praticados por policiais militares, constata-se “que o verdadeiro réu é o Estado acusado de vários crimes, dentre os quais o de matar preferencialmente a juventude pobre, negra e moradora de favela”, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, quando comparada a superioridade do índice de mortes nos bairros pobres em relação aos bairros nobres (Souza, 2011, p. 199).

O genocídio para o qual os autos de resistência foram programados a colaborar, conferindo presunção de culpa ao morador de periferia ao mesmo tempo em que investe de legalidade a execução sumária, continua até hoje representando a visceral negação da democracia, da liberdade e do próprio direito à vida (Souza, 2011, p. 199).

Conforme o desembargador Sérgio Verani (1996), os supostos casos de “autos de resistência” compreendem execuções extrajudiciais explicitadas pela atuação seletiva dos policiais. Por meio de sua experiência como juiz à frente do 1º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, Verani demonstra a ocorrência dos inúmeros casos de autos de resistência lavrados para encobrir as execuções sumárias praticadas por agentes policiais.

Portanto, chega-se à conclusão de que o auto de resistência, atualmente nomeado de intervenção policial, é uma ação incompatível em um Estado Democrático de Direito (Souza, 2011). A continuidade do dispositivo criado durante a ditadura permitiu a brecha antidemocrática, ao viabilizar as inumeráveis “chacinas”<sup>41</sup> no Rio de Janeiro.

Como consequência da barbárie praticada pelo Estado por meio da letalidade policial, o âmago das famílias e a vida de mulheres são impactadas diretamente gerando trauma e dor pela perda de filhos ou entes familiares. Contudo, apesar de todo dano ocasionado às mães e familiares das vítimas, as angústias e sofrimentos foram revertidos em luta pelos “Movimentos Sociais de Mães”<sup>42</sup> (Figuras 5, 6, 7 e 8).

---

<sup>41</sup> Referente a três ou mais mortos em uma mesma situação. A palavra não possui atributo jurídico, mas uma expressão popular. No âmbito jurídico representa “homicídios múltiplos”. Disponível em: [Da violência aos massacres: reflexões sobre o fenômeno das chacinas no Brasil – OSP – Observatório de Segurança Pública e Relações Comunitárias \(observatoriodeseguranca.org\)](http://observatoriodeseguranca.org)

<sup>42</sup> “As Chacinas e Criação de Movimentos Sociais de Mães no Rio de Janeiro”. Correlação temporal entre as “Chacinas” ocorridas no Rio de Janeiro, de 1990 a 2022, e a insurgência dos “Movimentos Sociais de Mães”. [Linha do tempo de chacinas e da criação movimentos de mães \(diplomatieque.org.br\)](http://diplomatieque.org.br)

Figura 4 - “Movimento Mães de Acari” -1ª chacina em 1990, pós-ditadura



Fonte: Foto de Alaor Filho, retirada da “Exposição Mães de Acari 30 anos”. Boletim Radar Saúde Favela, 2022

Figura 5 - Manifestação por justiça “Chacina da Baixada”



Fonte: Foto de Adriano de Araujo, coordenador executivo do Fórum Grita Baixada<sup>43</sup>, 2023

---

<sup>43</sup> <https://www.brasildefatorj.com.br/2023/03/31/chacina-da-baixada-fluminense-completa-18-anos-e-ditadura-nas-favelas-e-periferias-permanece>

Figura 6 - Manifestação pelos jovens mortos em Costa Barros pela polícia do Rio de Janeiro



Fonte: Imagem de Tânia Rêgo/Agência Brasil<sup>44</sup>, 2016

Figura 7 – Mães integrantes do “Movimento Mães de Manguinhos”



Fonte: Imagem de Fernando Frazão/Agência Brasil<sup>45</sup>, 2019

<sup>44</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/no-rio-pais-de-jovens-assassinados-em-costa-barros-protestam-um-ano-apos-crime>

<sup>45</sup> <https://www.brasildefatozj.com.br/2019/05/09/maes-de-manguinhos-como-a-dor-do-luto-foi-transformada-em-luta-no-rio-de-janeiro>

Além da luta por justiça, os Movimentos Sociais de Mães também militam no campo simbólico, confrontando as representações criminalizadoras, efetivadas pelos discursos políticos e midiáticos, com intuito de distorcer a imagem das vítimas a fim de justificar as ações policiais. Diante deste cenário, a luta travada pelos Movimentos Sociais de Mães tem por objetivo impedir que haja o silenciamento e apagamento por meio da “memória oficial”, ao se sobrepor às “memórias das vítimas” e, assim, de acordo com Michael Pollak (1989), sejam transformadas em “memórias subterrâneas”, ou seja, “memórias silenciadas e invisibilizadas”.

Eu nunca vou desistir de lutar pelo meu filho, Johnatha, isso dentro de mim é uma coisa que eu carrego até hoje! A mídia quando passa, passa tudo mascarado, passa tudo com a visão de que o espaço de favela é espaço de guerra, todo mundo é suspeito, é bandido! Eu ouvi uma vez alguém falando que a favela é um espaço de crime. Crime não! A gente na favela não é criminoso, a favela não é... como se diz... um espaço de criminosos! Ela é sim criminalizada o tempo todo. O tempo todo! A favela é esse espaço de criminalização das pessoas, né! (Oliveira, 2023, informação verbal)<sup>46</sup>

Portanto, tendo em vista o acúmulo histórico da violência estatal e da resistência dos moradores, sobretudo em territórios de favelas, no ano de 2008, os termos “Paz” e “Pacificação” convergem, permeados de contornos assimétricos e tensionados em virtude da relação significativa entre justiça e segurança.

---

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Ana Paula. [Entrevista concedida a Carmen Rosane P. S. Costa]. Rio de Janeiro, 11 de jul. 2023. 2 arquivos.mp3 (2h7min50). A entrevista encontra-se transcrita na íntegra no Apêndice “A” desta dissertação

## **6 - PLANOS E PROGRAMAS EM SEGURANÇA PÚBLICA. ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO DA FAVELA**

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro<sup>47</sup>, a violência estatal passou a ser expressar de uma maneira nova após o processo de redemocratização, a que atribui como sendo o “autoritarismo socialmente implantado”, conceito que foi elaborado por Guillermo O'Donnell. Com a inserção constitucional do artigo 144 referente a Segurança Pública foi permitida a manutenção da configuração do sistema ditatorial no período democrático (Fontoura et al., 2009; Alvarez et al., 2021).

Assim, Pinheiro destaca a “dimensão histórico-social do enraizamento e da atualização de práticas autoritárias no âmbito da cultura política”, além de chamar atenção para a observância da introdução dos Planos e Programas em Segurança Pública como mecanismos de controle introduzidos, especialmente no que diz respeito ao âmbito da vida cotidiana (Alvarez et al., 2021, p. 302).

O primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) foi criado, em abril de 1991, pelo Ministério da Justiça (MJ) através da Secretaria de Polícia Federal, Departamento de Assuntos de Segurança Pública, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) (Spaniol et al., 2020).

Com pouca expressividade e acesso restrito, o primeiro PNSP se destacou por não haver menção a qualquer tipo de referência técnica, nem dados ou estudos prévios em que tivesse pautado sua elaboração e por ter, no corpo do texto, citação à Europa e aos Estados Unidos (Spaniol et al., 2020).

A menção à Europa e aos Estados Unidos na legislação sinalizaria naquele momento abertura, a partir do governo Collor, para o Estado implementar o ajuste neoliberal. Portanto, neste momento o Brasil inicia um projeto de Estado mínimo mediante a retirada paulatina da garantia de direitos, ou seja, “através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”. Com isso, ao atender os anseios do

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2020, nas dependências do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), na Universidade de São Paulo (USP), com a participação dos pesquisadores Pedro Benetti, Gustavo Higa, Roberta Novello e Marcos César Alvarez. Transcrição realizada por Gabriel Funari. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GyFDvrF7rGdsgWdLxSSj7YN/>

processo global, foram introduzidos mecanismos de ajustes ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington, estabelecendo-se no cenário sociopolítico brasileiro a chamada “confluência perversa”<sup>48</sup> (Dagnino, 2004, p. 97).

Portanto, o prelúdio do que se tornaria a política de Segurança Pública iniciou-se com o primeiro PNSP dialogando com o contexto de mudanças em que a Europa e os Estados Unidos estavam enfrentando. Portanto, o Brasil, diante do cenário internacional, com base na argumentação de combate ao crime, promoveu a manutenção da ordem pública dando ênfase à função institucional da polícia. Posto isso, o PNSP, ao propor a ideia de combate à criminalidade, se restringiu apenas ao senso comum policial, com incentivo direcionado ao reaparelhamento das polícias por meio de mais armas e melhores salários (Spaniol et al., 2020).

Embora o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) tenha sido criado em 1991, na gestão do presidente Collor de Mello, atribui-se ao período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como sendo o que de fato possibilitou continuidade à manutenção da Ordem Pública, pós-ditadura. A partir do governo de FHC, em 1995, iniciou-se o movimento de implantação da agenda em Segurança Pública com a criação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG), por meio da Medida Provisória 813<sup>49</sup>, posteriormente transformada na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)<sup>50</sup>, e por

---

<sup>48</sup> O termo “confluência perversa” foi utilizado pela autora Evelina Dagnino ao descrever o fenômeno complexo observado no Brasil e em outros países da América Latina durante as décadas de 1980 e 1990, no período pós-ditadura militar. A confluência é considerada perversa pela autora porque se refere à coexistência e à interação paradoxal entre dois projetos políticos aparentemente opostos, o democratizante que emergiu das lutas contra a ditadura e que buscava a consolidação da democracia, e o neoliberal que visava a implementação de políticas econômicas liberais. Ambos projetos se tornam perversos na medida que ao compreenderem objetivos e valores distintos, acabam por gerar tensões e contradições na construção da democracia, e por conseguinte, a promoção das desigualdades sociais, exclusão e precarização das condições de vida de grandes parcelas da população. Assim sendo, o ideário democrático resulta em forma ambígua, havendo com isso o deslocamento sobre o entendimento de democracia e a perda de referências para a ação política.

<sup>49</sup> A SEPLANSEG foi criada através da MP 813, de 1º de janeiro de 1995 - mais tarde Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Disponível em: [A Senasp — Ministério da Justiça e Segurança Pública \(www.gov.br\)](http://www.senasp.gov.br)

<sup>50</sup> <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/a-senasp#:~:text=A%20Secretaria%20Nacional%20de%20Seguran%C3%A7a,Nacionais%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20%E2%80%93%20SEPLANSEG>.

fim, no ano 2000, com a criação do segundo Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) (Spaniol et al., 2020).

O segundo PNSP surgiu como reação do presidente FHC ao forte apelo da sociedade brasileira, que exigia resposta das autoridades ao episódio dramático, repercutido em rede nacional pela mídia, decorrente do “sequestro do ônibus 174” envolvendo o jovem negro Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente da chacina da Candelária, em 12 de junho de 2000, na Zona Sul do Rio de Janeiro (Spaniol et al., 2020).

O caso ficou conhecido como “sequestro do ônibus 174” e teve um trágico desfecho envolvendo policiais do BOPE, resultando nas mortes da professora Geísa Firmo Gonçalves, 21 anos, e de Sandro, 22 anos, assassinado por asfixia dentro da viatura policial.

Retratado por inúmeras reportagens à época, o jovem negro Sandro teve a imagem forjada como símbolo da violência urbana e não como vítima de um sistema falido, sendo inserido na memória social, pelo projeto político hegemônico, como mais um criminoso, fortalecido por narrativas baseadas em ideologias que constituem estereótipos a fim de validar a violência contra determinados grupos sociais considerados ameaçadores.

Sandro é exemplo do fracasso do Estado em recuperar jovens excluídos e em situação de vulnerabilidade social. Órfão aos 6 anos, viveu em situação de rua durante a adolescência até sofrer violência aos 15 anos no evento conhecido como “Chacina da Candelária”. Policiais fora do expediente de serviço, no dia 23 de julho de 1993, mataram oito crianças e jovens enquanto dormiam sob a marquise da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, tendo sido Sandro um dos sobreviventes.

Além da “Chacina da Candelária”, na década de 90, ao longo dos anos de 1993, 1994 e 1995 houve inúmeros marcos decorrentes da violência policial sobre determinados grupos sociais e seus respectivos locais de moradia, conforme os registros do memorial da organização Anistia Internacional<sup>51</sup> que antecederam a implementação do segundo Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e, posteriormente, ao Programa Nacional de Segurança Pública

---

<sup>51</sup> <https://anistia.org.br/informe-se/>

com Cidadania I (PRONASCI I)<sup>52</sup>.

Em 1993, no dia 29 de agosto, cinquenta e dois (52) policiais militares foram acusados de exterminar vinte e uma (21) pessoas no que ficou conhecido como a “Chacina de Vigário Geral”, na zona norte do Rio de Janeiro. Dos 52, apenas 7 policiais envolvidos na chacina foram condenados, mas em um segundo julgamento, entre os 7, 3 foram absolvidos e 2 receberam liberdade condicional<sup>53</sup>.

No ano seguinte, em 1994 e após, em 1995, incursões policiais tiraram a vida de 26 (vinte e seis) moradores, conhecida como as chacinas da Favela Nova Brasília, localizada no Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, os assassinatos foram registrados com “autos de resistência com morte dos opositores”<sup>54</sup>.

Segundo Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional, a violência policial está associada à estratégia de Estado:

A letalidade da polícia era estimulada por políticas como a chamada ‘gratificação faroeste’, espécie de prêmio financeiro por bravura que era medido inclusive pelo número de pessoas mortas, e por declarações públicas de autoridades que contribuíram para naturalizar as execuções extrajudiciais. Ao invés de orientar a polícia para proteger e preservar a vida, o estado reforçou o entendimento de que o papel da polícia era matar. Algo que perdura até os dias de hoje (Werneck, 2018<sup>55</sup>)

Apesar das inúmeras Chacinas causadas pela polícia exterminadora, o governo de FHC avançou com a efetivação do Plano Nacional de Segurança Pública, acompanhado do discurso de prevenção à violência, prevenção esta que estaria no escopo de projetos de políticas públicas de Segurança Pública e que daria origem ao Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS).

---

<sup>52</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11707.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11707.htm)

<sup>53</sup> Kogut, P. “Vigário Geral: fotos mostram crueldade de uma chacina que marcou o Rio, há 30 anos”. O Globo, 29/08/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/08/vigario-geral-fotos-mostrar-crueldade-de-uma-chacina-que-marcou-o-rio-ha-30-anos.ghtml>

<sup>54</sup> “Caso favela Nova Brasília versus Brasil”. Disponível em: <https://reubrasil.jor.br/caso-favela-nova-brasil-versus-brasil/>

<sup>55</sup> “Chacina da Candelária 25 anos: lembramos dessa história para que ela não se repita”. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/chacina-da-candelaria-25-anos-lembramos-dessa-historia-para-que-ela-nao-se-repita/>

Assim, com o direcionamento dos Planos e Programas de Segurança Pública aos territórios, em especial às favelas e periferias, prosseguiu-se a construção de uma memória coletiva constituída pelas apreensões dos diversos *modus operandi* da violência estatal.

## **6. 1 - Projeto da Verticalização Estatal**

Com o Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS), a política de Segurança Pública visou atingir as bases comunitárias por intermédio de programas sociais implementados pelos governos federal, estadual e municipal, acompanhada do discurso de reduzir os fatores condicionantes da criminalidade (Soares, 2007).

Por conseguinte, dando continuidade aos projetos políticos no âmbito da Segurança Pública, no ano de 2007 institui-se, por meio do Ministério da Justiça, o primeiro Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), por Medida Provisória (MP) nº 384/2007<sup>56</sup>, e pela Lei 11.530/2007<sup>57</sup>, posteriormente alterada pela Lei 11.707/2008<sup>58</sup>.

Outrossim, o PRONASCI I também foi responsável pela criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). De acordo com a proposta do Projeto de Lei 3734/12<sup>59</sup> enviada à Câmara dos Deputados caberia ao SUSP:

“[...] garantir a segurança pública e os direitos fundamentais, individuais e coletivos do cidadão. A União terá o papel de coordenação e definição das regras gerais do sistema, que devem ser respeitadas pelos estados e pelo Distrito Federal na instituição de suas políticas de segurança pública. Os princípios que devem reger todo o sistema são a proteção dos direitos humanos; respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade do cidadão; resolução pacífica de conflitos; uso proporcional da força; eficiência na prevenção e repressão das infrações penais; eficiência nas ações de prevenção e redução de desastres; e participação comunitária” (Câmara dos Deputados, 2012)

O programa PRONASCI I, conforme consta no manual arquivado no

<sup>56</sup> [MPV 384/2007 - Congresso Nacional](#)

<sup>57</sup> [Lei nº 11.530 \(planalto.gov.br\)](#)

<sup>58</sup> [L11707 \(planalto.gov.br\)](#)

<sup>59</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/384694-proposta-cria-sistema-unico-de-seguranca-publica>

repositório institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>60</sup>, teve como princípio promover ações estratégicas para o controle e a prevenção da criminalidade, sendo um dos principais focos combater o que identificou como “raízes socioculturais da criminalidade”.

Para tal finalidade, o PRONASCI I criou um sistema integrado de Segurança Pública mediante o compartilhamento da responsabilidade entre a União, Estados, Municípios com objetivo de promover o ordenamento social. Assim, através de diretrizes, o programa buscou promover ações que integrassem a segurança pública com as políticas sociais.

No conteúdo do manual do PRONASCI I, também chama atenção a menção do conceito de “descoesão social”<sup>61</sup>. Portanto, a promoção da justiça tinha por foco restaurar a coesão social à população favelada e respectivos territórios, o cerne do que considerou como sendo as “raízes socioculturais da criminalidade”.

Para a execução, o programa previa atuação na prevenção da criminalidade nas esferas territorial, social e etária, destinado aos estados federativos que detinham alto número de homicídios e outros delitos violentos envolvendo jovens com idade entre 15 e 29 anos. Para operacionalização na base territorial foram criados três programas: “Território de Paz”, “Integração do Jovem e da Família” e “Segurança e Convivência”.

## **6. 2 - Materialização das Políticas de Segurança Pública na Base Comunitária**

Idealizado no ano de 2003, antes mesmo do PRONASCI I, o programa Território da Paz foi criado com base no projeto Segurança Cidadã, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto Segurança Cidadã tinha por objetivo reduzir a violência no Brasil e tornar certas áreas em “Espaços Urbanos Seguros” (Frota et al., 2014).

Outro fator importante a destacar sobre os anos subsequentes ao ano

---

<sup>60</sup> O PRONASCI I considerava as raízes socioculturais como a origem da criminalidade, conforme manual disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2658>

<sup>61</sup> A referência no manual sobre os territórios de favelas como sendo áreas de “descoesão social encontra-se na p. 05, disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2658/1/pronasci\\_manual\\_de\\_aprendizagem.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2658/1/pronasci_manual_de_aprendizagem.pdf)

2000 foram os diversos programas criados no Brasil sob influências internacionais relacionadas a experimentos de políticas de segurança pública. Como, por exemplo, os das cidades de Nova Iorque, Bogotá, Medellín e Cidade Juárez. Por isso, alguns estados e municípios brasileiros passaram a adotar tais experiências estrangeiras e criar programas tais como o das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), no ano de 2008, no Rio de Janeiro, assim como o Infocrim<sup>62</sup> (2000), em São Paulo; Ficar Vivo (2002) e o Igesp<sup>63</sup> (2008), em Minas Gerais; Pacto pela Vida (2007), em Pernambuco; Paraíba Unidos pela Paz (2011), no referido estado; Estado Presente (2011), no Espírito Santo; entre outros (Cerqueira e col., 2020, p.11).

Por conseguinte, o programa Território de Paz foi inserido em ocasião oportuna, no ano de 2007, como o plano de execução do PRONASCI I, ao ser destinado a determinadas localidades caracterizadas como espaços de “descoesão social” e transformá-las em Espaços Urbanos Seguros (Frota et al., 2014, p. 156).

Portanto, a fim de viabilizar o propósito do programa Território de Paz, foram criados os projetos “Protejo” e “Mulheres da Paz”. Ambos os projetos tinham por objetivo a execução das ações locais utilizando as bases comunitárias. Desta forma, o estado e os municípios passaram a ter responsabilidades e competências na esfera da Segurança Pública referente a execução das políticas sociais preventivas.

Coube ao programa Território de Paz promover as ações de integração comunitária e policial, a organização das equipes multidisciplinares e propiciar a inserção da Força Nacional de Segurança Pública articulada com as polícias estaduais. Desta forma, o programa Território de Paz, mediante parceria com os estados conveniados, visou transformar territórios com altos índices de vulnerabilidade, isto é, de “descoesão social” ou das “raízes socioculturais da criminalidade”, em área de paz.

Conforme as diretrizes do projeto “Protejo”, os jovens bolsistas tinham por

---

<sup>62</sup>Sistema de Mapeamento Criminal. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/flash-infocrim-sera-implantado-tambem-na-grande-sao-paulo-e-interior/>

<sup>63</sup>Integração e Gestão de Segurança Pública (IGESP). Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/page/360-integra>

objetivo atuar no “território de descoesão social como multiplicadores da filosofia repassada pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares”, a fim de atingir os demais moradores e, assim, “contribuir para o resgate da cidadania às comunidades” (Santos e Azevedo, 2013, p. 113).

O programa Território da Paz, além de facultar o surgimento dos projetos Protejo e Mulheres da Paz, com a finalidade de atingir o âmago dos territórios, também propiciou a criação das “Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs”, mediante o discurso da “pacificação territorial” (Senado Federal do Brasil<sup>64</sup>).

Ademais, para a gestão do programa Território de Paz, o PRONASCI I determinava condicionalidades aos estados e municípios, dentre estes, a adesão da política social junto à segurança pública e o comprometimento de emprego do efetivo policial.

Dessa forma, a fim de atingir tal finalidade, o estado do Rio de Janeiro, a partir de 2008, executou, por meio das UPPs, a imposição às favelas a mais uma das modalidades históricas de política intervencionista, dando prosseguimento a perpetuação do modus operandi estatal do extermínio baseado em representações que consideram determinados grupos e espaços como ameaças a serem arrancadas pela raiz, a saber, a favela.

### **6. 3 - Mulheres da Paz, entre a Guerra e a Paz**

Criado pelo Decreto 6490/2008<sup>65</sup>, o projeto “Mulheres da Paz” teve por objetivo atuar nos “Territórios PRONASCI” ou “Territórios de Paz”.

Até o aceite da nomenclatura “Mulheres da Paz,” ocorreram várias discussões. De início, a escolha pela identidade do projeto buscou evocar o ideal “Mães Ouvidoras”, sendo encaminhado ao Congresso Nacional com a denominação “Mães da Paz”, mas a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM ), junto com a parte da militância de defesa dos direitos das mulheres, refutaram a ideia, pois argumentaram que o termo ‘Mães’ visava transferir para as mulheres, em razão da construção social de maternidade, a

---

<sup>64</sup> [https://www.senado.gov.br/comissoes/ce/ap/pde/ap\\_08\\_ministeriojustica.pdf](https://www.senado.gov.br/comissoes/ce/ap/pde/ap_08_ministeriojustica.pdf)

<sup>65</sup> <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6490&ano=2008&ato=eddEzZ610dVpWT155>

responsabilidade de assistência aos jovens, função que defenderam ser cabível apenas ao Estado. Atendendo as críticas, foi feita a troca do nome para “Mulheres da Paz”, pela Medida Provisória nº 416, de 2008<sup>66</sup> (Rios et al., 2010). Embora tivesse ocorrido a aparente recusa com a ideia de “Mães Ouvidoras”, na prática o projeto Mulheres da Paz atribuía às mulheres a função de identificar os jovens e encaminhá-los ao Programa Protejo, além de ter que acompanhar, aconselhar e orientar. Para a implementação dos projetos nos 14 (catorze) estados, incluindo Rio de Janeiro, foram celebrados convênios para o repasse de recursos (Figura 8).

De acordo com a abertura do processo seletivo firmado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, nº 012/2012<sup>67</sup>, somente para o desenvolvimento do projeto Protejo foram disponibilizados os recursos orçamentários na importância totalizada no valor de R\$ 4.752.615,75 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quinze reais e setenta e cinco centavos).

Figura 8 - Estados conveniados Programas Protejo e Mulheres da Paz



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública<sup>68</sup>. Criação própria, 2023

<sup>66</sup> <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=416&ano=2008&ato=91aoXWU10dVpWTe86>

<sup>67</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2901859/DLFE-244499.pdf/PROCESSOSELETIVOPROTEJO1.5..0.6..2.0.1.2..pdf>

<sup>68</sup> [http://pracinhas.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/Justia\\_CEUs.pdf](http://pracinhas.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/Justia_CEUs.pdf)

A partir de 2008 foram selecionadas, no Rio de Janeiro, 1.250 mulheres moradoras de Acari, Cidade de Deus, Penha, Santa Cruz/Reta João XXIII, Santa Marta, Senador Camará e Vila Kennedy<sup>69</sup> (Sorj e Gomes, 2011, p. 153), chegando posteriormente no total de 2.550 mulheres em dezoito territórios, de acordo com a conferência de documentos que se encontram arquivados no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher- CEDIM/RJ.

Após selecionadas, as mulheres tiveram treinamento nas áreas de cidadania, direitos humanos e mediação de conflitos (Rios et al., 2010) e bolsa mensal no valor de R\$190,00 (cento e noventa reais).

Conforme mencionado, o projeto Mulheres da paz destinava-se à execução de ações locais e visava a utilização da rede comunitária para implantação dos objetivos do programa “Território da Paz ou PRONASCI I”. Com a junção dos termos “Mulher” e “Paz”, a estratégia simbólica incutida facilitou a aderência e aceitação.

Com a integração no sistema simbólico, as denominações passaram a obter a capacidade de exercer o “poder simbólico” mediante a instrumentalidade do conhecimento e, por consequência, influenciar a construção da realidade. Assim, a apreensão dos termos “Mulher” e “Paz”, mediado pelo poder simbólico, foi capaz de “fazer ver e fazer crer” e, com isso, transformar a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo. Portanto, os símbolos, como forma do poder de construção da realidade e enquanto instrumentos, exercem a imposição ou a legitimação da dominação (Bourdieu, 1989).

Logo, na junção “Mulheres da Paz” se incutiu a ideologia de “Paz”, facultando-se maior aderência ao programa de Segurança Pública. Além disso, a estratégia simbólica também implicou a intenção de capturar o ideário “Mães da Paz” e diluir a imagem negativa da polícia, manifesta pelo “Movimento de Mães” que perderam seus filhos mortos pela polícia do Estado do Rio de Janeiro (Sorj; Gomes, 2011).

---

<sup>69</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2851744>

## 6. 4 - A Militarização do Social

Conforme já mencionado, o programa Território da Paz, além de criar os projetos Proteção e Mulheres da Paz, proporcionou a criação das “Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs”.

Apesar do registro da primeira UPP ter sido de 2008, somente em 2011 ocorre sua regulamentação. Portanto, através do decreto 42.787/2011<sup>70</sup> houve a formalização da implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro. No § 2º do art. 1º do decreto se expressa o objetivo de pacificação aos territórios, com o propósito de estabelecer a paz e tranquilidade públicas necessárias ao pleno exercício da cidadania e, por conseguinte, o desenvolvimento social e econômico.

Desta forma, como parte integrante do PRONASCI I, de 2008 a 2014, foram instalados no estado do Rio de Janeiro 38 Unidades de Polícia Pacificadora, sendo 37 na cidade do Rio de Janeiro e uma no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense <sup>2</sup> (Quadro 1).

Quadro 1 - Unidades de Polícia Pacificadora

| UPP | Territórios                  | Data Ocupação | Data Extinção |
|-----|------------------------------|---------------|---------------|
| 1   | Santa Marta                  | 11/2008       |               |
| 2   | Cidade de Deus               | 11/2008       | 07/2018       |
| 3   | Batam                        | 07/2008       | 06/2018       |
| 4   | Chapéu Mangueira / Babilônia | 05/2009       |               |
| 5   | Pavão-Pavãozinho e Cantagalo | 11/2009       |               |
| 6   | Tabajaras                    | 12/2009       |               |
| 7   | Providência                  | 03/2010       |               |
| 8   | Borel                        | 04/2010       |               |
| 9   | Formiga                      | 04/2010       |               |
| 10  | Andaraí                      | 06/2010       |               |
| 11  | Salgueiro                    | 07/2010       |               |
| 12  | Turano                       | 08/2010       |               |
| 13  | São João / Matriz / Queto    | 01/2011       |               |
| 14  | Coroa / Fallet / Fogueteiro  | 01/2011       | 12/2018       |

<sup>70</sup> Embora tivesse sido lançada em 2009 após a experiência piloto no morro Santa Marta, em Botafogo, em 2008, as normas sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro foram estabelecidas em 2011, conforme decreto disponível em: [Decreto nº 42.787 de 06/01/2011 \(normasbrasil.com.br\)](#).

|    |                            |         |         |
|----|----------------------------|---------|---------|
| 15 | Escondidinho / Prazeres    | 01/2011 |         |
| 16 | São Carlos                 | 01/2011 | 11/2018 |
| 17 | Mangueira                  | 06/2011 |         |
| 18 | Macacos                    | 10/2010 |         |
| 19 | Vidigal                    | 12/2011 |         |
| 20 | Nova Brasília              | 11/2010 |         |
| 21 | Fazendinha                 | 11/2010 |         |
| 22 | Adeus / Baiana             | 11/2010 |         |
| 23 | Alemão                     | 11/2010 |         |
| 24 | Chatuba                    | 06/2012 |         |
| 25 | Fé / Sereno                | 06/2012 |         |
| 26 | Parque Proletário          | 11/2010 |         |
| 27 | Vila Cruzeiro              | 11/2010 |         |
| 28 | Rocinha                    | 12/2011 |         |
| 29 | Jacarezinho                | 10/2012 |         |
| 30 | Manguinhos                 | 10/2012 |         |
| 31 | Barreira do Vasco / Tuiuti | 03/2013 |         |
| 32 | Caju                       | 03/2013 | 12/2018 |
| 33 | Cerro-Corá                 | 04/2013 | 12/2018 |
| 34 | Arará / Mandela            | 10/2012 |         |
| 35 | Complexo do Lins           | 10/2013 |         |
| 36 | Camarista Méier            | 10/2013 | 12/2018 |
| 37 | Mangueirinha               | 08/2013 | 06/2018 |
| 38 | Vila Kennedy               | 03/2014 | 06/2018 |

Fonte: Instituto de Segurança Pública-ISP <sup>71</sup>

Segundo Marielle Franco (2014), o programa das UPPs contribui também para acirrar a visão de anormalidade atrelada à favela em oposição à cidade e, desta maneira, a intensificação da representação de exclusão e estigmatização socioespacial no senso comum. Acrescido a isso, com a imagem de guerra disseminada pelos discursos oficiais às favelas, legitimou-se as incursões policiais, diferenciada dos outros territórios da cidade. Assim, as intervenções policiais orientadas pelo enquadramento da favela como espaço de guerra engendram o prisma de totalidade, isto é, como se as favelas fossem um corpo único e todos os moradores tidos por inimigos (Franco, 2014).

Desde a década de 1990, quando o estado do Rio de Janeiro ingressou no contexto internacional do movimento das reformas neoliberais, introduziu-se o processo denominado de “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”

<sup>71</sup> Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.html>

(Pinho, Moreira, 2019, p. 30). Desta forma, a perspectiva passou a nortear a trajetória política no Rio de Janeiro, resultando, com isso, na criação de modelos empresariais dentro das organizações públicas (Franco, 2014, p. 20), identificado pelos estudiosos como sendo empreendedorismo urbano (Harvey, 2005), planejamento estratégico ou empresariamento urbano (Vainer, 2000) ou urbanismo corporativo (Fernandes, 2013) (Pinho; Moreira, 2019, p. 30).

A partir de então, vê-se a integração da política pública de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro ao modelo de gestão empresarial e, por conseguinte, favorecimento da entrada de recursos, em especial no ano de 2007, através do PRONASCI I. Mais adiante, no subtítulo que trata da discussão sobre financiamento, discutiremos com mais detalhes assuntos pertinentes às modalidades no repasse dos recursos federais.

Assim sendo, com a política pública de Segurança Pública sendo gerida no modelo empresarial, houve, portanto, o favorecimento da entrada de recursos de investimentos privados<sup>72</sup>, sem mediação de licitações, a saber, das empresas Coca-Cola, Souza Cruz, Bradesco Seguros e o grupo EBX, do empresário Eike Batista que, na época, se comprometeu a repassar R\$ 20 milhões anuais<sup>73</sup>, por dois anos. Além disso, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) facultou a aquisição das instalações da UPP na Cidade de Deus, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e o Sesi Comunidade dispôs de um investimento de R\$11 milhões, em articulação junto a UPP Social<sup>74</sup>.

Ademais, as UPPs, ao fazer parte da agenda neoliberal instaurada no país, e diante dos preparativos dos “Megaeventos”, foi parte legitimadora da realização de acordos entre os órgãos da Segurança Pública brasileira com as

---

<sup>72</sup> Informações extraídas da reportagem intitulada “Empresas ajudam a financiar pacificação”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm>

<sup>73</sup> Posteriormente o repasse foi suspenso devido crise financeira nas empresas do grupo. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-10/eike-batista-cancela-r-20-milhoes-que-injetava-por-ano-nas-upps.html>

<sup>74</sup> Para mais detalhes sobre o projeto UPP Social recomendo leituras: Rocha e Carvalho (2018, p. 912); Franco (2014, p. 85) e Mello et al. (2012, p. 337).

forças estrangeiras, a citar os exemplos com Israel<sup>75</sup>, Rússia<sup>76</sup>, Portugal<sup>77</sup> e França<sup>78</sup>, destinados ao aperfeiçoamento técnico e tático militar.

Logo, tais medidas contribuíram em aprofundar o agravamento do tratamento desigual da polícia e da política de Segurança Pública em determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro, com a instauração das UPPs e, em função disso, acompanhada da narrativa da pacificação (Franco, 2014).

Antes de prosseguirmos na discussão, é importante refletir sobre a menção do termo “pacificação”, a fim de aprofundarmos as questões simbólicas que atravessam o território, corpos e que se assentam na memória social.

#### **6. 4. 1 - Ideologia de Pacificação. A Constituição do Simbólico e das Representações de Dominação.**

Quando certas categorias são recuperadas e conduzidas apenas para explicitar determinados contextos atuais, costumam restringir toda a construção da representatividade histórica, ou seja, encobrem fatos históricos que as constituíram ao longo do percurso, como, por exemplo, o emprego da palavra “pacificação”.

Ao acobertar ou ressignificar o passado no presente, o termo “pacificação”, utilizado na arena política e orquestrado de forma impecável pela mídia, promove, o que salienta Oliveira, os “jogos sociais cotidianos”, facultando deste modo a “apropriação imagística e afetiva pelos agentes sociais, que

---

<sup>75</sup> A Lei no 12.598/ 2012 de fomento à Base Industrial de Defesa (BID), componente estratégico das Forças Armadas Brasileiras, possibilitou a parceria com Israel com objetivo da transferência de tecnologia. Disponível em: Lei de fomento à Base Industrial de Defesa — Ministério da Defesa ([www.gov.br](http://www.gov.br))

<sup>76</sup> Foram realizados diversos acordos com objetivos diversos, entre estes, em 2008, para obtenção das tecnologias de defesa, em 2010, para a compra dos veículos blindados, visto que o Brasil estava se organizando para a realização dos “Megaeventos”. Em 2012, a empresa estatal da Rússia, a Rosoboronexport realizou negociações para modernização e aquisição de viaturas policiais brasileiras. Também em 2012, houve acordo para a obtenção de equipamentos destinados à defesa nacional em parceria entre a estatal “Russian Technologies State Corporation (Rostec) e a Odebrecht Defesa e Tecnologia”. Disponível em: A Cooperação Técnico-Militar entre Brasil e Rússia ([army.mil](http://army.mil))

<sup>77</sup> Com Portugal foi realizada parceria para a realização de um intercâmbio técnico-tático com o BOPE em razão dos Jogos Pan-Americanos em 2007, fato que gerou conflitos entre os políticos lusitanos. Disponível em: Forças especiais portuguesas e brasileiras mantêm “intercâmbio técnico-tático” | Portugal | PÚBLICO ([publico.pt](http://publico.pt))

<sup>78</sup> Através do Decreto 6.718, em 2008, firmou-se acordo de cooperação entre Brasil e França sobre a matéria da Segurança Pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6718.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6718.htm)

incorporam o trabalho da memória”. No jogo social, o emprego de “pacificação” vem sendo articulado de forma a incorporar distintos parâmetros que se apresentam “ora para demarcar momentos cruciais e distintos da história de um segmento da sociedade brasileira, ora para definir a sua condição” (2014, p. 125).

Pesquisadores como Oliveira (2014) e Zaccone (2015) relacionam os *modus operandi* estatal, nas distintas fases históricas, condicionados à ideologia de “pacificação”. Assim sendo, ambos autores descortinam o invólucro que compõe o termo em diferentes momentos da história do Brasil e a disseminação contínua de ideologias excludentes que orientam a gestão tutelar de governos a determinados territórios e grupos sociais.

Os primórdios do processo de dominação a grupos subalternizados, qualificado como “pacificação”, ocorre desde o período colonial (1500-1822). Contudo, o termo “pacificação” tem a primeira aparição explícita apenas em 2008, até então nunca havia sido mencionado no escopo de projetos do planejamento urbano, em ações de segurança pública, ou em outras voltadas para segmentos da sociedade nacional. Assim, a “pacificação” perfaz séculos, desde o período colonial, com o projeto de dominação dos povos originários, prosseguindo no período do Brasil Republicano (1889) até tempos atuais (Oliveira, 2014).

O programa de “pacificação” originário foi responsável por promover o ciclo de dominação, tendo iniciado a instauração militar com o propósito de conquistar e subjugar os povos originários à precondição dos novos costumes europeus, a fim de desempenhar uma atividade econômica permanente voltada para o comércio exterior. O programa, desta maneira, configurava o modo de produção dominante da colônia (Oliveira, 2014).

De acordo com Oliveira (2014), a instituição jurídica que orientava e legitimava todo o processo era a chamada “guerra justa”, o mesmo procedimento conduzido pelos europeus desde o século XIII contra os muçulmanos. Porém, na América, os inimigos não eram mais os “mouros”, mas os povos originários. Por conseguinte, “pacificação territorial”, nos séculos posteriores avança o processo de “pacificação” na expansão de novas terras, na consolidação da colônia e, por fim, no Brasil independente com a ampliação da dominação para outras regiões, como os sertões do Nordeste e Centro-Oeste e a Amazônia (p.

130).

Ainda destacando a composição do sistema de dominação no período colonial, e o projeto de guerra contra as classes subalternizadas, em 10 de maio de 1808 foi criada a “Intendência Geral de Polícia” com objetivo de sustentar a continuidade e manutenção dos projetos da classe dominante europeia no Brasil. Para proteger e assegurar os privilégios da Corte portuguesa, a instituição policial exerceu no Brasil a mesma jurisdição que havia em Portugal (Rosa, 2019).

A Intendência Geral de Polícia dominava todo processo judicial, desde a acusação até a sentença punitiva aos considerados transgressores da ordem urbana, sendo estes ditos ébrios, desocupados, escravizados fugidos, capoeiras, ciganos, aventureiros, isto é, todos os distintos da realeza em detrimento da classe, da raça, dos costumes, das tradições. Portanto, a Intendência Geral de Polícia via nos negros, nos pobres e nos respectivos lugares de moradia ameaças à ordem pública e ao espaço urbano (Rosa, 2019).

Para Zaccone (2015), a pacificação é responsável pela construção do Estado brasileiro e um agenciador da regulação e controle voltados à manutenção e permanência da elite brasileira. Desde os períodos colonial e imperial a pacificação é o braço forte do Estado que se impõe por meio da violência sobre escravizados, negros, pobres e na segregação de territórios. Fato este que se perpetua até a atualidade, isto é, a “permanência do pacto conciliatório do liberalismo econômico” (p. 214).

(...) o controle social no Brasil passa por uma cultura punitiva, de viés militarizado, inscrita na estratégia de construção de opositores/inimigos ao pacto de conciliação, desprovidos de cidadania, a partir da crença na existência de territórios segregados. A pacificação surge como um ideal de ordem que viabiliza a permanente refundação do Estado brasileiro, pela via da conjugação entre o movimento de moderação/conciliação e de aniquilamento/exterminio (...) como marca da permanência do pacto conciliatório do liberalismo econômico com a escravidão nos tempos do Império (Zaccone, 2015, p. 215)

Com o advento do PRONASCI I, a ideologia de pacificação seguiu sendo perpetuada com o modelo histórico de ocupação dos territórios com a criação das UPPs, mediante a ideologia da criminalização da pobreza, ao referir-se aos moradores como “raízes socioculturais da criminalidade”.

A representação das populações pobres e moradores de favelas como “bandidos em potencial” não é privilégio da polícia. Esta é uma ideia corrente no senso comum e remete à própria representação historicamente construída sobre esses espaços de habitação popular, sempre caracterizados pela “informalidade”, tantas vezes confundida com a “ilegalidade”, e, sobretudo, percebidos como espaços destituídos de ordem moral, sendo seus moradores permanentemente criminalizados por isso (Mello et al., 2012, p. 443).

## 6. 5 - Organização e Financiamento

Deste modo, o Estado, através do programa PRONASCI I, em 2007, visou prosseguir e assegurar a dominação dos espaços ao incluir no escopo do projeto, além do perfil etário, o foco territorial. De início, o programa priorizou 12 (doze) regiões metropolitanas do país com maiores índices de criminalidade, classificados pelo Ministério da Justiça a partir de dados levantados pelo Ministério da Saúde. Sendo os estados selecionados os considerados de maiores índices de homicídios: Belém, Belo Horizonte, Brasília (incluindo municípios do entorno), Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória (IPEA, 2008).

Entre os anos de 2008 e 2012, o PRONASCI I foi executado em 27 estados e 166 municípios brasileiros, sendo proposto disponibilizar até o ano de 2012 recurso no valor de R\$6,707 bilhões para realização de diversos projetos. Ressalta-se que a adesão dos novos entes federados, além das 12 (doze) regiões metropolitanas com maiores índices de criminalidade, não foi conforme a proposta prevista na Lei nº 11.530/2007<sup>79</sup> que originou o PRONASCI I, pois o Programa somente poderia ser destinado às regiões metropolitanas e localidades que apresentassem altos índices de homicídios e de crimes violentos (Kulaitis, 2016).

Segundo o Ministro Tarso Genro, o montante de investimento na proporção de R\$6,707 bilhões nunca havia sido concedido em Segurança Pública, pelo governo federal, aos entes federativos para a execução de um programa como o PRONASCI I (Kulaitis, 2016).

Sobre o repasse de recursos efetivados pela União aos estados e municípios, cabe aqui fazer menção à forma como ocorrem as transferências

---

<sup>79</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11530.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11530.htm)

destinada à execução das políticas públicas de segurança pública.

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a estrutura dos órgãos representantes da Segurança Pública, também instituiu modalidades de financiamento para execução das políticas públicas por intermédio da descentralização administrativa e, desta maneira, a responsabilidade passou a ser atribuída às esferas estadual e municipal. Assim, a CF/88<sup>80</sup> e as leis infraconstitucionais criaram os tipos de dispositivos legais para transferências de recursos<sup>81</sup> intergovernamentais da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios (ENAP, 2021).

Porém, no caso do repasse de recursos para execução das políticas públicas na área de Segurança Pública, há certa complexidade devido à incidência dos dispositivos pela via da transferência Discricionária, especificamente as voluntárias, por meio de convênios e seus desdobramentos.

Em razão do orçamento público federal se encontrar comprometido com as transferências constitucionais e legais, foram criados os instrumentos descentralizadores, isto é, as transferências discricionárias (Quadro 2) com a finalidade de possibilitar a execução das políticas públicas destinadas a atender as demandas, as necessidades e reparos em diversas esferas no âmbito social (Brasil, 2018).

Quadro 2 – Modalidades das Transferências de Recursos



Fonte: ENAP, 2021. Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional, Brasil, 2016.

<sup>80</sup> Referente a repartição das receitas tributárias, conforme os artigos 157 a 162 da Constituição Federal.

<sup>81</sup> Quando se trata de repasses de recursos entre Entes Federativos, deve haver nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais previsão quanto aos mesmos (Brasil, 2018).

Vinculadas às discricionárias e desvinculadas de determinação constitucional ou legal, as transferências voluntárias dependem de decisão ou vontade da concedente. Desta forma, as transferências voluntárias<sup>82</sup> podem ser efetuadas para as instituições públicas e privadas via:

- 1 Convênios
- 2 Contrato de repasse
- 3 Termo de colaboração
- 4 Termo de fomento
- 5 Termo de parceria (Brasil, 2018).

Ademais, as transferências voluntárias podem ser aportes de financiamentos de propostas feitas tanto pelos Órgãos Federais, através de convênios<sup>83</sup>, como por Emendas Parlamentares. Desta maneira, dois atores se destacam como fonte financiadora e desenvolvedora das políticas públicas em Segurança no país, a saber, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e os Parlamentares. Porém, ambos possuem condução distintas para liberação dos recursos (ENAP, 2021; Lui e Salles, 2023).

No caso dos convênios feitos pelo MJSP, o processo para a liberação dos recursos transcorre com a abertura de um edital feito pelo órgão federal, em seguida os entes federativos enviam propostas de projetos e/ou planos e, por fim, somente após concordância entre as partes há a celebração do documento e a transferência é efetuada. São considerados entes federativos os estados, municípios, consórcios públicos<sup>84</sup> etc., isto é, aqueles previstos em lei capazes de celebrar convênios com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta (ENAP, 2021; Lui e Salles, 2023).

---

<sup>82</sup> “Entende-se por transferência voluntária” de acordo com o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000).

<sup>83</sup> O Decreto no 6.170, de 2007, e alterações posteriores, bem como a Portaria Interministerial no 424, de 2016, constituem os normativos básicos para o estudo dos convênios e dos contratos

de repasse. Além destes, para a realização de convênios existem diferentes decretos e portarias que abordam vários conceitos sobre esse tema, a saber: a Lei 101/2000; a Portaria Interministerial no 507, de 24 de novembro de 2011; a Lei no 13.019/2014; Lei 4320/64.

<sup>84</sup> A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 regulamenta a admissão dos consórcios públicos entre entes federativos para fins de pactuação de convênios com órgãos federais. Nos convênios celebrados com os consórcios públicos a pessoa jurídica deve ser formada exclusivamente por entes da federação Lei no 11.107, de 6 de Abril de 2005 - Lei de Consórcios Públicos - 11107/05 :: Legislação::Lei 11107/2005 (Federal - Brasil) :: (lexml.gov.br)

Já nas emendas parlamentares, normalmente o processo é o oposto, uma vez que parte do parlamentar dispor o recurso para algum ente e, só após, é apresentado um plano de trabalho com os objetivos e a proposta de execução (Lui e Salles, 2023).

Ademais, o convênio também disciplina as relações entre os órgãos envolvidos, uma vez que a Administração Pública Federal, direta e indireta, transfere a outro ente ou entidade a execução do programa, ou seja, a responsabilidade de implementação na busca pelos resultados esperados. Além disso, os convênios também viabilizavam o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aos estados e municípios. Criado no ano 2000, o FNSP tinha o propósito de dar respaldo à criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), mas foi utilizado para impulsionar a agenda da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (Peres et al. 2014; Lui e Salles, 2023). Por não possuir recursos vinculados<sup>85</sup> e regulamentação orientada constitucionalmente, o FNSP permitia que os estados, ao receberem os recursos federais, tivessem mais autonomia na forma de utilizá-los na área da Segurança Pública, sendo comumente destinados à manutenção das polícias estaduais (Bueno, 2017).

Com a condução do foco político voltado para os municípios, no ano de 2001 foi elaborada a Lei do FNSP nº 10.201<sup>86</sup>, sendo alterada posteriormente no ano de 2003 pela lei nº 10.746<sup>87</sup>, a fim de abranger todos os municípios, pois, antes disso, o repasse de recursos do Fundo só atendia os municípios que possuísssem as guardas municipais (Peres et al., 2014).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi a responsável pela condução dos recursos provenientes do FNSP e do PRONASCI I (Peres et al. 2014). Contudo, com o lançamento do PRONASCI I, em agosto de 2007, o FNSP sofreu inflexão no repasse a partir de 2008.

Conclui-se, portanto, que os convênios, oriundos de transferências

---

<sup>85</sup> O Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP teve aplicação precária, pois não contava com recursos vinculados.

<sup>86</sup> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10201-14-fevereiro-2001-367504-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Institui%20o%20Fundo%20Nacional%20de,o%20Congresso%20Nacional%20a%20provou%2C%20e%20>

<sup>87</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.746.htm#:~:text=LEI%20No%2010.746%2C%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20dos%20arts,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.746.htm#:~:text=LEI%20No%2010.746%2C%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20dos%20arts,Art.)

voluntárias, são a porta de entrada para o acesso de recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

Desde o ano 2000, quando houve a criação do projeto “Segurança Cidadã”, com vistas a implantar um modelo sob a perspectiva dos direitos humanos e em defesa da convivência social segura nas bases comunitárias, os municípios foram elevados à produção e promoção de políticas públicas de Segurança Pública (Lui e Salles, 2023).

Assim, para a execução dos projetos propostos pelo PRONASCI I foram realizados convênios entre os órgãos federal, entes estaduais e os consórcios municipais<sup>88</sup> para o repasse de verbas, isto é, a transferência de recursos para a execução de projetos na cidade do Rio de Janeiro. Em razão disso, estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro criaram consórcios municipais de segurança pública com o propósito de captar os recursos concedidos pelo governo federal. Desta forma, o estado do Rio de Janeiro criou o Consórcio Público do Médio Vale do Paraíba do Sul (CISEGCI), reunindo 13 municípios para obtenção de verbas, porquanto, bastava a adesão ao PRONASCI I para que estados e municípios recebessem os recursos (Kulaitis, 2016).

O estado do Rio de Janeiro, ao efetivar convênio com órgão federal do Ministério da Justiça, recebeu uma grande soma de valores para execução de projetos, conforme demonstra a Tabela de Distribuição dos Recursos do PRONASCI (Tabela 1) por unidades federativas entre 2008 e 2012 (Kulaitis, 2016, p. 38).

---

<sup>88</sup> Regem a relação dos convênios entre órgãos federais e consórcios públicos: -Inciso I, do parágrafo único, do artigo 2o, do Decreto no 6.170/2007 (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6170-25-julho-2007-557420-normaatualizada-pe.pdf>) - Artigos 11 a 13 da Portaria Interministerial no 424/2016 (PORTARIA INTERMINISTERIAL N°272 424, DE 30...o Oficial da Uni\343o - Imprensa Nacional) ([cgu.gov.br](http://cgu.gov.br))

Tabela 1- Distribuição dos Recursos do PRONASCI por UF / 2008-2012

| UF        | 2008                 | 2009                 | 2010              | 2011                 | 2012                |
|-----------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|
| AC        | 14.733.006,96        | 3.324.415,37         | 5.368.739,17      | 3.500.000,00         | 599.320,51          |
| AL        | 19.587.150,67        | XXXXXXXXXX           | 6.150.531,72      | XXXXXXXXXX           | 40.406.815,21       |
| AP        | 100.000,00           | 496.000,00           | 5.000.000,00      | 1.603.356,88         | 600.000,00          |
| AM        | 98.505,00            | 203.864,50           | 620.000,00        | 3.499.650,00         | 1.413.501,20        |
| BA        | 37.004.319,02        | 9.900.000,00         | 4.950.000,00      | 990.000,00           | 1.898.504,58        |
| CE        | 9.225.474,00         | 817.745,36           | 845.107,49        | XXXXXXXXXX           | 562.820,95          |
| DF        | 37.991.624,16        | 7.158.888,89         | 2.914.575,85      | 1.350.220,06         | 16.225.762,28       |
| ES        | 6.913.879,04         | XXXXXXXXXX           | 382.317,60        | XXXXXXXXXX           | 1.391.588,55        |
| GO        | 56.010.947,55        | 1.180.045,35         | 2.391.260,38      | XXXXXXXXXX           | 1.979.981,15        |
| MA        | 18.781.172,00        | XXXXXXXXXX           | 608.695,36        | 1.050.000,00         | 1.333.204,61        |
| MT        | 100.000,00           | XXXXXXXXXX           | 8.227.244,89      | 5.408.520,11         | 1.583.684,43        |
| MS        | 100.000,00           | XXXXXXXXXX           | 4.745.780,75      | 4.481.533,92         | 599.929,65          |
| MG        | 3.104.268,00         | 8.348.640,41         | 10.288.236,49     | 2.113.244,72         | 1.248.664,71        |
| PA        | 3.409.645,03         | XXXXXXXXXX           | 3.140.622,87      | 1.949.820,90         | 533.435,76          |
| PB        | 150.000,00           | XXXXXXXXXX           | 494.386,63        | XXXXXXXXXX           | 588.435,76          |
| PR        | 7.356.503,00         | 8.107.011,86         | 1.480.584,25      | 5.089.473,73         | 1.553.984,75        |
| PE        | 30.247.325,98        | XXXXXXXXXX           | 8.109.638,66      | 997.540,51           | 413.820,00          |
| PI        | 100.000,00           | XXXXXXXXXX           | 650.000,00        | 1.258.054,47         | 600.000,00          |
| <b>RJ</b> | <b>16.354.275,64</b> | <b>27.262.884,88</b> | <b>489.930,82</b> | <b>12.000.000,00</b> | <b>2.370.305,44</b> |
| RN        | 3.100.00,00          | XXXXXXXXXX           | 5.649.719,06      | XXXXXXXXXX           | 593.230,43          |
| RS        | 27.034.260,06        | 8.917.267,26         | 466.793,33        | 6.193.473,76         | 1.504.325,31        |
| RO        | 100.000,00           | 277.200,00           | 1.652.958,40      | 3.500.000,00         | 583.393,35          |
| RR        | 99.000,00            | 170.116,00           | 800.000,00        | 2.376.952,40         | 599.400,00          |
| SC        | 149.939,10           | 300.000,00           | 3.000.000,00      | 4.360.270,48         | 1.560.954,06        |
| SP        | 42.883.725,47        | 1.931.707,20         | 4.264.295,48      | XXXXXXXXXX           | 585.198,94          |
| SE        | 100.000,00           | XXXXXXXXXX           | 2.901.460,32      | XXXXXXXXXX           | 1.462.505,61        |
| TO        | 100.000,00           | 299.970,00           | 2.094.529,37      | 631.449,72           | 2.942.401,43        |

|                |               |               |               |               |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 334.935.021,28 | 78.695.757,08 | 87.687.988,89 | 62.353.561,66 | 85.735.142,74 |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|

Fonte: Portal de Transparência. Ministério da Justiça. Dados agrupados por Letícia Figueira Moutinho Kulaitis (grifo nosso).

Ademais, ao comparar o repasse federal entre os 27 estados conveniados, conforme demonstra a tabela, somente o estado do Rio de Janeiro recebeu, de 2008 a 2012, o valor total de R\$58.472.396,78.

De acordo com Lui e Salles (2023), a condução do volume de transferências voluntárias direcionadas pelo Governo Federal a alguns estados, em detrimento de outros, configura a existência de acordos políticos, ou seja, a distribuição de recursos seria mais viável para os governos aliados político-partidários e menos para os de oposição. Sendo assim, supõe-se que os recursos disponibilizados no período de 2008 a 2012 ao estado do Rio de Janeiro sejam resultado do favoritismo político para a execução dos planos e programas em Segurança Pública viabilizados pelos convênios.

A exemplo disso, ressalta-se que, no ano de 2008, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB, exercia seu primeiro mandato (2007/2010). Eleito no primeiro turno, Cabral utilizou em sua campanha o discurso em defesa da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas, ganhando com isso a maior parte do eleitorado carioca. Em seguida, no ano de 2009, noticiários mostravam Cabral (PMDB) ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, e do então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), celebrando a assinatura de contrato oficializando o Rio como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Posteriormente, em 2010, Sérgio Cabral (PMDB) receberia o apoio<sup>89</sup> do presidente Lula (PT) ao subirem juntos nos palanques<sup>90</sup> para campanha eleitoral de reeleição.

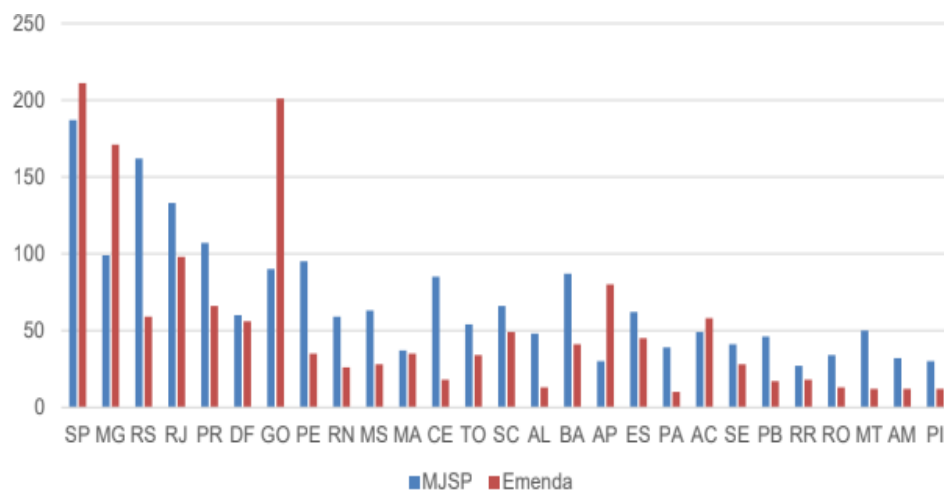
Logo, além das configurações políticas que influenciam na condução dos recursos, isto é, no favorecimento das transferências voluntárias realizadas pelo Governo Federal a certos estados para execução dos programas e projetos em Segurança Pública, há um outro ator concedente a promover o aumento do

<sup>89</sup> A proximidade entre os integrantes dos Partidos PT e PMDB seria resultado das coligações partidárias na época.

<sup>90</sup> Reportagem: Lula 'reelege' Sérgio Cabral em discurso no Rio e defende alinhamento com governo federal (globo.com)

volume de recursos, sendo estes os Parlamentares. Supõe-se que devido ao ingresso de policiais e militares na política partidária, as Emendas Parlamentares também tenham sido direcionadas no repasse de recursos sob influência dos arranjos políticos (Lui e Salles, 2023) (Quadro 3).

Quadro 3 - Convergência de Recursos por Unidade Federativa



Fonte: Plataforma + Brasil (2022). Dados agrupados por Lui e Sales (2023).

Segundo Lui e Salles (2023), a razão pela qual acontece a sobreposição de recursos seria pelo fato de os convênios não possuírem nenhuma norma que

<sup>89</sup> A proximidade entre os integrantes dos Partidos PT e PMDB seria resultado das coligações partidárias na época.

<sup>90</sup> Reportagem: Lula 'reelege' Sérgio Cabral em discurso no Rio e defende alinhamento com governo federal (globo.com)

coordene sua distribuição, sejam os oriundos do Executivo ou do Legislativo, sendo, portanto, orientados apenas pela dependência das alianças políticas e partidárias, havendo, por isso, a concentração de recursos em determinados estados e regiões.

Sendo assim, constata-se que a distribuição dos recursos decorrentes dos instrumentos de financiamento para a política pública reflitam as posições de poder ocupadas pelos atores políticos em determinado momento, o que significa dizer que “os instrumentos não são dispositivos neutros”, uma vez que, “no caso específico dos convênios, como não há nenhum tipo de regra que coordene sua distribuição” e por “serem dependentes das alianças políticas e partidárias”, tem-se por resultado a distribuição desigual de recursos em determinados estados e regiões (Lui e Salles, 2023).

Um outro ponto a respeito do repasse de recursos do Governo Federal aos estados, na área de Segurança Pública, é a carência de informações sobre o diagnóstico da execução dos planos e programas (Nunes e Lima, 2023).

De acordo com Lui e Salles (2023), isso resulta de ainda haver precariedade nas investigações das transferências dos recursos, da União aos entes subnacionais, para o financiamento de políticas públicas em Segurança Pública. Tal fato explicita a existência de falhas na transparência dos financiamentos e a necessidade de mudanças estruturantes no sentido da sistematização e controle.

## **7 - EFEITOS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA PAZ**

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a análise sobre os projetos “Unidades de Polícia Pacificadora” e “Mulheres da Paz”. Sendo assim, a fim de refletir sobre os efeitos decorrentes da implementação dos projetos nas favelas, foi realizada revisão de literatura para o levantamento das produções acadêmicas e, acrescido a isso, as narrativas das mulheres moradoras das favelas ocupadas pelas UPPs e as que trabalharam no projeto Mulheres da Paz. Logo, por intermédio da revisão bibliográfica, busquei identificar as modalidades da violência estatal, tendo por foco a coerção e o controle social sobre a memória de moradores em territórios ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora. Outrossim, as reflexões foram norteadas a partir das concepções de Maurice Halbwachs e Michel Foucault, partindo do entendimento de que, no processo de construção social, as experiências individuais estão integradas no processo histórico e mediadas socialmente por circunstâncias situadas.

Concernente à revisão de literatura, esta partiu da formulação da pergunta de busca: Quais os efeitos de coerção e controle social suscitado pelas UPPs sobre a memória e identidade de moradores de favelas no Rio de Janeiro?

A obtenção das produções científicas ocorreu, após fases protocolares, nas bases do Portal da Capes e Google Acadêmico, entre junho e julho de 2022, resultando na seleção de 4 artigos da base SocINDEX EBSCOhost e 8 artigos do Google Acadêmico, sendo escolhidos 12 artigos que atenderam ao propósito da revisão de literatura.

A relevância do compilado teórico teve por finalidade buscar, através dos registros das pesquisas acadêmicas, decompor as interfaces do programa das Unidades de Polícia Pacificadora e de apontar a condução dos efeitos da coerção e controle social, pertinentes à lógica de militarização, sobre a memória individual e coletiva de moradores em favelas do Rio de Janeiro.

### **7. 1 - Materiais e Método da Revisão de Literatura**

O processo de pesquisa do compilado teórico e de abordagem qualitativa deu-se pelas seguintes etapas (Efron; Ravid, 2019; Galvan; Galvan, 2017):

- Definição do tema, formulação dos tópicos e subtópicos relacionados ao tema; elaboração da pergunta do problema de busca em literatura; formulação das palavras-chave; escolha das bases de busca; elegibilidade; inclusão e exclusão; seleção e organização das fontes; análise dos resultados.

Atendendo a etapa do processo de pesquisa formulou-se a pergunta do problema de busca em literatura: Quais os efeitos de coerção e o controle social suscitado pelas UPPs sobre a memória e identidade de moradores de favelas no Rio de Janeiro?

Em conformidade, o objetivo específico para a revisão de literatura orientou-se em: Identificar em produções científicas mediante revisão de literatura e evidências sobre os efeitos de coerção e controle social decorrentes das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, baseadas em narrativas e percepções de moradores de favelas ocupadas.

Logo em seguida foram formuladas as palavras-chave para composição da estrutura de busca (Quadro 4). Ressalta-se que algumas das palavras-chave provém de pesquisa realizada no site Tesouro da Unesco<sup>91</sup> - Ciências Sociais e Humanas.

**Quadro 4 - Montagem e execução de busca**

| Estratégias de busca                                                                                                                                                                                                                                                                   | Base                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| (perception OR narrative OR memory OR "local memory" OR "collective memory" OR "oral history") AND (coercion OR "social control" OR "social coercion") AND ("pacifying police units" OR pacification) AND (slums OR "slum dwellers") AND (Brazil OR "Rio de Janeiro")                  | Portal Capes<br>SocINDEX<br>EBSCOhost |
| (percepção OR narrativa OR memória OR "memória local" OR "memória coletiva" OR "história oral") AND (coerção OR "controle social" OR "coerção social") AND ("unidades policiais pacificadoras" OR pacificação) AND (favelas OR "moradores de favela") AND (Brasil OR "Rio de Janeiro") | Google<br>Acadêmico                   |

**Fonte: Elaboração própria**

### **Critérios de inclusão e exclusão:**

Critério de inclusão: Artigos científicos disponíveis de forma on-line que possuísem relação com a temática.

Na base SocINDEX EBSCOhost foram aplicados os filtros de seleção:

<sup>91</sup> <https://www.vocabularyserver.com/unesco/en/>

“revistas acadêmicas analisadas por especialistas; artigos científicos; período de 2008-2021; idioma português”.

Após a leitura dos resumos sucederam as escolhas dos artigos de acordo com a finalidade da busca.

Devido ao Google Acadêmico não prover filtros, os mesmos foram aplicados manualmente seguindo os critérios: inicialmente leitura dos resumos e averiguados os seguintes requisitos - “artigos avaliados por pares; período de 2008-2021; idioma português” - nas respectivas revistas indexadoras e, por fim, a escolha deu-se de acordo com atendimento de seleção.

Critério de exclusão: artigos que não atendessem a temática.

### Resultados:

As buscas pelas produções científicas nas bases de dados eletrônicas resultaram na seleção de 4 artigos da base SocINDEX EBSCOhost e 8 artigos do Google Acadêmico, sendo totalizado a escolha de 12 artigos destinados ao propósito desta revisão de literatura e de acordo com a quantidade estipulada previamente (Quadro 5).

**Quadro 5 - Relação das produções científicas**

| <b>Título Artigo</b>                                                                                                                        | <b>Ano/Autores</b>                                               | <b>Tipo de Material/<br/>Método/ Recorte<br/>Empírico</b>                                        | <b>Base de<br/>Dados</b> | <b>Revistas</b>                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------|
| A Guerra como<br>Modo de<br>Governo em<br>Favelas do Rio<br>de Janeiro                                                                      | 2021<br><br>MAGALHÃES,<br>A.                                     | Teórico                                                                                          | SocINDEX<br>EBSCOhost    | Revista<br>Brasileira de<br>Ciências<br>Sociais         |
| Indignação e<br>rotinização: sobre<br>sofrimentos e<br>estratégias para<br>lidar com a<br>violência policial<br>em uma favela<br>Pacificada | 2020<br><br>MOTTA, Luana<br>D.                                   | Empírico;<br>etnográfico; favela<br>Cidade de Deus;<br>entre 2014 e 2016                         | SocINDEX<br>EBSCOhost    | Revista de<br>Ciências<br>Sociais (RCS)                 |
| Envolvido(a)-<br>Com o Crime:<br>tramas e<br>manobras de<br>controle,<br>vigilância e<br>punição                                            | 2020<br><br>CECCHETTO,<br>F. ;<br>MUNIZ, J. ;<br>MONTEIRO,<br>R. | Empírico;<br>etnográfico; favelas<br>do Complexo do<br>Alemão e do Fallet;<br>entre 2016 e 2018. | Google<br>Acadêmico      | Revista de<br>Estudos<br>Empíricos em<br>Direito (REED) |

|                                                                                                                                   |                                                                             |                                                                                                                                 |                    |                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------|
| Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas                             | 2019<br><br>ROCHA, Lia M.                                                   | Empírico e teórico; etnográfica e literatura                                                                                    | Google Acadêmico   | Revista Ensaios- UFF                                      |
| Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro | 2018<br><br>ROCHA, Lia M.;<br>CARVALHO, Monique B.;<br>DAVIES, Frank Andrew | Empírico; etnográfico; favelas do Batan e do Borel.<br>-Batan entre 2012 e 2015<br>-Borel entre 2010 e 2013                     | Google Acadêmico   | Revista de Antropologia da UFSCar                         |
| Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização                                                                  | 2018<br><br>ROCHA, Lia M.                                                   | Empírico; dados sobre períodos- 2011, 2012 e 2013; favela da Zona Norte* da cidade do Rio de Janeiro.                           | Google Acadêmico   | Revista Estudos Históricos                                |
| A Favela do Batan e o projeto das UPPS: a avaliação dos moradores sobre a sua experiência com a ocupação policial permanente      | 2017<br><br>DIAS, Ariley P. R.                                              | Empírico; etnográfico; entrevistas semiestruturadas e observação participante; favela do Batan; de 2014 a 2016                  | Google Acadêmico   | Cadernos de Campo- Revista de Ciências Sociais            |
| Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e dos territórios de favela no Rio de Janeiro                        | 2014<br><br>LEITE, Márcia P.                                                | Teórico                                                                                                                         | Google Acadêmico   | DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social |
| Polícia e Direitos na Visão dos Moradores de Duas Favelas do Rio de Janeiro                                                       | 2012<br><br>CARDOSO, Marcus                                                 | Empírico; análise discursiva; narrativas de moradores das Favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, entre os anos de 2001 e 2008 | SocINDEX EBSCOhost | Revista Estudos de Sociologia                             |

|                                                                                                                 |                                                                                                                      |                                                                                                                                                                       |                        |                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------------------------------------------|
| Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta                            | 2012<br><br>FLEURY, Sonia                                                                                            | Empírico; observação participante e entrevistas com diferentes atores locais e institucionais; morro Santa Marta; em 2012                                             | SocINDEX<br>EBSCOhost- | Revista Sociologias-<br>UFRGS                            |
| Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro | 2012<br><br>LEITE, Márcia P.                                                                                         | Teórico                                                                                                                                                               | Google Acadêmico       | Revista Brasileira de Segurança Pública                  |
| O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas                                                             | 2012<br><br>BURGOS, Marcelo B.;<br>PEREIRA, Luiz Fernando A.;<br>CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mário;<br>AMOROSO, Mauro | Empírico; entrevistas e grupos focais com moradores, lideranças e comerciantes de quatro favelas, sendo três ocupadas pelas UPPs (Tijuca, Leme e Copacabana); em 2011 | Google Acadêmico       | Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais |

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As produções científicas resultantes da busca nas bases de dados tiveram como propósito referenciar a discussão sobre as evidências dos mecanismos de poder coercitivo e de controle social originados pelo programa da UPP, a partir de 2008, e de que forma produziram efeitos na memória individual e coletiva, como na identidade dos moradores das favelas, além de apontar como permanecem atuantes e ameaçadores na atualidade.

## 7. 2 - Os efeitos das UPPs nas Memórias dos Moradores Locais

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) como projeto de dominação sobre as favelas do Rio de Janeiro, pressupôs ser a militarização a condução satisfatória à vida coletiva. Discursos políticos alicerçados na representação de

“crise na segurança pública” elevaram as favelas à condição de territórios de guerra com objetivo de legitimar o controle destas localidades pela ocupação.

Embora, na atualidade, seja apontado o declínio das UPPs, Rocha (2018) ressalta que isso não significa que os impactos decorrentes das ocupações nos territórios estariam se diluindo, sendo, portanto, fundamental analisar o projeto não como um fracasso, mas compreender que seus efeitos ainda são capazes de produzir e permanecer atuantes.

Magalhães (2021) e Leite (2012, 2014) apontam as diversas implicações que a formulação de guerra provocou nas favelas, além de demonstrarem como o Estado promoveu a territorialização da violência e as imposições de coerção e controle social para resolução dos conflitos.

Ao serem constituídas como território de guerra, as favelas foram demarcadas por uma nova estratégia de delineamento territorial. Por meio da “demarcação e afirmação de controles físicos, geográficos”, além dos morais, fomentou-se a manutenção e a ampliação das “fronteiras, hierarquias, zonas e enclaves” entre a visão dicotômica favela-cidade. Desta feita, conclui-se ser a tática de guerra às favelas uma estratégia para a construção de uma alteridade radical, territorializada e racializada” (Magalhães, 2021, p. 6).

A imagem de guerra, ao ser condicionada às favelas, produz o que Das e Poole (2008) designaram como sendo o cenário constituinte das “margens do Estado”. Neste panorama o Estado não possui a “forma administrativa de organização política racionalizada que tende a se enfraquecer ou se desarticular em suas margens territoriais e sociais”, mas atua mediante “práticas e políticas da vida nessas áreas” assim como por intermédio “das políticas de regulação e disciplina” (p. 19, tradução nossa).

Desta forma, na condição das margens, o Estado generaliza todos os moradores de favelas como propícios à criminalidade e, mediante a justificativa moral, busca legitimar a imposição da coerção e do controle social (Leite, 2014).

Nesse contexto, o Estado efetiva a homogeneização favela-favelado destinada à orientação específica da política estatal, da restrição aos equipamentos urbanos, serviços públicos e de segurança, caracterizando-se, desta maneira, a lógica segregadora no espaço da cidade, a saber, a favela (Leite, 2012).

Outrossim, ao expressar-se nas margens, o Estado atuaria também como Estado biopolítico, ao designar os “corpos matáveis” (Agamben) ou “deixados para morrer” (Foucault) (Rodrigues, 2019, p. 04). Para o sociólogo Ricardo Linhares, é esse “olhar homogeneizante [sobre] a favela [que] inviabiliza a implementação de políticas públicas adequadas, pois a ausência do reconhecimento “da dimensão da diversidade e da diferença” é um dos fatores que acarretaria “a realização de ações voltadas para reduzir o quadro de desigualdades” (Mello et al., 2012, p. 241).

Ademais, Leite (2012), Motta (2020) e Magalhães (2021) expõem como a representação de guerra produziu efeitos na memória e identidade dos moradores de favelas pelo medo. O medo, decorrente da representação de guerra, ao originar diferenciações sobre o corpo do favelado e nos respectivos locais de moradia, constrói na memória social a “imagem fantasmática do inimigo” e, com isso, no acarretamento da delimitação territorial, racial e moral (Magalhães, 2021, p. 7), além de gerar um novo sentido de perigo representado pela pobreza e marginalidade.

Assim, a construção dicotômica favela-favelado facultaria tanto a política de controle social como a construção de estigmas na percepção social enquanto território da violência, tal como de uma sociabilidade avessa às normas e valores dominantes (Leite, 2012).

Contudo, a fim de buscar meios para superar os efeitos causados pela “guerra”, o medo e o sofrimento ocasionados pela violência estatal, moradores elaboraram medidas práticas para proteger seus corpos dos riscos permanentes da coexistência com injustiças e a contínua violência policial (Motta, 2020).

Esta atitude dos moradores, ao criarem meios de proteção, configura o que Machado (2008) apontou como sendo resposta a uma “sociabilidade violenta”.

Esta talvez seja a consequência mais perversa da sociabilidade violenta como ordem instituída [...] As populações mais diretamente afetadas (ou, dito de outra maneira, menos protegidas) a viver uma vida “normal”: porém à custa de uma enorme atenção e um diuturno esforço adicional destinado a garantir a continuidade das rotinas, permanentemente ameaçadas pela proximidade da sociabilidade violenta (Machado, 2008, p. 45).

Assim sendo, a violência imediata na favela estimula moradores a fomentar atenção e cuidados mútuos. Em casos assim, a exemplo da CDD, os moradores reforçam os vínculos de solidariedade com intuito de promover uma rede de proteção em relação às atividades rotineiras nas localidades em que residem. Fato que eleva a um estado de alerta contínuo alimentado pelas lembranças de violência.

Ademais, essa rede de cuidados criada pelos moradores de favelas é uma forma de defesa que emerge em confronto ao sofrimento.

O sofrimento aparece, assim, como produzido dentro de um contexto determinado, constituído por novas relações estabelecidas no espaço específico [...], por novos dispositivos ideológicos que fazem interiorizar o processo de dominação [...]. É neste encadeamento que podem emergir estratégias para que o sofrimento seja amainado. Tais estratégias podem se dar no plano individual, mas, também, no plano coletivo (Werlang e Mendes, 2013, p. 745).

Contudo, apesar dos moradores das favelas criarem meios para se protegerem da violência policial e dos efeitos do medo, isso não os eximem de experienciar o sofrimento social (Motta, 2020).

A construção em métodos de repetição, sobretudo pela mídia junto à imagem de guerra, norteia a criação da representação do Outro na memória social como inimigo e, dessa forma, a atualização contínua das favelas como o lócus da violência e, assim, alvos do controle estatal. Desta maneira, as forças de segurança operacionalizadas nas favelas concretizam os intentos de guerra direcionados a corpos específicos. Sendo, portanto, o terror e o medo ferramentas que compõem a dominação estatal sobre o tecido social das favelas (Magalhães, 2021).

As políticas, ao formularem representações do medo que engendram o poder coercitivo e controle social no território-favela, provocam repercussões na memória social. Logo, isso significa que a memória social é a mediação estratégica a ser utilizada pelo Estado para mobilizar as dinâmicas de suspeição sobre os favelados (Cecchetto et al., 2020).

Mediante a utilização da metáfora da guerra como dispositivo matriz sobre as favelas e moradores, o Estado reduziu as políticas públicas dirigidas aos segmentos “vulneráveis ao crime” e a constituição da Unidade de Polícia

Pacificadora como a responsável por socializar e disciplinar, isto é, de controlar a sociabilidade local (Leite, 2012).

O Estado, ao visar o controle da sociabilidade das favelas através de estratégias e mecanismos pelas UPPs, tem por objetivo impor a ordem e regulamentos específicos a fim de reconfigurar as favelas tidas por “pacificadas” como margens disciplinadas e “integráveis” (Leite, 2012, p. 637).

Em vista de o Estado buscar controlar a sociabilidade local, conforma-se também outro tipo de violência, em ocasião do desrespeito à memória e cultura local da favela, em conformidade com o silenciamento da mídia e de órgãos públicos ao tentar emudecer a memória traumática provocada pela violência nestes locais (Leite, 2012).

Cardoso (2012), Dias (2017) e Cecchetto et al., (2020) mostram como o poder pode acionar certas categorias por meio da coerção e o controle social nas favelas. Logo, o poder, ao engendrar representações, tem a capacidade de atingir a dimensão estrutural no território, a exemplo da aparição dos termos “pessoas de bem” e do “movimento”, que ao modular as falas dos moradores em meio às reivindicações, refletem como a influência do poder promove marcas distintivas, evidenciando assim como a memória dos moradores são afetadas (Cardoso, 2012, p. 491-492).

“Trabalhadores” e “não-bandidos” também são definições recorrentes nas favelas, por exigências de policiais feitas a moradores “trabalhadores” no reconhecimento dos “não-bandidos”, fazendo com que moradores, com receio de serem confundidos com “bandidos”, atuem na posição de potenciais disseminadores de poder ao incorporarem o controle e vigilância sobre as relações sociais da favela (Dias, 2017, p. 119-120).

A outra expressão são as categorias “envolvido” e “envolvimento”. A insígnia “envolvido-com”, por ter a capacidade de atingir a dimensão estrutural e de estabelecer o nexos causal, mobiliza “vigilâncias difusas e controles estendidos sobre e entre os grupos sociais, em especial aqueles subalternizados”. Posto isso, constata-se o potencial simbólico que a categoria “envolvido-com” expande, ao exercer ampla classificação de forma intensa e fluida sobre indivíduos, sendo capaz, por isso, de “criminalizar toda e qualquer interação, interina ou duradoura, em qualquer dimensão da vida social” (Cecchetto et al., 2020, p.110-111).

Além disso, mediante a atuação das UPPs na reconfiguração local, através da militarização do tecido social das favelas e na ordenação da vida social, ocorreu o silenciamento dos moradores de favelas, configurando assim uma “necromemória” pela tentativa do Estado em silenciar e alterar a memória dos moradores, seja por meio da história oficial ou traumas (Rocha, 2018).

Ademais, Burgos et al. (2012) ao pesquisarem as favelas da Tijuca, Leme e Copacabana, percebem, na realização de entrevistas com os moradores, a existência de traumas impregnados em suas memórias, como consequência da exposição contínua à violência. De acordo com os pesquisadores, os moradores retrataram o período das UPPs como uma troca da opressão do tráfico pela vigilância ostensiva (Burgos et al., 2012).

Porém, na favela do Batan o fator da vigilância pela UPP ocorreu de maneira distinta, pois os moradores viam nas imagens das câmeras de vigilância meios para resolução de conflitos, a exemplo de roubos locais. A desconfiança e descrença no instrumento de vigilância instaurou-se entre os moradores devido os policiais terem se recusado a solucionar as intercorrências locais por intermédio da identificação dos infratores registrados nas imagens (Dias, 2017).

Ademais, sob o ponto de vista de Fleury (2012), o projeto das UPPs empreendia, além dos demais propósitos, dirimir a implementação de uma esfera pública ampliada mediante a política de expansão da cidadania aos moradores e, assim, integrar as favelas à cidade. Sendo assim, as UPPs foram propícias aos interesses particulares. Logo, no espaço da ampliação do público os interesses forjam representações com a finalidade de influenciar a opinião pública e, portanto, condicioná-la aos intentos do poder dominante (Lubenow, 2012).

De acordo com as percepções dos moradores do morro Santa Marta (Botafogo) sobre a ocupação da UPP na favela, as avaliações demonstram que as estratégias usadas com objetivo de ampliar os direitos de cidadania ocasionaram muitas tensões (Fleury, 2012).

Por fim, para Fleury (2012) as tensões e contradições entre favela e cidade resultam do acúmulo histórico decorrente da atuação estatal. Para o pesquisador, a bagagem dos conflitos entre favela e cidade surge a partir do Estado, tanto ao tentar inviabilizar a existência das favelas como também pela carência em prover bens e serviços públicos. Logo, no caso das avaliações feitas

pelos moradores do Santa Marta, os conflitos se acentuaram ainda mais devido a pretensão do Estado em relacionar a militarização ao campo social.

A seguir, conforme mencionado, finalizo a análise com a narrativa das Mulheres moradoras das favelas.

### **7. 2. 1 - O Que as Mulheres Querem É Paz. A atuação das Mulheres em áreas de Unidades de Polícia Pacificadora**

A memória individual e coletiva também compreende o âmbito relacional (Ricoeur, 2006), onde as experiências e as narrativas dos sujeitos, uma vez compartilhadas, poderiam conduzir os vínculos sociais (Viana, 2015). Acrescido a isso, o corpo, como parte integrante nesta inter-relação, facultaria a extensão das experiências, promovendo, assim, a corporeidade (Le Breton, 2007).

Logo, as mulheres moradoras das favelas do Cantagalo, Cidade de Deus e Manguinhos, ao narrar as experiências vividas nas localidades, compartilham as memórias, as interações realizadas e a maneira como manifestaram a corporeidade frente aos projetos das UPPs e Território da Paz.

Portanto, a fim de contribuir com a reflexão dos efeitos sobre a memória individual e coletiva com a execução dos projetos nos territórios, apresentam-se a seguir as narrativas<sup>92</sup> das mulheres moradoras das áreas ocupadas pelas UPPs e das que trabalharam no projeto “Mulheres da Paz”.

Perguntadas sobre como avaliam o período de ocupação das UPPs nas favelas em que moram, as respostas evidenciaram experiências diversas.

Uma delas, moradora da favela do Cantagalo, atrelou a UPP a um outro projeto, considerado para ela bastante semelhante.

*A ocupação foi similar a ocorrida em 1992 no Governo Garotinho, quando foi instalado o GPAE (GRUPAMENTO DE POLÍCIA ESPECIAL) com o mesmo formato da UPP, com uma postura de engajamento comunitário perante as Associações e trazendo representantes de outras secretarias do estado e serviços públicos que atendem a comunidade como Comlurb, Light, antiga CEDAE e por aí vai, para atender as reivindicações dos moradores. Justamente por articular com os representantes de serviços públicos importantes, que mexem com abastecimento de água e saneamento básico, iluminação do território, postos de saúde do morro, recolhimento de lixo com certa regularidade e não apenas com o foco na segurança pública. Essa postura trouxe um novo olhar dos moradores em*

<sup>92</sup> As narrativas encontram-se na íntegra ao final deste trabalho nos apêndices A, B e C.

*relação à chegada deles, porque estes serviços chegavam com certa precariedade (Dona Cacau do Cantagalo, 2023).*

Para Dona Cacau<sup>93</sup>, uma das lideranças comunitárias da favela do Cantagalo, a chegada da UPP reacendeu a esperança histórica do direito aos serviços públicos necessários para a favela. A fala de Dona Cacau reafirma a necessidade dos serviços públicos como suportes sociais, ou seja, como atenuantes da vulnerabilidade e do sofrimento social decorrentes da precarização do modo de existência na favela.

Já para a moradora da favela de Manguinhos, Ana Paula Oliveira, cofundadora e coordenadora do Movimento Mães de Manguinhos, mãe de Johnatha de Oliveira Lima (vítima letal da violência policial), ao ser perguntada sobre a chegada da UPP, as lembranças a reportaram às memórias traumáticas. Ana Paula iniciou a narrativa por uma linha do tempo, algumas vezes interrompida devido as fortes emoções que a tomavam.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p, 57).

Ao retomar a entrevista, Ana Paula encadeou a narrativa relacionando os fatos, os vividos pela sua família junto com as lembranças de infância, somado aos dramas desencadeados com a chegada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>94</sup> em Manguinhos, atingindo o ápice ao relatar a morte do seu filho, Johnatha, pelo disparo da arma de um policial da UPP.

*[...] a especulação chegou por aqui por conta do Parque Manguinhos, do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>94</sup> ...infelizmente... assim... eu cresci ouvindo, né? ouvindo minha mãe contar história de como foi que ela sofreu... quando ela era criança... por conta de quando ela morava na favela da Praia do Pinto. Então assim, eu cresci com a minha mãe penteando meu cabelo quando eu era criança e as lágrimas dela caindo, e contando, né? E quanto aquele período foi doloroso pra ela, que ela passou na rua dormindo com a mãe, com a vó e eu. Não*

<sup>93</sup> O nome utilizado é fictício como forma de proteger a identidade da entrevistada.

<sup>94</sup> Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/pac.htm>

*tinha pra onde ir até conseguirem abrigo numa Igreja e depois foram trazidas pra Manguinhos. Elas foram agregadas e acolhidas pela Igreja. Não só elas como outras pessoas também, vítimas que perderam as suas casas nesse incêndio. Lá na Praia do Pinto. E aí logo em seguida parece que teve, não sei direito.... não lembro agora o nome.... mas acho que foi uma inscrição da prefeitura e foram realocadas aqui em Manguinhos. Então a minha história de vida ela começa em Manguinhos com a chegada da minha mãe, a mãe dela, minha avó, os irmãos .... ééé lá na década de sessenta! [...] A gente acaba vivenciando isso novamente... da remoção... eh hh veio todas as lembranças das histórias que minha mãe já tinha me contado, né? O sofrimento dela e assim foi por volta de dois mil e dez que começaram as especulações de que seríamos removidos por conta das obras do PAC. Quando chega em dois mil e doze, pra ser mais exata, em outubro de dois mil e doze chega à Unidade de Polícia Pacificadora aqui em Manguinhos. Outubro de dois mil e doze!! Com toda aquela propaganda que estava trazendo a Paz!! Que estava trazendo muita coisa boa pra favela. Eh hh, mas infelizmente não adianta apenas trocar a cor do uniforme, a roupa, né? De uma instituição, né? Infelizmente a polícia do Rio de Janeiro já tem enraizada uma história de violência e de violações. Então eu nunca acreditei na UPP, nunca acreditei que a Unidade de Polícia Pacificadora fosse trazer paz ou coisas boas pra favela, né? Porque eu sempre acreditei na educação como uma forma de formação, né? pras pessoas ter cultura, lazer, tudo isso não vem com a polícia. Eu nunca acreditei na polícia e aí é isso. Chega a UPP, ela chegou juntinho no momento que estas coisas estavam acontecendo, as pessoas sendo retiradas da sua casa. Então estava tudo conectado. Tanto a Unidade de Polícia Pacificadora como o Programa de Aceleração de Crescimento, que é o PAC. Então eles estavam tudo ali mancomunados mesmo (Oliveira, 2023).*

Conforme a fala de Ana Paula, a favela é um espaço que guarda traumas e sofrimento como consequências das ações do Estado. Impedidos pela coerção policial, os traumas e o sofrimento dos moradores são reprimidos pela imposição da força, e desta forma mantidos submersos pela opressão estatal. Neste caso, a tensão reprimida pode vir à tona quando representações similares de injustiças são evocadas por acontecimentos análogos, como no caso da chegada do PAC e da UPP, fazendo com que o estado latente de revolta e consternação sejam externalizados. Além disso, o sofrimento coletivo, devido à exposição contínua às injustiças e atrocidades aumenta diante da ameaça da remoção e do rompimento dos vínculos afetivos na favela.

*[...] meu filho Johnnatha, de apenas dezenove anos de idade, tinha saído da nossa casa com a namorada dele pra levar ela na*

*casa dela, aqui em Manguinhos mesmo. Chegou a cumprir esse trajeto na casa da minha mãe, deixou uma travessa de pavê que eu tinha pedido pra ele levar pra minha mãe que ainda estava morando lá na mesma rua, porque ainda não tinha conseguido comprar outra casa aqui em Manguinhos, com a chegada da UPP, as promessas de paz e de coisas maravilhosas.... é...houve foi uma especulação tremenda, né? Então assim, os valores das casas eram exorbitantes... assim, foi uma loucura, loucura. Os próprios moradores aumentaram os valores porque a procura estava grande demais. As pessoas estavam desesperadas querendo comprar casas, querendo continuar morando em Manguinhos. E é isso, os valores não, não batiam, né. E o valor das indenizações eram irrisórias [...]. E aí foi isso que aconteceu, Johnatha foi levar a namorada na casa dela aqui em Manguinhos mesmo e aí quando ele ia sair, antes dele sair de casa eu falei pra ele passar na casa da minha mãe e deixar uma travessa de pavê que eu tinha feito pra ela. Ele foi, deixou com a namorada e aí quando ele já tinha acabado de sair minha mãe falou que lembrou que antes dele chegar o vizinho tinha comentado com ela que os policiais da UPP estavam fazendo ronda e que eles estavam muito agitados e tal, e aí minha mãe falou que quando Johnatha saiu ela lembrou e correu na janela. Ainda chegou a ver ele. Aí gritou, ele parou, olhou, e aí ela falou, meu filho, você está com a identidade? Aquela preocupação, né? Preocupação de mãe. A favela cresce com essa coisa, com esse entendimento. O filho precisa estar sempre como se isso fosse garantir a vida e a proteção dos nossos filhos. Infelizmente não garante. E aí ele falou, estou sim, vó! Aí ela falou, tá, então cuidado. Cuidado, meu filho e tal...O meu filho foi alvejado com um tiro de pistola ponto quarenta. Quando ele saiu da casa da namorada ele passou por uma rua lá próximo em Manguinhos. Aqui em Manguinhos onde estava tendo uma confusão entre os moradores e uma guarnição da UPP de Manguinhos [...] O Johnatha passou no meio dessa confusão [...]. Então Johnatha é uma bandeira de justiça! [...] Eu costumo dizer também pra várias outras mães que está na luta, é uma forma que eu encontrei pra continuar cuidando dele. Tem uma coisa que Estado, a polícia, ninguém nunca vai tirar da gente é a nossa garra pra continuar sendo a mãe dos nossos filhos. [...] eu nem tive direito ao luto. Eu não tive direito ao luto porque eu precisei me jogar na luta<sup>95</sup> [...]. Segurança Pública não é só caso de polícia, não é, tanto é que não é, que quando aparece a situação da fatalidade, as outras coisas aparecem que é a saúde, que é a educação, que é a parte psicológica, então está integrado ou não está? Está! (Oliveira, 2023).*

Ana Paula narra a dor pela perda do seu filho, o retrato fatídico da

---

<sup>95</sup> Ana Paula Oliveira ingressou no Movimento Social de Mães, especificamente no Movimento Mães de Manguinhos que lutam contra a atividade de extermínio de moradores das favelas pelo Estado. A entrevista de Ana Paula encontra-se na íntegra, no Apêndice C, ao final desta dissertação.

atuação do Estado nas favelas, a regra permanente da violação dos direitos, a política de morte que norteia a atuação da polícia a apontar a arma e puxar o gatilho na favela. É desta forma que o Estado determina, através da ação policial, os sujeitos matáveis, a máxima expressão “da capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (Mbembe, 2016, p.135).

Entretando, mesmo diante da perda do filho, no enfrentamento da dor e desamparada pelo Estado, Ana Paula, juntamente com as demais mulheres que também tiveram seus filhos mortos pelo Estado, têm lutado junto ao Movimento Social de Mães.

As mulheres, ao se unirem para lutar junto ao Movimento Social de Mães, promovem a solidariedade para que a experiência do trauma vivido por elas, devido às perdas, não se repita em outras vidas. Além disso, a união destas mulheres transforma a memória traumática em memória política ao denunciar as atrocidades cometidas pelo Estado.

Em contrapartida, a proposta do projeto Mulheres da Paz buscou efetivar a figura da mulher como “pacificadora”, conforme a cláusula primeira do convênio SENASP/MJ nº 25/2008<sup>96</sup>, a saber:

Este convênio tem por objetivo a cooperação dos partícipes na seleção e capacitação de mulheres, com vistas a construção e o fortalecimento de redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem os adolescentes e jovens adultos expostos à violência doméstica e/ou urbana, no âmbito do Programas de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI [...].

De acordo com a proposta, cabia às mulheres, moradoras de territórios específicos onde se implementou o projeto Mulheres da Paz, a função de detectar e conduzir pelas mãos da pacificação os jovens, de 15 a 29 anos, ou seja, os suscetíveis ao “envolvimento-com” (Cecchetto; Muniz; Monteiro, 2020), os “não trabalhadores” (Dias, 2017), os “vulneráveis ao crime” (Dias, 2017).

Contudo, o projeto Mulheres da Paz, na prática, configurou-se institucionalmente na junção entre segurança pública e assistência social, sendo as mulheres, nesse caso, as responsáveis pela execução das políticas públicas

---

<sup>96</sup> Parte do documento encontra-se ao final da dissertação, nos referidos Anexos A e B.

nas favelas dentro do contexto das UPPs (Kulaitis; Pestana, 2018, p. 889-890).

Por outro lado, para as mulheres que trabalharam no projeto Mulheres da Paz, a idealização de paz representou o bem-estar coletivo para o território, atrelado à oferta dos serviços públicos. A partir da perspectiva das mulheres, o projeto Mulheres da Paz foi funcional, à medida que elas se reconheceram como as protagonistas na mediação entre as demandas dos moradores e atendimento das necessidades locais.

*Porque quando começou o projeto Mulheres da Paz, a Mulheres da Paz veio oferecendo primeiro, perguntando aos moradores da cidade de Deus nessa área a necessidade que tinha, da necessidade do povo, da Cidade de Deus. E as pessoas começaram a colocar. O posto também não era aquela coisa tão boa, a gente não tinha nem Clínica da Família. Não foi falado diretamente de policiamento, mas que precisava mais de um cuidado, um olhar a mais pra Cidade de Deus, em todas as áreas. E querendo ou não o povo era muito abandonado [...] não tinha nada aqui (Maria, 2023).*

*[...] a gente perguntava e as pessoas foram falando que precisava, e a UPP, ahhh ela veio depois. Sim, a UPP veio depois porque entrou bancos aqui dentro da Cidade de Deus, entrou o banco Bradesco, o gerente andava a Cidade de Deus inteira oferecendo empréstimo, surgiu muito... como é que se fala...oferecendo o MEI, foi tendo a CUFA que começou a ter um trabalho, entrou o SESI, eu mesma fiz meu ensino médio no SESI, terminei meu ensino médio do SESI, fiz muitos cursos no SESI, muita gente que entrou, eu há muitos anos, mais de vinte e poucos anos que não fazia meu ensino médio, fiz. Eu só não fiz faculdade, minha vontade era de fazer mas acabei não fazendo. Isso tudo pelo Mulheres da Paz. Isso tudo pela Mulheres da Paz que pediu pra entrar aqui. Então, foi entrando tudo. Sim, quando entrou, a gente preparou isso [...] a Casa de Direito.*

*Então, mas quando eles entraram, antes deles terem uma sede [...] E aí eles orientaram a gente de como fazer. Então assim, era como se fosse preparando, né? Aquelas incursões, colocavam patrulhinha, mas não tinha assim ainda um lugar pra falar assim, ali é a UPP. [...] eu só lembro que era, ficava uma patrulhinha na esquina do Apego Pantanal, ficava outra ali embaixo da Linha Amarela, não tinha nenhum trailer, nada disso, era só a patrulhinha e eles ali (Maria<sup>97</sup>, 2023).*

Na percepção das mulheres, a ocupação da UPP na Cidade de Deus<sup>98</sup>

<sup>97</sup> Maria é uma identificação fictícia afim de resguardar a imagem da liderança local moradora na favela da Cidade de Deus, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>98</sup> A ocupação ocorreu em 11/11/2008, a primeira a UPP a ser instaurada no estado do Rio de Janeiro, e a instalação da base em 16/02/2009, sendo extinta em 2018. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.html>

não havia ocorrido até a livre circulação de serviços ofertados pelas instituições na localidade. Por isso, entendem que o projeto Mulheres da Paz<sup>99</sup> foi a preparação para a UPP. Até então para elas o patrulhamento e as incursões policiais eram comuns e já fazia parte do policiamento coercitivo na favela, por isso a chegada da UPP não foi identificada como novidade.

*Ahh a Mulher da Paz, eu soube que teve uma vez. Já tinha, já tinha tido uma conversa, mas foi aquela coisa camuflada. Era só aqueles grupinhos. Aquela coisa que eu falei, uma gente que estava com a blusa, né? Disseram que foi lá perto do CRAS e eu não soube. Gente, que inscrição foi essa que eu não soube aqui dentro? Foi coisa de pessoas com padrinho, né! Mas aí a mulherada mesmo não ficou sabendo (Darlene, 2023).*

*E aí, como Deus é justo, não vingou. Aí foi pra frente assim, colando cartazes, foi lá perto da rua dela. Aí encontramos com ela, né? Eu acho que nos conhecemos, lá, né, Darlene? Aí a gente foi, aí se inscreveu, quem não tinha CADÚnico, teve que abrir um pra receber os R\$190,00 (Maria, 2023).*

As mulheres demonstraram euforia ao recordar da época em que atuaram no projeto Mulheres da Paz e ao citar a criação da “Casa de Direito”. Para elas o espaço foi um ganho diferenciado, pois concentrava todos os serviços necessários para a favela. Mas em determinadas ocasiões as falas denotavam uma certa revolta em razão da extinção da Casa de Direito e o início do confronto armado.

*Chegou o momento que nós vimos que teria que ter uma pelo menos, uma justiça comunitária onde as pessoas iam buscar os seus direitos sem precisar se jogar, né? Ficar procurando aqui e ali (Darlene<sup>100</sup>, 2023).*

*Casa de Direito concentrou todos esses serviços que a gente apresentava [...] a Casa de Direito ela mudou tanto a Cidade de Deus e a vida da gente, [...] as pessoas chamavam a gente, parecia que nós éramos advogadas. Deixa eu te falar, Carmen, a Casa da Justiça foi por um ano certo, quando acabou, acabou de repente, na verdade não acabou correto [...] E a gente ficou mal, nós éramos o comentário, sempre isso. Porque é assim que eles fazem, eles vêm, não fazem as coisas corretamente. E quem bota a cara é a gente (Maria, 2023).*

<sup>99</sup> O projeto Mulheres da Paz na Cidade de Deus começou em janeiro de 2012, após a ocupação da UPP na Cidade de Deus em 2008. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2851744>

<sup>100</sup> Darlene é uma identificação fictícia afim de resguardar a imagem da moradora residente na favela da Cidade de Deus, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Para as mulheres, a recusa, por parte do governo, em dar prosseguimento no atendimento aos moradores da favela da Cidade de Deus, através da Casa de Direito, gerou para elas desconforto frente aos demais moradores.

Em alguns momentos percebia, durante a narrativa das mulheres, o sentimento de orgulho quando recordavam da época que trabalharam no projeto Mulheres da Paz e, ao mesmo tempo, ao se reportarem ao presente, o incômodo ao serem reconhecidas como referências do fracasso do projeto que um dia fez com que acreditassem em possíveis mudanças na CDD.

Ademais, embora para as mulheres a presença dos policiais fosse uma presença constante na CDD, a ausência do confronto armado e das incursões policiais durante a ocupação da UPP descaracterizou o que elas compreendiam como sendo coerção, controle e policiamento ostensivo. Para elas a UPP acabou quando houve o retorno do confronto armado, demarcando, dessa maneira, no “término da paz” quando os policiais retornaram à prática dos tiroteios.

*Então, acabou a UPP porque os policiais entraram. Então, durante quatro anos não teve confronto [...]. Nada disso que a gente vê hoje. Então tinha cursos aqui dentro, todo mundo, a gente andava, eu andava quase o dia inteiro com meus filhos. Tudo foi acabando aos poucos, na verdade, foi acabando aos poucos, foi o que te falei aí, as pessoas sentem aquele buraco hoje [...]. Mas eu acho que isso também, a política é muito...eu acho que quanto mais coisas piores para a comunidade, eles vão ganhando. A CDD mudou de tal forma, dava gosto [...] Então eu acho que as autoridades do governo ganham com isso também [...] Hoje tá tudo desacreditado dentro da Cidade de Deus. Porque começam e param [...]. Hoje somos apenas referência aqui dentro, como as Mulheres da Paz. Até o telefone era nosso particular... não deram um chip...então até hoje ligam pra mim quando precisam de ajuda (Maria, 2023).*

Na percepção das mulheres, o marco que delimita o término da UPP na Cidade de Deus está relacionado com o retorno das incursões policiais. Junto a isso, acrescenta-se as desilusões provenientes da interrupção abrupta do projeto Mulheres da Paz e o fechamento da Casa de Direito. Durante as falas das mulheres se percebe a angústia e a dor pela ferida reaberta em razão do abandono e descaso no atendimento aos moradores da favela e a continuidade da violência, que compromete o futuro de todos que enfrentam o direito de ir e vir livremente.

Portanto, diante das narrativas, as representações de Paz, Justiça e

Segurança compreendidas pelas mulheres possuem significados distintos do previsto no programa PRONASCI I.

## 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto, a pesquisa almejou trazer para reflexão apontamentos sobre os efeitos da violência estatal que atingem as favelas da cidade do Rio de Janeiro, correlacionando-os às políticas de intervenção urbanística e aos projetos de Segurança Pública.

Ao trazer a discussão para o campo da memória social, a pesquisa pretendeu evidenciar as políticas de intervenção urbanística e os projetos de Segurança Pública como partes integrantes do processo de dominação e, portanto, tendo os efeitos da violência estatal por resultado.

Além disso, a pesquisa também buscou destacar a dimensão política em torno da memória social e a influência das representações na construção de narrativas políticas discriminatórias aos moradores de favelas. Por meio de narrativas imbuídas de representações de precariedade e de guerra formulam-se projetos destinados à sucessão de políticas de intervenção tanto urbanísticas como de segurança pública nas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Outrossim, as representações presentes nos discursos políticos e no escopo de programas e projetos possibilitam a ocultação do poder, para que as formas “das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (Bourdieu, 2012, p. 07), decorrendo desta forma a perpetuação da “manutenção de uma ordem injusta, que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros” (Rosa, 2017, p. 05). Logo, os efeitos sobre a memória individual e coletiva acarretam, assim, a retroalimentação do sistema como sendo a manutenção de uma ordem injusta.

Portanto, de acordo com o demonstrado no trabalho de pesquisa, a inserção do dispositivo constitucional de Segurança Pública constituiu uma lacuna antidemocrática, responsável pela perpetuação de uma série de procedimentos relacionados à atuação arbitrária da polícia. Ao se atribuir a força policial militar como mantenedora da ordem pública, permitiu-se que o Estado continuasse a perpetuar as práticas autoritárias e a manutenção histórica da violência estatal a determinados grupos e localidades.

Termos como “descoesão social”, “raízes socioculturais da criminalidade” denotam a configuração do sistema de controle sobre as favelas, mediante a criação dos Planos e Programas em Segurança Pública como mecanismos

introduzidos na vida cotidiana, em especial os alusivos aos projetos das Unidades de Polícia Pacificadora e “Mulheres da Paz”.

Por conseguinte, embora na atualidade seja apontado o desmonte das UPPs, isso não significa o término dos impactos decorrentes das ocupações nos territórios, sendo, portanto, fundamental analisar o projeto não como acabado, mas compreender que seus efeitos ainda são capazes de produzir e permanecer atuantes.

Nesse sentido, o poder estatal, mediante as ações de coerção e violência física, repercute em uma série de implicações qualificadas sobre a memória individual e coletiva, como exemplo o fator dos traumas individuais e coletivos em determinados territórios.

Tal fato significa que a militarização no tecido social das favelas e a ordenação da vida cotidiana repercute no aumento do silenciamento dos moradores de favelas, configurando assim uma “necromemória”. Acrescido a isso, sugere-se, pois, que a memória individual e coletiva, ao serem afetadas pelas experiências decorrentes da violência estatal, podem promover ou submergir processos nos territórios, seja pela exposição ou silenciamento das narrativas.

Posto isso, depreende-se a existência de uma política de Estado atuante em diferentes e diversas formas estratégicas de dominação, gerando, assim, as interfaces pelo poder e controle social destinada às áreas subalternizadas, especificamente as favelas. Tal sistema, ao promover a ideia de crise, guerra, imagens e representações do medo, insta desta forma o controle da sociabilidade dos moradores das favelas por meio da militarização, como elemento ordenador da vida social.

Por fim, a pesquisa buscou também destacar a importância da memória no âmbito relacional, como um elo que estabelece conexões e desconexões no território entre os sujeitos, tendo as representações de identidade e pertencimento forte influência nas estratégias de enfrentamento construídas pelos moradores frente às injustiças e na luta por direitos, a exemplo da UTF, FAFEG e o Movimento Social de Mães.

O território, como o campo em que conjuntos de signos atuam na produção, reprodução e disseminação da memória coletiva de grupos sociais, e o corpo, por estar imerso na dimensão simbólica do território, também

estão sujeitos às influências das representações. Sendo assim, o campo da memória revela que a favela é um espaço em disputa, e os moradores são atores potenciais na proposição de mudanças diante da luta por direitos aos serviços públicos e segurança pública.

Espero, portanto, que este trabalho de dissertação possa contribuir para a sociedade em geral e para a produção científica do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR, além das demais áreas que abarcam pesquisas em Gestão de Políticas Públicas, Direitos Humanos e Memória Social.

Para pesquisas futuras, sugiro a expansão da discussão sobre o financiamento das políticas públicas no âmbito da Segurança Pública, sobretudo referentes a disponibilização de recursos via convênios e emendas parlamentares, além do acompanhamento dos Movimentos Sociais de Mães em favelas. Também não poderia deixar de expressar as limitações da pesquisa, como as dificuldades em acessar fontes dispostas a falar sobre temas relacionados à Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro, o que reflete a necessidade de pesquisas e uma compreensão mais crítica sobre o campo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e Justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, v. 9, n.18, 1996, pp. 283-300. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/racismo-criminalidade-violenta-e-justia-penal-rus-brancos-e-negros-em-perspectiva-comparativa/> Acesso em: ago. 2023.

AGACHE, A. Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/276000> Acesso em: nov. 2024.

ALVAREZ, M. C. *et al.* Revisitando a noção de autoritarismo socialmente implantado: entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro. *Revista Tempo Social*, v. 33, nº 3, pp. 301–332, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/187081>. Acesso em: mar. 2024.

AUGUSTO, Acácio. Trinta anos esta noite: busca por segurança e medidas autoritárias na Constituição federal de 1988. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 18, n. 3, set./dez. 2018, pp. 380-391. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/8595> Acesso em: julho 2023.

BENETTI, Pedro Constituição que não foi: projetos derrotados para a segurança pública na Nova República. *Revista Estudos Políticos*, v. 11, n. 22, 2020/02, pp. 35-57. Disponível em: [Vista do A constituição que não foi: projetos derrotados para a segurança pública na Nova República \(uff.br\)](#) Acesso em: fev. 2024.

BORDO, A. A. et al. As diferentes abordagens do conceito de território. GPECT. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territc3b3rio.pdf>. Acesso em: out. 2023

BOSI, Ecléa Memória e Sociedade: lembranças de velhos. Editora Queiroz da Universidade de São Paulo; 2ª edição. Ano 1987

BOURDIEU, P. Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 11º ed. - Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2012, 160p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod\\_folder/content/0/BOURDIEU\\_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1) Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda (MF). Cartilhas sobre Transferências Intergovernamentais. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/cartilhas-sobre-transferencias-intergovernamentais/2018/26> Acesso em: 23 fev. 2023.

LE BRETON, D. A sociologia do corpo, 2. ed., tradução de Sônia M.S. Fuhrmann, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2007.

BRUM, M. S. I. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a 'culpa' do governo. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, v. 11, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [www.encontro2012.historiaoral.org.br/](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/) Acesso em: 26 de fev. 2024.

BUENO, Samira O Papel da União no Financiamento das Políticas de Segurança Pública. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 11, Jan.-Jun. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8076> Acesso em: julho 2023

BURGOS, Marcelo B. et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. Desigualdade & Diversidade-Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, v. 11, n. 11, p. 49-98, ago./dez.2011. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=183&sid=20> Acesso em: junho 2022

CAMILO, V. Necromemória: reflexões sobre um conceito. Canoa do Tempo. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), v. 13, p. 1-28, 2021. Disponível em: [https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa\\_do\\_Tempo/article/view/8905](https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/8905). Acesso em: mar. 2024.

CARDOSO, M. Polícia e Direitos na Visão dos Moradores de duas Favelas do Rio de Janeiro. Estudos de Sociologia, Araraquara, SP, v. 17, n. 33, pp. 491-507, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5426> Acesso em: junho 2022.

CECCHETTO, F.; MUNIZ, J.; MONTEIRO, R. Envolvido(a) com o crime: tramas e manobras de controle, vigilância e punição. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 7, n. 2, pp. 108-140, 2020. Disponível em: <https://revistareed.emnuvens.com.br/reed/article/view/454> Acesso em: julho 2022.

CERQUEIRA, D. e col. Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> Acesso em: julho 2023.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/Socieda%20Civil%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20-%20Evelina%20Dagnino.pdf> Acesso em: abr. 2024.

DAS, Veena; POOLE, Deborah El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n. 27, pp. 19–52, 2008. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/issue/view/359> Acesso em: junho 2022.

DIAS, Ariley P. R. A Favela do Batan e o projeto das UPPS: a avaliação dos moradores sobre a sua experiência com a ocupação policial permanente. Rev. Cadernos de Campo, Araraquara, SP, n. 22, p. 113-135, jan./jul. 2017 Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/9797> Acesso em: julho 2022.

EFRON, Sara Efrat.; RAVID, Ruth. Choosing a Review Topic and Formulating a Research Question. In: Writing the Literature Review: A Practical Guide. New York; London: Guilford Publications, 2019.

ENAP-Escola Nacional de Administração Pública. Transferência da União Visão Geral. Curso on-line disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/637/> Acesso em: fev. 2024.

FRANCO, M. UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014, 136 f, Tese (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 194-222, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/C5zZLV3fMdHxx3XDdSRY9sk/?lang=pt#> Acesso em: junho 2022

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FROTA, Francisco; FROTA, M. Helena; SILVA, M. Andrea; ROCHA, J. Arima; BERTINI, L. Maria. Proteção e Mulheres da Paz: experiência de ação preventiva na Segurança Pública. In: Cristiane do Socorro Loureiro Lima et al (Org.). Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública Brasília: Senasp, v. 4, 2014. p. 151-184. Disponível em:

[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/Bi](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/Bi) Acesso em: julho 2023

GALVAN, Jose L.; GALVAN, Melisa C. Organizing Yourself to Begin the Selection of Relevant Title. In: Writing literature reviews: A guide for students of the social and behavioral sciences. Routledge, 2017.

GONÇALVES, Jonas R. Manual de artigo de revisão de literatura. Brasília: Instituto Processus, 2021. Coleção Trabalho de Curso, v. II.

GONÇALVES, Rafael S. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013, 408 p.

GONDAR, Jô.: Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. O que é memória social, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 395 p.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim de políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 13, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4164> Acesso em: ago. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Segurança em busca da paz. Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ano 5, edição 40, fev. 2008. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=2226:catid=28](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&id=2226:catid=28) Acesso em: abr. 2023.

LEITE, Márcia P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e dos territórios de favela no Rio de Janeiro. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 625-642, out./nov./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7270> Acesso em: julho 2022

LEITE, Márcia P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126>. Acesso em: julho 2022.

LÓPEZ, L.C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. Revista Interface- Comunicação, Saúde e Educação, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar., 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/abstract/?lang=pt>  
 t Acesso em: mar. 2024.

LUI, L.; SALES, E. R. Perfil dos convênios celebrados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com entes subnacionais no Brasil (2008-2022). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/89371>. Acesso em: out. 2023.

LUBENOW, J. A. A Esfera Pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 Anos de mudança estrutural da esfera pública. Revista Trans/Form/Ação, n. 35, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/xX3qzLRtTwwTvfJwmYwg5Kj/#> Acesso em: mar. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista Arte & Ensaios, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/669>  
 Acesso em: abr. 2024.

MADEIRA, Lígia M.; RODRIGUES, Alexandre B. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 49(1), n. 3-21, jan./fev, 2015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rap/a/3ymmqLRLZRSt8Xc5JwxJfQn/abstract/?lang=pt#>  
 Acesso em: abril 2023.

MARTINS, M. 32 anos da Chacina de Acari. As Chacinas e Criação de Movimentos Sociais de Mães no Rio de Janeiro. Le Monde Diplomatique Brasil, 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/chacinas-e-criacao-de-movimentos-sociais-de-maes-no-rj/> Acesso em: jun. 2023

MELLO, M.A. da Silva; MACHADO da SILVA, L. A.; FREIRE, L. L.; SIMÕES, S.S. (org.). Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ; LeMetro/IFCS-UFRJ, 2012. 520 p.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; TEIXEIRA, C. P.; NERI, N. E. Autos de resistência: Uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Portal Geledés, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/autos-de-resistencia-uma-analise-dos-homicidios-cometidos-por-policiais-na-cidade-rio-de-janeiro-2001-2011/>  
 Acesso em: julho de 2023.

MOTTA, Luana D. Indignação e rotinização: sobre sofrimentos e estratégias para lidar com a violência policial em uma favela pacificada. Revista de Ciências Sociais, CE, v. 51, n.1, p.321-352, mar./jun.2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/11749> Acesso em: junho 2022.

NETO, Jaime B. Sobre memória, identidade e territorialidade—reflexões a partir da geografia. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa da UFSM*, v. 25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/45258> Acesso em: junho de 2022.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. A Militarização da Segurança Pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, p. 119-130, 2010. Disponível em: [SciELO - Brasil - A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira](#) Acesso em: mar. 2024.

OLIVEIRA, J. C.; BERTONI, L. M. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244-262, dez. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202019000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200005&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: abr. 2024.

OLIVEIRA, João P. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Revista Mana. Estudos de Antropologia Social*. v. 20, n. 1, p. 125-167, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/BsL7sjmKX9445mRjYp7mZzw/?lang=pt> Acesso em: julho de 2023.

PERISSINOTTO, Renato M. História, sociologia e análise do poder. *Revista História Unisinos*. v.11, n. 3, p. 313-320, set.- dez 2007. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5910> Acesso em: março de 2023.

PINHO, T. A.; MOREIRA, P. C. A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha dez anos depois: por onde sopram os ventos? In: SANCHEZ, F. E.; MOREIRA, P. C. (Orgs.). *Cartografias do conflito*: Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p.28-59.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revistas Estudos Históricos, FGV*, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278> Acesso em: junho 2022.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, L. M.; BURLAMAQUI, P. Trinta anos depois, os desafios são os mesmos? O debate sobre Segurança Pública na Assembleia Nacional Constituinte. *Locus: Revista de História*, v. 24, n. 2, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20885>. Acesso em: ago. 2023.

RIBEIRO, Djamila O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG). Letramento: Justificando, 2017.

RICOUER, P. Percurso do Reconhecimento. Editora Loyola, Brasil, São Paulo, 2006.

RIOS, V. S. da Cruz; CERQUEIRA, M.; ALVES, P. A.; COLOMBO, D. G. As novas propostas para a Segurança Pública no Brasil: uma análise comparativa dos projetos Bolsa Formação e Mulheres da Paz. Revista do Serviço Público - RSP, v. 61, n. 4, pp. 345-370, out-2010. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1617> Acesso em: jul. 2023.

ROCHA, Lia de M. Associativismo de Moradores de Favelas Cariocas e Criminalização. Revista de Estudos Históricos, RJ, v. 31, n. 65, pp. 475-494, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/t75Yx3LXZpkkDbXfmRMZSQw/?format=html#> Acesso em: julho 2022

ROCHA, Lia de M. Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas. Revista Ensaio UFF, RJ, v. 14, n. 1, pp. 80-98, dez.2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaio/article/view/40135> Acesso em: julho 2022

ROCHA, Lia de M.; CARVALHO, Monique B. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, SP, v. 20, n. 43, pp. 905-924, set/dez 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/pT5jXJjMnPscXYTCYk9bYQS/?lang=pt> Acesso em: julho de 2023.

ROCHA, Lia de M.; CARVALHO, Monique B.; DAVIES, F. A. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. Revista de Antropologia da UFSCar, [S. l.], v. 10, n. 1, pp. 216–237, 2018. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/235>. Acesso em: julho 2022.

ROSA, B. C. N. Vidigal: Narrativas de Memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13088> Acesso em: julho 2022.

ROSA, T. B. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. Revista Sem Aspas, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 3– 12, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/9933>  
Acesso em: abr. 2023.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Myrian S. Memória Coletiva e Teoria Social. Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2012.

SANTOS, M.C.S.; AZEVEDO, R.G. Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul. Revista o Público e o Privado, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), v. 11, n. 21, 2013. Disponível em: [Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul | O Público e o Privado \(uece.br\)](https://periodicos.uece.br/politicas-de-seguranca-publica-e-juventude-o-caso-do-rio-grande-do-sul) Acesso em: mar. 2024.

SANTOS, N. Neris da Silva. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. Dissertação mestrado, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015. 205 f.

SILVA, L.A.M. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008, 316 p.

SILVA, U. V., SANTOS, J. L., RAMOS, P. C. Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, Editora da Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2019.

SOARES, L. Eduardo A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Revista Estudos Avançados da USP, v. 21, n. 61, p. 77-97, jan. 2007

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/750> Acesso em: junho 2023

SORJ, B. e GOMES, C. O Gênero da “Nova Cidadania”: o Programa Mulheres da Paz. Revista Sociologia & Antropologia, v. 1, n. 2 , nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/SrMKK8Xckr5GCq8JyRr49pD/?format=html&lang=pt#> Acesso em: abr. 2023.

SOUZA, Arivaldo S. Racismo Institucional: para compreender o conceito. Revista da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 1, n. 3, p. 77-87, 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/275> Acesso em: ago. 2023.

SOUZA, Marcius F. B. “[Princípios e Direitos Fundamentais] A Participação das Mulheres na elaboração da Constituição de 1988”. Curadoria Enap, 2008.

Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/215> Acesso em: abr. 2023.

SPANIOL, M. I.; MORAES JR, M. C.; GUIMARÃES, C. R. G. Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados pós-redemocratização. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 2, p. 100–127, 2020. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1035> Acesso em: ago. 2023.

TANAKA, G.; COLI, L. R.; COSTA, C. R. P. S. Mobilizações Populares para o Direito à Cidade no Rio de Janeiro: mulheres em busca de caminhos (im)possíveis. *Revista Arq.urb*, n. 38, p. 98–110, 2023. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/699>. Acesso em: abr. 2024.

VALLADARES, L. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/abstract/?lang=pt> Acesso em: junho 2023.

VERANI, Sérgio. *Assassinatos em Nome da Lei*. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996

VIANA, C. A. Tempo e Sujeito em Paul Ricoeur: uma introdução a partir da leitura Ricoeuriana do livro XI das Confissões de Santo Agostinho. *Revista Contemplação*, n. 4, 2015. Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/22>. Acesso em: dez. 2023.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Sofrimento Social. *Revista Serviço Social e Sociologia*, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZqB7nvx4ps8DmGFvNVBYmd/abstract/?lang=pt#> Acesso em: março de 2024.

WEBER, Max 1864-1920 *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

ZACCONE, Orlando *Indignos de Vida. A Forma Jurídica da Política de Extermínio de Inimigos na Cidade do Rio de Janeiro*, 1ª Ed., Editora Revan, RJ, 280 p., 2015.

## APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 1

Dona Cacau. Moradora da favela do Cantagalo  
Depoimento via formulário eletrônico [20/07/2023]. Entrevistadora, Carmen Rosane P. S. Costa, Rio de Janeiro, 2023. Questionário eletrônico (11 questões). Entrevista concedida para pesquisa sobre a atuação de mulheres moradoras em áreas de Unidade de Polícia Pacificadora-UPP no projeto Mulheres da Paz

**1) Onde você mora? Qual**

Favela? Resposta: Cantagalo

**2) Quantos anos você mora na**

Favela? Resposta: 59 anos

**3) Você faz parte de algum projeto ou algum tipo de atividade na**

Favela? Resposta: Museu de Favela (moradores mais antigos)

**4) Você se considera uma liderança local?**

Resposta: Ativista social. Quem me considera liderança são outros moradores.

**5) Você lembra qual ano a UPP foi**

instalada? Resposta: 2010

**6) Como foi a ocupação da UPP na localidade onde você mora?**

Resposta: Foi uma ocupação similar a ocorrida em 1992 no Governo Garotinho, quando foi instalado o GPAE (GRUPAMENTO DE POLÍCIA ESPECIAL) com o mesmo formato da UPP com uma postura de engajamento comunitário perante as Associações e trazendo representantes de outras secretarias do estado e serviços públicos que atendem a comunidade como Comlurb, Light, antiga CEDAE e por aí vai para atender as reivindicações dos moradores.

**7) A UPP trouxe algum benefício para a**

favela? Se a resposta for “Não”, por quê?

Não ( )

Se a resposta for “SIM”, por quê?

Sim (X)

Resposta: Justamente por articular com os representantes de serviços públicos importantes, que mexem com abastecimento de água e saneamento básico, iluminação do território, postos de saúde do morro, recolhimento de lixo com certa regularidade e não apenas com o foco na segurança pública.

Essa postura trouxe um novo olhar dos moradores em relação à chegada deles, porque estes serviços chegavam com certa precariedade.

Mas nas reuniões comunitárias a UPP trazia seus representantes para que a comunidade solicitasse melhorias exercendo sua cidadania.

**8) Quanto tempo você trabalhou no projeto Mulheres da Paz?**

Resposta: Permaneci durante 6 a 7 meses.

**9) Conte como foi participar do projeto Mulheres da Paz?**

Resposta: Uma experiência diferente, porque vi a integração de 5 mil mulheres que moram em diferentes territórios da cidade, envolvidas na mesma causa, de se inteirar das questões do empoderamento feminino, ações de conscientização dos cuidados com doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), onde nós, Mulheres da Paz, distribuíamos camisinhas masculinas e femininas nas favelas e periferia onde a informação chega atrasada ou às vezes nem chega.

E nestes locais a gravidez na adolescência tornou-se algo banal, ter filhos tão novas e já grávidas de outros, interrompendo etapas, da pré-adolescência, estudos, uma criança, tomando conta de outra, tendo que amadurecer e assumir responsabilidade de mãe, sem ter em casa muitas vezes, uma estabilidade familiar que a proteja e a ajude nesse processo.

Palestra informativas e esclarecedoras sobre os sinais da opressão, sinais que aparecem e a mulher não sabe decifrar que aquilo pode ou já é o começo da violência familiar que começa a se instalar e por conta da dependência financeira, por causa dos filhos, ela se sujeita às agressões físicas, morais, psicológicas do marido ou companheiro e ela acha sempre que ele vai melhorar, que não vai mais acontecer, porque ele promete que não irá mais acontecer, até quem sabe, vir a ser vítima de feminicídio.

As palestras dadas no curso ou movimento Mulheres da Paz nos alertava destes riscos, nem sempre declarados, mas ultrajados muitas vezes do afastamento dos familiares e deixando esta mulher cada vez mais dependente daquele que dizia amá-la, mas era seu maior opressor.

**10) Participar do projeto Mulheres da Paz ajudou você e a comunidade/favela? De que forma?**

Resposta: A saber que nós Mulheres somos muitas vezes a coluna de sustentação do lar, da força que podemos ter quando estamos unidas pelo mesmo ideal, que ninguém pode dizer o que é melhor pra nós a não ser nós mesmas, que temos que estar atentas a tudo, a cada detalhe, que não devemos colocar a nossa felicidade e nossos sonhos na mão de ninguém, que ninguém pode se achar dono de nossas vontades, que não somos PROPRIEDADE DE NINGUÉM, que podemos a partir de nossas vivências estimular a outras mulheres que elas não devem se submeter a só cozinhar, lavar e ser dona de casa.

Casar pra virar empregada e mãe do marido, que a relação e deveres do lar, são dos dois, que ela pode trabalhar fora e empreender e colaborar com as despesas, justamente para sair dessa (co)dependência e se enxergar como uma mulher que pode conciliar a vida do lar, cuidado com os filhos, com a vida profissional e não ter dinheiro pra cuidar do cabelo, fazer a unha e ficar bonita pra ela e depois pro marido, até para que ela se mantenha atraente e não só cheirando a cebola.

Ser Mulher da Paz traz esse olhar que podemos ser detentoras de saber e transmitir a paz para seu lar, sua casa e o lugar onde vive.

**11)** Nas linhas seguintes, caso deseje, fique à vontade para falar, expressar algo que achar importante para a pesquisa.

Resposta: É importante rever nossos valores, nossos posicionamentos e estar abertas a aprender sempre, às vezes, achamos que determinadas oportunidades que surgem não é pra gente!

No início relutei e achei que outras moradoras deveriam fazer o curso para Mulheres da Paz porque achava que deveriam surgir novos atores, novos rostos nas reuniões comunitárias e eu já tinha muitos anos de militância.

Mas inúmeras foram as solicitações para que eu entrasse no grupo, eu pensava mesmo que poderia estar tirando a vez de alguém e por fim, a coordenadora Paola que já tinha ouvido falar muito de mim, acabou me convencendo.

E a cada aula, a cada ação nos braços e vielas do PPG fui ver, fui ver como fui útil, como ajudei, como fui ajudada, que nós precisamos, que juntas somos muito fortes, que as mulheres e a sororidade entre nós deveria acontecer em benefício de nossas localidades todos os dias, independente, de cursos que começam e tem dia certo pra acabar.

Eu continuo dando minha contribuição pra minha comunidade e muitos outros também agem e pensam da mesma forma, porque senão fizemos isso, ninguém fará por nós.

Um dia ainda vou batalhar para ser uma coordenadora de Mulheres da Paz, até pelos meus anos de engajamento e partindo da premissa que cada favela tem a sua SINGULARIDADE, nem sempre o que se aplica aqui, se aplica em outro território, isso deve ser sempre levado em consideração. Essa é a forma como eu enxergo as coisas

## APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 2

Entrevistadas: Maria, Flor e Darlene. Mulheres que trabalharam no projeto Mulheres da Paz da Cidade de Deus.

Tempo de gravação: 2h10min16. Realizada em: 17/05/2023,

Local: Beco "Porta do Céu", Cidade de Deus

Para preservar o anonimato das entrevistadas, utilizou-se pseudônimos.

Eu: Falem pra mim como foi o programa, isto é, o projeto Mulheres da Paz. Qual a relação com a UPP. O projeto entrou junto com a UPP? Como foi? Foi antes ou depois?

Maria: Depois né? Porque quando começou o projeto Mulheres da Paz, a Mulheres da Paz veio oferecendo primeiro, perguntando aos moradores da cidade Deus nessa área a necessidade que tinha, da necessidade do povo, da Cidade de Deus. E as pessoas começaram a colocar. O posto também não era aquela coisa tão boa, a gente não tinha nem Clínica da Família. Não foi falado diretamente de policiamento, mas que precisava mais de um cuidado, um olhar a mais pra Cidade de Deus, em todas as áreas. E querendo ou não o povo era muito abandonado, não tinha curso, não tinha nada aqui. Muitos não faziam e queriam fazer uma faculdade, não se podia estudar.

As escolas mesmo na hora da das operações, hoje ainda tem o tem as operações, mas muita escola começa a ter a aula mais tarde, a creche lá da Gabinal não deixa de ter aula, entra oito e meia... nove horas, mas não deixa, por quê? Porque muita coisa mudou aqui e em área também de médico, né? A gente ia na casa das pessoas, não tinha, justiça, né? Justiça, era difícil, pra tirar uma documentação, pra pegar uma isenção, tudo era muito difícil, difícil mesmo, pessoas doentes em casa... Essa aí fazia a área, essa aqui fazia, uma benção, isso daí é uma mulher e tanto, Flor pegava as pessoas em casa. Então, tudo isso a gente começou não só a ir lá e escrever as pessoas, mas a gente arranjava hospitais, levava lá naquela faculdade que marcava ou a gente também levava no posto mesmo, nós íamos lá pra marcar pra pessoa ir no hospital, trazer a pessoa tanto tempo doente, teve até um senhor que faleceu, né? Acho que você disse, que você até falou dele que ele tava com a perna ruim, eu acho que ele faleceu. Então assim, a gente começou a perguntar o que as pessoas necessitavam aqui na Cidade de Deus.

*[A faculdade que se referem é a unidade da Unigranrio, localizada nas proximidades da Cidade de Deus. Moradores buscavam atendimento médico na faculdade Unigranrio, na Barra da Tijuca]*

Isso falou diretamente à polícia, porque já tinha ali a UPP. Sim. Né? Sim. Mas algo mais presente né? Porque muitos jovens a gente vê aí, né? Muitos jovens se perdendo, né? E então a gente ia perguntar, era todas as áreas que a gente perguntava e as pessoas foram ali falando que precisava, e a UPP, ahhh ela veio depois. Sim, a UPP veio depois porque entrou bancos aqui dentro da Cidade de Deus, entrou o banco Bradesco, o gerente andava a Cidade de Deus inteira oferecendo empréstimo, surgiu muito... como é que se fala... microempresário, né? Oferecendo o MEI, foi tendo a CUFA que começou a ter um trabalho, entrou o SESI, eu mesma fiz meu ensino médio no SESI, terminei meu ensino médio do SESI, fiz muitos cursos no SESI, muita gente que entrou eu há muitos anos,

mais de vinte e poucos anos que não fazia meu ensino médio, fiz eu só não fiz faculdade, minha vontade era de fazer mas acabei não fazendo. Isso tudo pelo Mulheres da Paz. Isso tudo pela Mulheres da Paz que pediu pra entrar aqui. Então, foi entrando tudo.

Eu: Então, vocês prepararam para a UPP entrar?

Maria: Sim, quando entrou, a gente preparou isso, melhor ainda. Vou deixar pra elas falarem elas trabalharam lá na Casa de Direito. Isso tudo a gente pedindo que foi a justiça que ela falou, que foi a área de escola, faculdade, essas coisas todas, cursos, né? O ensino médio que veio me dá o nome ehhh o EJA que o EJA quando você faz mais de uma matéria eu fiz o meu o ensino médio em dois anos e assim precisa de Ministério do Trabalho, o DETRAN, precisava da Defensoria Pública e elas vão dizer aí isso tudo que o povo pediu aí essa é a Casa do Direito.

Eu: Mas como é que o programa Mulheres da Paz chegou? Como é que vocês souberam?

Flor: Colocaram cartazes nos postes, só que eu acho que foi a UPP... antes de não ser aquela ali. Não, o prédio era DPO, eu sei, não sei se já tinha virado o UPP. Mas já ficava depois. Só que ela foi depois.

Maria: Então, mas quando eles entraram, antes deles terem uma sede não sei se vocês vão lembrar que ficava nas quatro linhas, eu estou falando isso porque eu sei porque eu ainda morava no sítio, e eu entrei no Mulheres da Paz morando na vila, e eu morando no sítio eu lembro que uma vizinha minha ééé sofreu agressão e eu peguei ela e levei até eles pra pedir uma orientação, de como fazer. E aí eles orientaram a gente de como fazer. Então assim, era como se fosse preparando, né? Aquelas incursões, colocavam patrulhinha, mas não tinha assim ainda um lugar pra falar assim, ali é a UPP.

Eu: Mas nem vocês tinham a noção de que era a UPP chegando, é isso?

Maria: Não me lembro, eu só lembro isso, eu só lembro que era, ficava uma patrulhinha na esquina do Apego Pantanal, ficava outra ali embaixo da Linha Amarela, não tinha nenhum trailer, nada disso, era só a patrulhinha e eles ali. Aí eles colocaram esses cartazes.

Darlene: Ahh a Mulher da Paz, eu soube que teve uma vez. Já tinha. Já tinha tido uma conversa, mas foi aquela coisa camuflada. Era só aqueles grupinhos. Aquela coisa que eu falei, uma gente que estava com a blusa, né? Disseram que foi lá perto do CRAS e eu não soube. Gente, que inscrição foi essa que eu não soube aqui dentro? Foi coisa de pessoas com padrinho, né! Mas aí a mulherada mesmo não ficou sabendo.

Maria: E aí como Deus é justo não vingou. Aí foi pra frente assim, colando... foi lá perto da rua dela. Aí encontramos com ela, né? Eu acho que nos conhecemos, lá, né, Darlene? Aí a gente foi, aí se inscreveu, quem não tinha CADÚnico, teve que abrir um pra receber os 190,00. Porque não muda, não muda esse valor. Era pra gente comprar o gás, fazer uma feira. Mas pra gente principalmente que era evangélica também era uma possibilidade de evangelizar. Então a gente entrava, então assim, o que eles falavam pra gente aqui e que também não é mentira, é que aqui na favela tem muito esse negócio do desenrolo né? Se tua

casa tá pingando na minha e você não resolve, então eu vou na boca. Se você fez teu muro fechando minha janela, eu vou na boca. Não todo mundo fazia isso, mas ainda tinha, né? Nesse caso da minha vizinha que foi agredida, quando souberam que eu fui até a patrulhinha, quando eu subi ficaram falando, né? Eles falavam: - Ah tem gente subindo, não sei o que foi fazer lá, isso aí se resolve na boca.

Aí eu respondi, já nasci com boca meu irmão!

[Gargalhadas!]

Maria: Então tinha muito isso, tudo era na boca. E as pessoas não sabiam como fazer isso da maneira legal. Os direitos que a gente não tem direito. Se você fechou a casa e acabou sem aquela janela, o cara levanta o muro ali, fecha a janela dela, ela tem direito, então a gente ensinou esse caminho das pedras porque as vezes as pessoas estavam dentro de casa com o problema, mas não sabia a quem recorrer, o serviço, entendeu? Aí a gente começou, olha isso aqui resolve no CRAS, aí as pessoas já viram a gente com a camisa, né Fátima. As pessoas falavam com a gente, olha tem um vizinho, um casal de velhinhos que estão abandonados. A vizinha mais velha que eles é que ainda vai lá ajudar e tal. Aí fomos lá. Aí falamos, olha tem a Casa de Santana que vocês podem passar o dia lá. Tudo, era tudo, tudo não, mas muitas coisas. Então nós encaminhávamos a comunidade, olha se resolve ali.

Eu: Mas vocês souberam disso como? Como vocês sabiam para onde encaminhar?

Darlene: Nós, já sabíamos algumas coisas. Mas na Mulheres da Paz e na Casa de Direito nós tivemos cursos... recebemos tipo uma apostila, até hoje eu tenho guardado. Tinha os livros também que eles davam os lugares, todos de referência aqui.

Eu: Então eles de fora sabiam do que tinha aqui dentro e os moradores não, é isso?

Darlene: Sim, houve um mapeamento, eles antes fizeram um mapeamento sem que os moradores soubessem. Mas nós fomos falando também. O que eles trouxeram pra gente foi o conhecimento pra gente falar pras pessoas. Eles trouxeram pra gente o Eca, né? É, os direitos, o Estatuto do Idoso. Ohh, se você chegar lá na casa do idoso.... Eles foram mais assim, como é que se fala?

Maria: Institucional, é assim que se fala, né? Entendeu? Exemplo: -olha, se você vê esse caso, tem essa instituição aqui...olha tem vaga na creche tal, isso aí muitas vezes a gente que compartilhava entre nós. Ela mora no Pantanal, ela ficou sabendo, olha a creche tal vai abrir a instituição. Então assim, não foram eles que ensinaram, nós já tínhamos contatos entre nós.

Eles só davam ensinamento, como o mapa da Cidade de Deus. Mostraram pra gente as áreas certas pra gente ir, né? Foi um trabalho bonito porque eu nunca tinha trabalhado assim na área social assim dentro da igreja, sendo voluntária. E a gente começou a conhecer muito, rodando a cidade de Deus toda aí levando, apresentando isso, que tem justiça, que tem isso e aquilo. Como ela falou, tudo como a justiça era. E quando as Mulheres da Paz nos preparou, nem todas trabalhavam na Casa de Direito, né? Você trabalhou na Casa de Direito?

Eu: Casa de Direito? O que é?

Maria: Casa de Direito veio depois da Mulheres da Paz. Concentrou todos esses serviços que a gente apresentava.

Darlene: Todas as demandas da Mulheres da Paz. Chegou o momento que nós vimos que teria que ter uma pelo menos, uma justiça comunitária onde as pessoas iam buscar os seus direitos sem precisar se jogar, né? Ficar procurando aqui e ali.

Porque eram idosos em casa, sem estar aposentados, aposentadoria de bazar, né? Então as demandas das Mulheres da Paz buscou a justiça comunitária. Então lá tinha advogada, tinha psicóloga, assistente social... E aí nós fomos desenvolvendo. Só que com a justiça comunitária o que aconteceu? Ehhh encaminhava então a pessoa de todo jeito tinha que ter o dinheiro da passagem, né? O indivíduo tinha que se deslocar e aí foram lá eles estudando e tal e tal trouxeram a Casa de Direitos, então a Casa de Direitos tinha todos os serviços dentro da Casa de Direitos, né? Onde as pessoas não precisavam sair. Então assim, tinha a justiça comunitária, a que o usuário passava.... era era tipo itinerante, né? O indivíduo passava pela gente, tipo uma triagem. Tipo assim, tinha confusão de vizinhos, nós fazíamos a mediação. Nós éramos Mediadoras de conflitos. Nós fizemos o curso. Nós encaminhávamos pra Defensoria que já tinha dentro da Casa de Direito. Dentro da Casa era assim porta por porta. Tinha DPE, DPU, DETRAN. Adorava a Casa de Direito, era aqui dentro. Foi feita pela Caixa, né? Foi ela que montou o prédio do curso. Então tinha a Justiça Comunitária, que nós fazíamos a mediação e decidia. Então havia aqueles vizinhos que não queriam. Eh tinha até reconhecimento de paternidade. Entrava na Casa de Direito, tinha Defensoria da União, tinha Defesa do Consumidor...tinha o Ministério do Trabalho, tirava carteira de trabalho, arranjava emprego, tirava identidade com o DETRAN, os moradores não precisavam sair daqui. Chegou um ponto do Desembargador, o Juiz vir pra Cidade de Deus, lembra? É. Vinha, botou um ônibus. Mas só que os homens ficavam tudo armado em volta porque era o Juiz. Mas aí o pessoal começou a reclamar. Mas mesmo assim foi um bom período, da Casa de Direito foi o melhor período, né? Tinha reunião da UPP com a Casa de Direito também. Tinha reuniões, falavam bom dia, boa tarde. A Cidade de Deus mudou.

Maria: Mas eu acho que isso também, a política é muito...eu acho que quanto mais coisas piores para a comunidade eles tão ganhando.... A CDD mudou de tal forma...dava gosto. Se tinha drogas tava escondido. Hoje vendi nas bancas igual banana. Então eu acho que as autoridades do governo ganham como isso também, porque a Casa de Direito ela mudou tanto a Cidade de Deus e a vida da gente, ganhávamos duzentos reais também. Mas era pelo conhecimento que as pessoas chamavam a gente, parecia que nós éramos advogadas. A Bia, minha sobrinha até hoje a Bia, as pessoas procuram ela pra resolver coisas do INSS, as pessoas nos procuram porque a gente consegue, por a gente conhecer. Até hoje tem o grupo Mulheres da Paz. Porque a gente acabou conhecendo os locais. A gente pediu pela Mulheres da Paz e veio a justiça, veio primeira ação comunitária e veio tudo que tinha que fazer.

Flor: Nós tínhamos que fazer doze questionários, eram doze questionários e cinco demandas por semana que a gente tinha que apresentar na meta. Nós

tínhamos a semana toda pra apresentar. Então, a gente já fazia visitas nas doze casas. Como é que está? Se de repente eu vou visitar uma casa que está tudo bem. Então eu só vou levar. Ô, fui na casa da Carmen, está tudo bem. Dentro desses doze eu tinha que procurar quem tivesse uma necessidade de creche, de médico, de justiça, do CRAS. Então essas aulas que a gente teve já ensinava essa parte que a gente tá falando. Se for isso é CRAS, se for isso, é conselho tutelar, se for isso é o CREAS, se for isso é bom o INSS. A gente apresentava a demanda pra responsável lá, né? Que na época era a Instituição Abrindo Portas, da Telma, que mediou a Mulher da Paz, a ONG entre aspas, irresponsável, né? Ong daqui de dentro mesmo.

Maria: A gente tinha aula com esse professor e aí o que que aconteceu? Aí a gente teve aulas pra aprender algumas coisas e também já tinha esse conhecimento prévio, né? Por ser moradoras do território. O CRAS é ali na praça atrás do CIEP, o posto tal tal, e a gente também tinha palestra com o pessoal do posto, né? Palestra sobre droga, tinha não só as aulas, tinha as aulas como o professor que durou um período.

A ONG funcionava na Anglicana, ali na ali na pista, ali do lado da escola de samba da minha igreja. E começou as aulas. Aí começou as aulas com esse professor que era um antropólogo.

Eu: Mas como foi isso, vocês participaram das aulas depois das inscrições, como foi o processo seletivo ou todo mundo que fosse lá podia entrar no Mulheres da Paz?

Maria: Foi processo seletivo, eles deixaram entrar até quem era da Gardênia Azul, da Praça Seca poder participar, não foi Débora? Antigamente era só o pessoal da Cidade de Deus, mas não deu certo. Então podia chamar pessoas de fora da CDD. Quando falaram que ia abrir... porque foi assim a primeira vez que abriram Mulheres da Paz ninguém sabia... foi algo assim ninguém viu nada...depois que descobrimos.

Deixa eu te falar Carmen, a Casa da Justiça foi por um ano certo, quando acabou, acabou de repente, na verdade não acabou correto. A gente tinha que ter ido até fevereiro, porque nós começamos em fevereiro, então o certo era ir até fevereiro. Mas aí quando chegou janeiro elas falaram pra gente entregar as demandas dia trinta e um de janeiro. Eu lembro como se fosse hoje. Então não chegou nem um ano. E a gente ficou mal, nós éramos o comentário, sempre isso. Porque é assim que eles fazem, eles vêm, não fazem as coisas corretamente. E quem bota a cara é a gente. Porque as pessoas vê a gente na rua e fala assim... porque tipo assim Carmen, eu vou te falar, eu atendi você em janeiro, aí você falou pra mim ah eu estou precisando de um lugar pra deixar o meu sogro porque eu trabalho, meu marido trabalha e eu não tenho com quem deixar. Aí simplesmente a resposta daquilo ali não voltou porque foi a última demanda que eu entreguei, não sei o que que aconteceu, nem explicaram porque acabou. A gente sabia que ia acabar, eles acabaram trinta e um de janeiro, entregamos as demandas de janeiro e acabou, mas mesmo que tivesse acabado em fevereiro mesmo acabado em fevereiro, eles tinham que dar um resultado das últimas que a gente entregou. Faltou responsabilidade. Até hoje as pessoas nos procuram.

Tudo era resolvido aqui dentro. Foram quatro anos, e agora eu queria saber por que acabou.

Flor: O Governo muda, muda tudo. O prédio da Casa de Direito foi abandonado, invadiram, eles deixaram as coisas lá, pegaram as coisas. Acabou a Casa de Direito hoje. Mas nós continuamos. A rede continua.

Maria: Uma coisa vou te falar, é preciso juntar a educação acadêmica e a nossa, da comunidade. Por que vou te falar... Nosso professor chamava Fábio, antropólogo. Ele quando entrou era um barato, ele era muito bacana e ele veio assim, não era de comunidade, morava na Ilha do Governador e tal, e aí eu lembrei quando ele falou pra menina assim, não, ele tava dando uma aula sobre medida restritiva. Hoje é a medida protetiva que se fala mas antigamente já teve a delegada oficial falando na aula, né? Sobre o oficial de justiça entregar intimação. Aí ele falou que não pode ser entregue pela vítima, claro, né? Vai mandar a vítima entregar a intimação lá? Não pode.

Aí a menina respondeu, pois é, me mandaram entregar. Aí a gente falou, olha só... aí já foi uma boa oportunidade de levar essa troca, né?

Que aí aquele que tá entre aspas acima de nós, pode levar isso....de entrega a estimção...é o que está acontecendo da forma errada... da justiça não querer entrar na favela porque tem medo de tomar tiro... aí dá pra própria vítima entregar. Como é que a própria vítima vai entregar uma intimação.

Aí que entra a Casa de Direito. Ela ia lá, passava a situação, né... Duas agentes atendia ela, uma pegava o relato dele e a outra ouvia ela, né... E aí depois marcava assistência pela Justiça Comunitária. Então, na Justiça Comunitária tinha advogada, delegada, né.

O tempo da Mulher da Paz acabou, mas eles lá estudando...devido a repercussão que teve, o trabalho das Mulheres da Paz eles entenderam que teria que ter uma justiça voluntária dentro da Cidade de Deus...pra que as pessoas não precisassem se deslocar.

Eu: Mas a Casa de Direito já tinha?

Darlene: Não. As Mulheres da Paz puxou a justiça comunitária que puxou a Casa de Direito, entendeu? Porque aí veio mais programas.

Eu: Então foram vocês que com a Casa de Direito materializaram a entrada dos serviços para a comunidade.

Darlene: Sim, aí acabou que os profissionais, né, da Casa de Direito... no sentido de informação, né.

Maria: Porque a Casa de Direito era efetiva, você chegava lá, você saia com a sua carteira de serviço, mas a Mulher da Paz é que orientava sobre tudo, vaga de creche, CRAS, CREAS, nós éramos a cabeça, os braços, os olhos.

Darlene: Quando chegavam na Casa de Direito era só pro serviço, porque nós já tínhamos orientado, informado e encaminhado... então já chegava lá sabendo... se era pro Detran, pra onde era pra ir. A justiça comunitária era igual as Mulheres da Paz...batia de porta em porta...era mais ou menos 20 mulheres.

Maria: Na Casa de Direito tinha também o banco de emprego... a pessoa já saia com tudo com a certidão na mão... tirava a identidade... fazia tudo... passaporte.... não tinha problema...tudo isso resolvia...a menina a Monalisa

apareceu até na televisão o irmão da menina também da daquela que era advogada aparecia de mágica também que ele era do Direitos Humanos que os meninos trouxeram de outro estado pra jogar bola sabe o que que o cara fez? A família ajudava mandava o dinheiro todo mês ele arranhou um canto lá dentro de Magé acho que os meninos ficavam lá comendo angu não sei o que e ele mandava as fotos...estava explorando as crianças e os pais aí descobriram ...a Monalisa foi lá .... o Pedro também.... então assim a gente tinha tudo isso na Cidade de Deus.

Flor: Então assim, tudo isso a gente conheceu... a delegada da trinta e duas da Taquara que eles traziam, eles traziam todo mundo, trazia juiz, trazia todo mundo... lembra aquele juiz que era uma maravilha aquele homem? Também. Então até extrapolava conhecimento... levava a gente pros lugares, né, de carro... era muito...muito bom pra gente que vivia...

Muitas mulheres estava dentro de casa depressiva... até hoje ela fala....duzentos reais é bom pra gente pra quem não fazia nada...não tinha da onde tirar

Darlene: Mas às vezes as pessoas é que nem eu falo. Mas às vezes também ninguém é perfeito. Ele tinha uma visão assim, ó, poxa, a gente tá aqui com esse equipamento, com esse monte de coisa, o pessoal da não vem. Às vezes o pessoal da favela não sabe. Não sabe. Como que eu entro? Eu posso ir de chinelo? Eu tenho que levar documento? Qualquer um entra? É de graça? E que dia? Então tudo isso, né?

Maria: Aí acabou a Casa de Direito, hoje tem o itinerante, o itinerante de Jacarepaguá e aqui dentro do atacadão, dia de quinta-feira pelo ônibus.

Então acabou a UPP porque os policiais entraram. Então como entrava nunca teve não teve durante quatro anos que não teve confronto ninguém fumando droga. Nada disso que a gente vê hoje. Então cursos aqui dentro, todo mundo, a gente andava, eu andava quase o dia inteiro com meus filhos. No curso eu ia pro curso, levava eles pro curso junto comigo, dentro da biblioteca lá, Mas agora é assim...pra vim de fora pra dar uma aula aqui, a gente tem aula aí que pessoal vai até pra fora aí tocar porque aprender a tocar violino, eh monte de gente do bem. É da gente do bem. Entendeu? Então assim, mas se a senhora andar aqui por dentro agora, dá medo. Dá medo. Então assim, a pessoa que vem de fora não vai pagar, eu tenho uma insegurança, eu falo por mim, tenho trinta anos aqui neste lugar. Uma dificuldade pra mim eh eu congrego aqui ainda ali na Treze e participo do Alfa Fazendo, mas é assim, comé que tá? Porque a televisão faz só assim ó, tá tendo operação. Aí quem é de fora você não sabe porque a Cidade de Deus é muito grande. A operação pode ser lá no Pantanal e eu vou entrar e sair daqui tranquilamente.

Eu acho sinceramente ..pra ficar entre nós... que foi tipo um acordo entendeu... Muda tudo ...Casa de Direito.... você lembra? A gente fez até passeata, fez tudo mas mudou o governo, mudou tudo. Aí eles vêm com outro nome, com outra capa, vem como se tudo eles tivessem inventado aquilo, mas aquilo já tem...a gente que já entrou.

Então assim, eu vi que tá se repetindo sempre a mesma coisa, eles só mudam o nome, só vão mudando, entendeu?

Eu através da Casa de Direito, eu fui trabalhar... eu com outras colegas nossas trabalhamos lá na Casa da Cidadania. Trabalhava três dias lá e porque a gente

foi pra lá pra ensinar só que esse homem ele era um deputado, mas ele também não ganhou.

Fazíamos os mesmos trabalhos só que eu ganhava o salário. Trabalhava três dias, ganhava salário, tinha carteira assinada, tinha direitos, entendeu? E trabalhava só três dias, também as colegas, três dias só. E fazia os trabalhos também comunitários. Era fazia a mesma coisa como a gente sabia, direcionava, era tipo Mulheres da Paz. Mas ele não ganhou. E o primo dele era da prefeitura então ele tinha muita facilidade e muita coisa da prefeitura. Né? Até pra podar uma árvore ver a iluminação. Tudo isso a gente fazia. Tudo isso. Então a gente faz o mesmo trabalho que a gente fazia na Mulheres da Paz.

Aí, ele disse vocês vão ser referência dentro da Cidade de Deus.

Flor: Mas se você ver as calçada das casas devido aquele da Cidade de Deus é nas calçada imensa. Você vê as casas dos Estados Unidos como é que era? Que é ainda aquelas calçada grande então imitou você vê que quando teve o Obama, aqui no Brasil... Obama veio e fez uma moeda única na Cidade de Deus, Cidade de Deus teve uma única moeda, a moeda é na época da Mulheres da Paz, a moeda única pra circular dentro da Cidade de Deus, mas não deu certo. Lembra que o banco era ali pra frente? Então, aí pros mercados aqui aceitarem. Pra essa moeda, por quê? Porque a Cidade de Deus cê vê que o comércio aqui é ótimo. Então, mas aí não deu certo... comércio é grande...aAqui na Cidade tem tudo. Tudo é muito bom. Muito bom. Né? Então você não precisa sair. Mas não deu certo a moeda. Ficou um bom tempo.

Mulheres da paz. ... É, grupo, né campo se reuniu na escola de samba São Clemente pra poder juntar todos os territórios.... Esse abrindo portas então eu não sei onde é a sede delas porque a gente eu não tenho contato. É Regina? Qual o nome da pessoa do abrindo portas? Pelo que eu conheci do Abrindo Portas eles não tinham então eles funcionavam dentro da Igreja Anglicana. Pelo menos a gente conheceu elas lá.

Eu acho assim, não sei elas vão falar por elas, tipo, a minha questão foi essa, nem tudo foi resolvido porque tinha demandas que não resolveu.

Darlene: com a UPP não tinha problema ... Quando eu tinha que fazer com o que na época a gente tinha que ir lá pedir a autoridade. É, passou a pedir pra tudo que fosse fazer.

Eu: Vcs criticaram a chegada da UPP? Vocês pelo que eu estou entendendo vocês não criticam a chegada.

Darlene: Nós ficávamos na Casa de Direito, né...eles não iam lá, né... porque eles tinham a visão

Mas assim. Quase. Eh o que que aconteceu? Aí a gente só teve essa essa falácia desse período quando veio o que começou a vir o juiz .... estava resolvendo foi dentro prejudicaram ele, foram grandões aí que federal prejudicaram... Então assim, tinha pois que tinha que ser naquele momento ali resolver e ele passou ali o desembargador, o juiz aí colocaram. Então aí já começaram a já tão fazendo dos grandões. É, aí já viu que o negócio ia mudar mais, aí já começou a falar.

O Mulheres da Paz no projeto é justamente isso acho que o a função dos mulheres da paz era justamente apontar eh vamos dizer as dificuldades de chegar era pra mapear onde estava direcionar dentro da casa que tem que falar né? Aí por isso eu escutei falar isso isso mesmo. Agora acabou a UPP, acabou Mulheres da Paz. Mulher da Paz acabou antes. Ah, acabou antes. Por quê? Porque eu acho que é o seguinte. Eu acho que foi uma coisa que não foi feita mesmo pra durar. E assim acho que não foi feito pra durar e não investiu. Uma duração, uma sequência assim pra durar mesmo pra continuar, né? Foi parando, igual a gente está entendeu? Pontual daquele um por um tempo mas nada foi feito assim a longo prazo.

Eu: Agora com as experiências de vocês com toda essa bagagem que vocês adquiriram e por por tudo que vocês viram das necessidades aqui na Cidade de Deus. Como que vocês veem pra a segurança pública? Como que vocês veem esses conflitos .... soluciona?

Maria: É o que eu falo sempre. Dentro da favela não tem plantação de droga, dentro da favela não tem fabricação de arma. Então é uma coisa que eu vi uma vez ....no Facebook que eu acho se retrata bem jogando no rio. As pessoas mergulhando e tirando as crianças do rio. Aí um cara vai correndo pra lá. Aí ele falou assim, vai aonde? Ele falou, eu vou ver o que que está acontecendo já que as crianças estão caindo no rio. .. senão você vai ficar ali, tirando as criança que tá caindo. É uma ponte que caiu? O que está acontecendo? Então eu acho assim, tem muita coisa fora da favela que eles podiam tá vendo, o que entra. Muitas vezes morre inocente, fica sem aula e se você prender hoje um menino desse, amanhã tem dez no lugar. Então é uma guerra sem fim, é uma violência que não acaba.

Tem muitas coisas que você sabe que é feita por baixo do pano, né? Então quando pensam em vir, eles aqui já sabem que vai vim.... é interessante. E outra coisa...eles saem daqui meio-dia, uma hora a barraca tá montada lá com todo tipo de droga que você quiser. Então é uma coisa que pra mim é inútil. Eu acho que tem que ir pra fronteira, tem que ir pros grandão, entendeu? Começar de cima pra baixo. Porque não adianta, "você entra", tudo bem, aí eles falam que nem eu falo aí eu teria até vergonha uma vez eu vi na televisão prenderam dois fuzis eu falei caraca o cara fez mó berreiro, se eu for lá pego mais que ele, entendeu? Então não é pra acabar, entendeu? Isso aí é uma política de extermínio. Muito complicado. Não quer acabar.

Darlene: Teve mudança com as Mulheres da Paz, com a Casa de Direito.

E assim, a maioria das pessoas que foram pra escola estudar, a maioria era de idade. Um jovem mesmo, a maioria não foram pra escola. Mas a maioria foi pessoas de idade, o EJA que ajudou muita gente né?

A Casa de Direito funcionava na COHAB. Tem estrutura, tem tudo. Então a Casa de Direito funcionava num prédio. Foi da Fundação Leão XVIII.

Aí no caso acabou, e então já .... o povo ... a maioria está acomodado. E quando vem o conhecimento a mente da gente abre, então você já tem outra visão de outra coisa. Você já tem outra visão. Já muda... eles batiam na tecla... a mente de vocês vão mudar, a visão vão mudar.

É como meu filho falou assim, semana passada, eu fiquei muito ruim, eu estou

me sentindo mal porque os caras .... quando a polícia entra eles vão pra minha porta e aonde moro não tem lugar pra eles se esconderem. Então deram muito tiro na minha porta, muito muito muito tiro mesmo... eu tava só, eu sozinha com meus cachorros, os cachorros gritando e aquilo depois me deu um mal estar, mas eu gritava tanto que eu entrei no grupo da igreja e falei, gente, pelo amor de Deus, me ajudem!!!

Então meu filho disse:- mãe, a Senhora não se acostumou com isso não!?

Como é que eu vou me acostumar com isso!?

É o que acontece com a gente? Se acostuma, a pessoa que se acostuma diz que tá tudo bem.

Então, mas isso que a gente tá falando é sério. Essa mudança tem que ser provocada, porque é difícil pra pessoa também mudar assim, entendeu? Quando a gente fala que tá acomodado não é exatamente uma crítica pra pessoa que tá acomodada porque não quer... é porque é muito difícil, é um peso grande mesmo pra mudar.

Então como eu tô falando, abriu o SESC ali, então o cara acha que como abriu o SESC ali tá tudo pronto, tá subentendido. Não, não está! Que vai pra escola, entendeu?

Porque gente, tem gente que não sai daqui!

Uma vez eu fui no templo da igreja com um menino de dezenove anos... tudo que era ponte ele me perguntava se era a ponte Rio-Niterói!! Ele nunca tinha saído daqui!

O nosso trabalho ajudou muita gente, muitos moradores.

Tinha um menino...ele era, sabe? Mas tava estudando na sala de aula.

Tinha uma área aqui conhecida como a mais braba da Cidade de Deus, mas era braba porque não tinha nada, infraestrutura, que eu digo, né. Tudo difícil mesmo.

Uma vez eu tava assim na porta, né. No ponto de pregação que a moça do barraco deu pra gente fazer o ponto de pregação. E eu estava assim na porta. Aí parou um cara meio gordinho, com uma sacola, né. E aí acho que eles enterravam aqueles troços não sei o cara entrou lá pra dentro com uma bola assim embrulhada... em uma sacola de mercado. Deu na mão dele. Aí ele botou na moto e tinha os garotinhos brincando, né. Aqueles garotinhos barrigudinhos vendo aquilo. Aí eu lembrei daquela figurinha do Facebook “gente comé que ganha dinheiro? Porque me falaram que era trabalhando” Mas os garotinhos tá vendo o cara aí “trabalhando” e cheio de mulher bonita. Os garotinhos não tem nem casa direito pra morar. Parece coisa assim meio corriqueira, mas até pra gente falar...até pra pessoas...elas não conseguem entender, né.

Pra gente é uma coisa simples de entender, mas ele não sabe, ele não conhece fora da favela, ele não conhece o lema, ele não conhece o teatro, ele não conhece nada quase. E aí o sucesso que ele vê, pra ele, é o do traficante, porque o cara tem o tênis que ele quer ter. O cara tem acesso a esses jovens. E quando a gente era do Mulheres da Paz, a gente tinha acesso, a gente entrava

dentro das casas. Eu lembro bem de um, lembra, fulana? Aquele que eu te falei que ele era envolvido, mas aí entrou em depressão, lembra? Ele era morador do Pantanal, ele já tinha sido envolvido, ele era na verdade, mas acho que estava em casa o tipo de pânico, alguma coisa aqui que ele estava dentro de casa que a gente foi na casa da mãe dele, conversou, só olhamos bem dele. Ele era envolvido. Mas ele estava tipo com depressão.

A gente conversava, mas só que assim... essas coisas que a gente conversava que tem chance, né? De ter que correr atrás, né. Dá trabalho.

Eu: Quais pessoas vocês tinham mais acesso, pessoas de que idade? Mais ou menos.

Maria: Trinta até sessenta. Mas como a gente ia nas casas, como a gente ia de dia, geralmente era esse público que estava em casa porque muitos estavam trabalhando. Então a gente trabalhava assim entendeu, de entrar a maioria das coisas, mas quando a gente tinha essa coisa de poder ir na casa das pessoas porque não é só porque a gente recebia, mas a gente tinha um crachá e tinha uma camiseta e uma autorização pra estar batendo então a gente tinha a possibilidade de multiplicar isso mais hoje em dia a gente bota no Face, bota no Instagram, bota no status, mas nem todo mundo tem acesso a gente, né.

Porque gente que você precisa tá explicando tudo. Tem gente que não sabe o que é o ENCCEJA. Temos que avisar que a inscrição vai abrir... outro dia eu fiquei pensando nisso aí... eu vou fazer um textinho pra poder colocar.

Nós aprendemos pra multiplicar quando eles deram a cartilha de tudo que tem dentro da Cidade de Deus, eu tenho tudo guardadinho. Eu aprendi tudo. Eu aprendi também a diferença de CRAS pra CREAS. Mulheres da Paz... a gente recebeu está tudo guardado. Recebi a cartilhazinha da Maria da Penha. Como se fosse o livro com tudo isso.

Além do jovem, tinha gente de setenta anos. E assim, botavam a gente sentado pra fazer debate. Foram quatro anos sem tiro. Eu andava normalmente e não tinha nada.

Eu: E como os moradores ficaram depois que tudo acabou?

Maria: Tudo foi acabando aos poucos na verdade, foi acabando aos poucos, foi o que te falei aí, as pessoas sentem aquele buraco hoje... não houve um incentivo de continuação das coisas. Entrou com direito, entrou com a justiça, entrou com a informação, entrou a arte, não continuaram incentivando. Não tinha como a gente sozinha continuar. Somente nós, Mulheres da Paz. Porque tem que investir.

A Casa de Direitos foi parando aos poucos... até quem trabalhava lá parou de receber. A gente não esquentava, a gente queria era fazer pela Cidade de Deus.

Uma coisa tão simples de resolver. Não é feito pra continuar. É só para o político usar pra ficar lembrando e dizer que foi ele que fez. Hoje a gente está vendo o resultado, né.

Mulheres da Paz acabou e não deram retorno das demandas. Hoje tá tudo desacreditado dentro da Cidade de Deus. Porque começam e param. Então o que nós aprendemos, o conhecimento, onde encontrar as coisas, isso

nós fazemos sem precisar do governo. Mas nós não podemos garantir uma marcação, um encaminhamento...Hoje somos apenas referência aqui dentro, como as Mulheres da Paz. Até o telefone era nosso particular.... não deram um chip...então até hoje ligam pra mim quando precisam de ajuda.

### APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº 3

Entrevistada: Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha, cofundadora e coordenadora do movimento “Mães de Manguinhos”.

Tempo de gravação: 2h7m50s - Realizada em: 11/07/2023, modo virtual.

Meu nome é Ana Paula Oliveira, tenho quarenta e seis anos, eu sou nascida e criada aqui na favela de Manguinhos. Como as pessoas costumam utilizar o termo, né, sou cria da favela de Manguinhos. Sou mãe de dois filhos, Johnatha de Oliveira Lima e Maria Paula de Oliveira Lima. Sou mulher preta. Sou formada em pedagogia. Meu primeiro emprego foi numa creche comunitária aqui em Manguinhos. Trabalhei por oito anos cuidando das crianças desse lugar. Hoje já são adultos, onde me veem passar e me chamam de tia Paula... as famílias... então, acho que esse é o momento, né, dum primeiro contato assim direto com a favela de Manguinhos, com as pessoas que moram aqui, né.

Na época de dois mil e onze, dois mil e dez... mais ou menos, a especulação por aqui por conta do Parque Manguinhos, do Programa de Aceleração do Crescimento...infelizmente... assim... eu cresci ouvindo,né... Ouvindo minha mãe contar história de como foi que ela sofreu... quando ela era criança... por conta de quando ela morava na favela da Praia do Pinto. Ficava no Leblon, né. E que assim, dizem que aconteceu um incêndio criminoso pra retirar as pessoas daquele lugar ali, né. Que é considerado até hoje um lugar nosso.

Então assim, eu cresci com a minha mãe penteando meu cabelo quando eu era criança e as lágrimas dela caindo, e contando, né. Eh o quanto aquele período foi doloroso pra ela, que ela passou na rua dormindo com a mãe, com a vó e eu. Não tinha pra onde ir até conseguirem abrigo numa Igreja e depois foram trazidas pra Manguinhos.

Elas foram agregadas e acolhidas pela Igreja. Não só elas como outras pessoas também, vítimas que perderam as suas casas nesse incêndio. Lá na Praia do Pinto. E aí logo em seguida parece que teve.... não sei direito....não lembro agora o nome....Mas acho que foi uma inscrição da prefeitura e foram realocadas aqui em Manguinhos.

Então a minha história de vida ela começa em Manguinhas com com a chegada da minha mãe, a mãe dela, minha avó, os irmãos ....é na década de sessenta. Eles chegam em Manguinhos e foi construído assim, né. Era um mangue. Como o nome já disse, foi aterrado. [...] foi um terreno preparado pra receber pessoas, né. Eh e a princípio tinha o nome de conjunto habitacional ...eh tinha o nome do CHP2 , era conjunto provisório habitacional, né. Era pra ser um conjunto habitacional provisório. Em cima de um mangue aterrado. Isso, exatamente! Cara! Sendo que não foi só pras pessoas da Praia do Pinto, vieram mais moradores de outras favelas também, vindos de outras remoções também na mesma década.

Eh inclusive a família do meu pai. A minha avó paterna com o meu pai. Vindos de uma remoção dali da área do caju, da zona portuária. Eh porque a minha avó paterna ela é de Macaé, mas quando eles perderam ... eles então se viram para aqui no Rio de Janeiro na favela do Caju. Eh pelo que eu entendi da história, [...]foram por conta da construção da ponte Rio-Niterói. Eh foram retirados.

Então é a minha história de vida [...]. Meu pai com dezesseis anos e a minha mãe, dona Maria José, com dezoito, eu e mais quatro irmãos. Minha mãe engravidou de mim. Eh e aí eu sou a filha mais velha de quatro filhos. Sim ... sim. Eh seu José Isidio e dona Maria José e aí acontece essa história, né. A gente acaba vivenciando isso novamente... da remoção... eh veio todas as lembranças das histórias que minha mãe já tinha me contado, né.

O sofrimento dela e assim foi por volta de dois mil e dez que começaram as especulações de que seríamos removidos por conta das obras do PAC. Até esse período... até dois mil e treze mais ou menos, outubro de dois mil e treze foi quando eu saí da rua onde eu nasci, onde fui criada porque desapropriaram as casas pra construção de uma via. Uma via de mão dupla na rua Leopoldo Bulhões. Ali bem em frente a Fiocruz[...]. A casa não ia interferir em nada, em nada, mas como é preciso fazer obras, né? Pra superfaturar e ganhar dinheiro, né? eles sabem fazer isso muito bem.

Enfim...passamos por vários perrengues... vi meus vizinhos adoecerem e irem embora se entristecerem... e aí foi um período muito difícil... a gente tinha medo de atender o telefone, a gente tinha medo de abrir a porta quando as pessoas batiam achando que era o pessoal do PAC, né, pressionando a gente pra sair. A minha família foi uma das últimas a saírem, né.... Conseguimos se realocar novamente. Muitos vizinhos não conseguiram se realocar em Manguinhos, tiveram que ir pra outros lugares, pra outras favelas. É .... foi muito difícil.

Eu sei que sofremos demais, demais, até nesse ano aí de dois mil e treze... e assim infelizmente a gente achava que essa estava sendo a nossa pior dor, né... Separar dos nossos vizinhos, de cortar um vínculo afetivo que tínhamos porque desde quando minha mãe engravidou, a minha vó paterna deu um pedacinho do barraco pra minha mãe e meu pai construírem a vida deles.

Ali naquela rua muitos vizinhos tinham vindo também da mesma área que a minha vó paterna, né, lá do Caju. Então já conheciam minha vó de lá.... então assim.... me viram na barriga da minha mãe. Ali também naquela mesma rua eu cresci, construí a minha vida, quando eu engravidei do meu primogênito, do Johnatha. A minha mãe me deu um pedacinho, me deu a laje pra eu também seguir ali, construir a vida.

Então assim, meus dois filhos nasceram naquela rua, né. Tanto o Johnatha quanto Maria Paula. Então ali tinha um vínculo afetivo muito grande com os nossos vizinhos. A minha vó morava ali, meus tios avós moravam ali. Eu e meus irmãos todos, cada um foi ganhando, crescendo, se tornando adulto e ganhando seu pedacinho pra construir suas vidas ali, então eram meus sobrinhos, meus irmãos, meus primos e com a chegada do PAC... A remoção foi bem difícil. Cada um teve que ir pra um lado, desfazer esse vínculo e então assim, foi um momento de muito sofrimento, mas quando chega o ano de dois mil e quatorze...

Não, vamos voltar um pouquinho atrás. Quando chega em dois mil e doze, pra ser mais exata, em outubro de dois mil e doze chega a Unidade de Polícia Pacificadora aqui em Manguinhos. Outubro de dois mil e doze!! Com toda aquela propaganda que estava trazendo a Paz!! Estava trazendo muita coisa boa pra favela. Ehhh, mas infelizmente não adianta apenas trocar a cor do uniforme, a roupa, né? De uma instituição, né? Infelizmente a polícia do Rio de Janeiro já tem enraizada um estúdio de violência e de violações. Então eu nunca

acreditei na UPP, nunca acreditei que a Unidade de Polícia Pacificadora fosse trazer paz ou coisas boas pra favela... né? Porque eu sempre acreditei na educação como uma forma de formação, né... Pras pessoas ter cultura, lazer, tudo isso não tem com a polícia... eu nunca acreditei na polícia e aí é isso. Chega a UPP, ela chegou juntinho no momento que estas coisas estavam acontecendo, as pessoas sendo retiradas da sua casa. Então estava tudo conectado. Tanto a Unidade de Polícia Pacificadora como o Programa de Aceleração de Crescimento, que é o PAC. Então eles estavam tudo ali mancomunados mesmo.

E quando chegou no ano de dois mil e quatorze mais precisamente, no dia quatorze de maio de dois mil e quatorze...tinha sete meses de que eu estava morando na minha casa atual, tinha conseguido me realocar em Manguinhos mesmo ....ehh tinha sete meses quando no dia quatorze de maio de dois mil e quatorze o meu filho Johnatha de apenas dezenove anos de idade tinha saído da nossa casa com a namorada dele pra levar ela na casa dela, aqui em Manguinhos mesmo. Chegou a cumprir esse trajeto na casa da minha mãe, deixou uma travessa de pavê que eu tinha pedido pra ele levar pra minha mãe que ainda estava morando lá na mesma rua onde nós nascemos, porque ainda não tinha conseguido comprar outra casa aqui em Manguinhos, com a chegada da UPP , as promessas de paz e de coisas maravilhosas.... é...houve foi uma especulação tremenda, né?

Então assim, os valores das casas eram exorbitantes... assim foi uma loucura loucura. Os próprios moradores aumentaram os valores porque a procura estava grande demais. As pessoas estavam desesperadas querendo comprar casas, querendo continuar morando em Manguinhos. E é isso, os valores não batiam, né? Eh o valor das indenizações eram irrisórias e é assim... como a procura estava grande, as pessoas que tinham recebido só daria pra comprar uma casa pra morar, por exemplo, um casal com filho....comprar uma casinha menor e de repente fazer uma obra, porque é isso, a maioria das casas não dava pra comprar e entrar, pra morar. Dá pra fazer obras, né...

E e aí foi isso que aconteceu...Johnatha foi levar a namorada na casa dela aqui em Manguinhos mesmo e aí eu quando ele ía sair, antes dele sair de casa eu falei pra ele passar na casa da minha mãe e deixar uma travessa de pavê que eu tinha feito pra ela. Ele foi, deixou com a namorada e aí quando ele já tinha acabado de sair da minha mãe falou que lembrou que antes dele chegar o vizinho tinha comentado com ela que os policiais da UPP estavam fazendo ronda e que eles estavam muito agitados e tal, e aí minha mãe falou que quando Johnatha saiu ela lembrou e correu na janela. Ainda chegou a ver ele. Aí gritou, ele parou, olhou, foi. E aí ela falou, meu filho, você está com a identidade? Aquela preocupação, né? Preocupação de mãe.

A favela cresce com essa coisa, com esse entendimento. O filho precisa estar sempre como se isso fosse garantir a vida e a proteção dos nossos filhos. Infelizmente não garante. E aí ele falou, estou sim, vó! Aí ela falou, tá, então cuidado. Cuidado, meu filho e tal...

E aí ele foi com a namorada, a mãe da namorada dele foi uma das testemunhas do caso no Tribunal de Justiça. Ela falou que o Johnatha passou lá e deixou a filha dela, conversou um pouquinho com ela rapidamente e saiu. Ela falou que não demorou cinco minutos, assim que Johnatha saiu a filha mais nova dela chegou em casa, aí ela falou que ouviu tiros. A filha dela mais nova chegou falando que o Johnatha tinha sido baleado.

Eu estava num mercadinho aqui próximo de casa quando ouvi os tiros e logo em seguida recebi uma ligação no meu celular, era minha irmã. Ela falou assim, Ana Paula você está onde? Falei estou aqui no mercadinho, por quê? O que aconteceu? Aí ela falou assim, o Johnatha sofreu um acidente. Vai indo pra UPA, eles levaram ele pra UPA. Vai pra UPA que eu vou te encontrar lá. Estou indo pra lá também. Estou saindo aqui de casa agora. E aí eu fui correndo. E imaginando que o Johnatha tinha realmente sofrido um acidente de moto porque essa minha irmã tinha uma moto e ele costumava andar na moto dela. Aí eu falei, meu Deus! Será que caiu com a moto e tal. Nunca passou na minha cabeça que o meu filho tinha levado um tiro. Eu saí correndo do mercado, larguei a cestinha com as coisas que eu tinha ido comprar. Saí correndo. No meio do caminho já encontrei com a vó do Johnatha, a mãe do pai dele. Encontrei com a vó dele e aí eu falei, o que, o que aconteceu? Eh a minha irmã me ligou falando que o acidente foi na hora que a polícia atirou no Johnatha, o Johnatha levou um tiro. Ah! Meu Deus! E aí parece que naquele momento abriu um buraco assim e eu caí!! Eu fiquei desesperada, mas ainda tentando entender porque a polícia teria atirado no meu filho, o que teria acontecido pra polícia atirar no meu filho.

Mas também eu sabia que era uma época em que os policiais da UPP viviam fazendo ronda, viviam dando tiro a esmo dentro de Manguinhos e que já tinham feito outras vítimas jovens, outras vítimas desde a chegada da UPP, mas ali na minha cabeça naquele momento só o que eu não imaginei foi que o meu filho tinha morrido, sabe? Eu achei que meu filho naquele momento.... eu achei que eu ia chegar na UPA e que não teria sido nada grave, que eu poderia cuidar do meu filho, que logo ele estaria em casa de novo....e aí eu continuei andando correndo sem saber pra onde que eu ia... e aí meus vizinhos foram chegando meus vizinhos foram chegando e me segurando ....falando pra mim ....a gente vai com você pra UPA, calma... e aí eu cheguei na UPA ....quando eu cheguei lá tinham três viaturas , três blazer da polícia parada na frente da UPA, da unidade de pronto atendimento aqui de Manguinhos e eu saí correndo, entrei correndo, querendo ver meu filho!! Queria ver ele do jeitinho que ele saiu aqui de casa, sabe? Sorrindo, feliz, alegre. Porque ele era assim. Ele era um menino super alegre, super amado por todo mundo, pela nossa família, pelos nossos vizinhos.

O Johnatha era super amado, super querido assim. E aí cheguei na UPA e já encontro minhas irmãs chorando muito, desesperadas, eu falei, cadê meu filho? Eu quero ver o Johnatha. Mas aquele choro desesperado dela já sinalizavam que alguma coisa muito ruim tinha acontecido. Aí eu falava eu quero ver o Johnatha. Mas ao mesmo tempo eu não tinha pernas, nem tinha forças pra entrar pelas outras portas da UPA e encontrar o que eu não queria acreditar. E aí meu cunhado estava lá dentro e assim que eu cheguei ele já veio saindo já com a notícia. E aí a Patrícia falou... minha irmã perguntou pra ele, e como é que ele

está? O que aconteceu? E aí como é que ele está? E aí foi o momento que o meu cunhado falou, ah infelizmente ele teve uma hemorragia interna. Quando ele falou isso, “infelizmente teve”, eu falei ai meu Deus!! Meu filho vai ter que fazer uma cirurgia! Ai meu Deus!! Mas está correndo risco de vida?! E aí ele completou a frase... ele falou... infelizmente ele teve uma hemorragia interna e o Johnatha não se encontra mais aqui entre nós!!!

[...]

Começaram a chegar nossos vizinhos, nossos amigos. E começaram a chegar[...] Ninguém estava acreditando no que tinha acontecido. Eu queria ver meu filho e aí quando a gente foi na sala vermelha da UPA, a gente entrou no corredor e aí tinha umas portas assim grande e aí tinham vários policiais tipo fazendo um cordão de isolamento, tinham vários policiais ali na frente da porta[...].

Eu não ia ver meu filho igualzinho quando ele saiu de casa, eu também fiquei com medos de ver ele machucado, se ele estava machucado e aí eu não tive coragem de ver o Johnatha [...].

Ai meu Deus!! O meu filho foi alvejado com um tiro de pistola ponto quarenta. Quando ele saiu da casa da namorada ele passou por uma rua lá próximo em Manguinhos. Aqui em Manguinhos onde estava tendo uma confusão entre os moradores e uma guarnição da UPP de Manguinhos, que segundo relato dos moradores pra mim, essa guarnição já estava mais do que conhecida por agirem com truculência, por serem agressivos nas abordagens, por hostilizar os moradores. Então eles eram conhecidos pelos moradores dessa área, até os nomes deles já eram conhecidos.

O Johnatha passou no meio dessa confusão onde realmente alguns moradores estavam atirando pedras nos policiais, mas nenhum policial foi atingido por pedra, por garrafa, por nada. Isso não justifica, gente! Não justificaria nada, nunca! O meu filho tanto é que os policiais alegaram que fizeram disparos pro alto pra dispersar a confusão. Mas testemunhas alegaram que um dos policiais se posicionou e atirou na rua, tinham várias pessoas uma dessas pessoas era o Johnatha e ele levou um tiro nas costas!! Com o barulho dos tiros as pessoas correram, todo mundo correu, ele também correu com a mão nas costas.... assim já tinha sido alvejado, caiu e só conseguiu correr uma distância curta e caiu já fraco e aí ele foi ....os moradores tentaram socorrer, pegaram ele e levaram pra UPA. Mas ele já chegou praticamente sem vida na UPA.

E aí a assistente social da UPA, primeiro perguntou pro meu cunhado se o Johnatha tinha algum envolvimento com o tráfico local!!! E aí meu cunhado falou que não!! E aí diante da negativa ela orientou ele a ir até a delegacia e fazer um boletim de ocorrência e assim ele fez, foi até a delegacia 21 (vigésima primeira) DP e fez o boletim de ocorrência e chegando lá já tinha um grupo de policiais na porta que era exatamente o grupo responsável pela morte do meu filho. O delegado cumpriu com a obrigação dele, fez o papel dele naquele momento e orientou o meu cunhado, falou que era pra ele buscar testemunhas do que aconteceu e que ele iria acionar a Delegacia de Homicídios que fica na Barra. E assim ele fez.

O meu cunhado falou o que tinha acontecido, o que precisava fazer, quais

seriam os próximos passos [...].

Na UPA chegou o autor do disparo, que é o Alessandro Marcelino de Souza, na época ele era lotado aqui na Unidade de Polícia Pacificadora como soldado. E aconteceu que ele continuou trabalhando aqui na UPP ainda por mais um ano.

Eu só fui saber quem era ele no dia da audiência do caso do meu filho que aconteceu quase um ano depois. A primeira audiência do caso do Johnatha aconteceu em fevereiro se eu não me engano, dez de fevereiro de dois mil e quinze que aconteceu a primeira audiência e só aí que eu fiquei de frente com o assassino do meu filho. Enquanto isso, esse tempo todo ele estava aqui dentro de Manguinhas, ele sabia quem eu era, sabia quem era a minha família e eu não sabia quem era ele. E aí no dia dessa primeira audiência, que foi numa segunda-feira, uns dias antes eu tinha sido procurada por um jornalista do jornal O Dia, numa sexta-feira antes da audiência, Diogo Aidar se eu não me engano. Diego Aidar eu acho... eu não lembro sobrenome, mas ele trabalhava no jornal O Dia. Ele me procurou pra falar que estava sabendo que ia ter a audiência do caso do Johnatha. Ele falou pra mim, você sabe que isso é muito difícil de acontecer, né? O caso sai um pouco da curva, né? Porque a maioria dos casos não tem investigação e pior ainda, chegar a um Tribunal de Justiça! E aí ele perguntou se poderia fazer uma entrevista comigo, eu falei que sim. Ele perguntou se eu sabia o nome do policial responsável pela morte do meu filho e então eu falei, dei pra ele o nome e a partir daí esse profissional fez um trabalho investigativo, sabe? E qual foi a minha surpresa quando na segunda-feira, na metade da página do jornal O Dia vi uma foto minha segurando uma foto do meu filho, assim na metade da página. Hoje espero por justiça pela morte do filho.

A Marielle enquanto ela viveu ela sempre esteve do meu lado. Ela ligava no dia do aniversário do Johnatha, ela me ligava no dia das mães, ela me ligava na época de Natal pra me dar força, pra me dizer palavras de carinho, pra dizer sempre que eu não estava sozinha, pra dizer sempre o quanto que o Johnatha devia estar muito orgulhoso de mim! E do quanto que era preciso eu estar forte, de pé pra amparar outras mães. Então Johnatha é uma bandeira de justiça! O Johnatha é a luz da minha vida! Ele chegou na minha vida de forma inesperada porque não foi uma gravidez planejada, eu tinha dezessete anos quando eu engravidei do Johnatha, eu estava cursando o último ano do ensino médio. E aí eu falo que ele também saiu da minha vida de uma forma muito inesperada, precoce, mas é essa luz que ilumina, que me dá força pra me fazer seguir. Ele só não está aqui fisicamente, mas esse momento aqui que eu estou falando dele eu sinto muito pertinho de mim. Sim.

Eu costumo dizer também pra várias outras mães que está na luta, é uma forma que eu encontrei pra continuar cuidando dele. Tem uma coisa que Estado, a polícia, ninguém nunca vai tirar da gente é a nossa garra pra continuar sendo a mãe dos nossos filhos. Sim. E a gente acaba sendo mãe de tantos outros filhos que a gente nem conhece, mas que a gente cuida através da nossa luta e é isso que tem, sabe? Me fortalecido, e pensar que tenho essa missão, essa missão que me dá força pra querer continuar viva porque se naquele dia quando eu voltei pra casa e eu escutava barulhos na escada das pessoas chegando, meus vizinhos, meus amigos, meus familiares e a cada passo do barulho da escada eu eu falava é o Johnatha é porque eu não conseguia entender que aquilo tinha acontecido, que o meu filho não ia voltar pra casa. E eu acreditava realmente que ele ia chegar a qualquer momento. Mas ele não

chegou. E eu achei que eu fosse morrer. É uma dor que a gente aprende um dia de cada vez. Essa dor, essa saudade a gente não se acostuma, não. A gente aprende a lidar com essa maldade. Com essa ausência física. E com essa sensação de injustiça muitas vezes de impotência também, mas assim pensar que eu sou mãe de um ser maravilhoso, sabe? Isso me alegra demais, meu coração me dá orgulho e acabei de receber um presente lindo maravilhoso assim que eu falo, meu Deus! Eu às vezes eu nem sei se eu mereço tanto, sabe? Uma amiga de infância do Johnatha acabou de ser mãe. E ela sempre na época... depois passou um tempo.... ela casou e tal. Eles eram muito amigos, eu cheguei uma vez a dizer Johnatha por que você não namora com a Maiara? Eu adoro ela, ela é maravilhosa....[...] Ela é mãe de um menino, e ela colocou o nome de Johnatha!! [...]

Eu: Ana Paula, e as Mulheres da Paz? Estavam no território atuando na época também.... Alguém te procurou?

Ana Paula: Teve uma época em que as Mulheres da Paz atuaram sim, no território. Mas eu não sei qual foi, não sei..., entendeu?

Na verdade, a UPP chegou aqui em Manguinhos em outubro de dois mil e doze. Outubro de dois mil e doze foi quando ela chegou [...]Mas acho que tem... eu acho que tem mais ou menos um ou dois anos que eles não estão mais aqui. Tem um container bem na entrada, numa das entradas principais ali. Carros de polícia, a unidade está ali. Mas é na entrada, não é dentro. Mas há duas semanas que a gente está vivendo aqui um clima muito tenso, um terror constante, com policiais. Caveirões diuturnamente. Hoje já teve tiros. Todo dia está tendo tiro. A gente não sabe o que é ,o que se trata. Seis horas da manhã já tinha caveirão, tiros, mas não foi noticiado isso. Isso já está acontecendo já há duas semanas praticamente. Tem duas semanas que a polícia está entrando direto com o caveirão. O caveirão nesse momento está lá dentro. Nesse momento o caveirão está dentro de Manguinhos. Está igual a Cidade de Deus.

[...]

Vivemos esse terror, esse terror constante, eles fazem constante e é uma coisa que paralisa a nossa vida, sabe? Porque principalmente pras famílias que já sofrem por ter perdido pela violência policial... cara quando tem polícia a gente ouve tiros...nosso corpo treme, sabe?

Quando tem operação, com “caveirão voador” a gente fica nesse medo de sair, às vezes precisa ir ao mercado...na farmácia, alguma coisa... a farmácia não vai entregar, não vai botar seu entregador em risco, a gente também não pode sair pra ir porque corre risco, então nossas vidas ficam paralisadas por conta da ação da polícia, né? Nos territórios.

Eu: Você é a mãe fundadora da Mãe de Manguinhos? Você quem criou?

Ana Paula: Na verdade, somos eu, e a Patrícia, a minha irmã. Acho que o movimento das Mães de Manguinhos acontece muito por causa dela. Porque que desde o primeiro momento do assassinato do Jhonatan. Aí a Patrícia já começa a movimentação, né? Esse movimento é através do primeiro momento que ela vai atrás das testemunhas, né. Que ela consegue sensibilizar e mobilizar as testemunhas pra irem até a Delegacia e aí ela foi peça fundamental porque

ela também foi quem fez o primeiro contato com a Fátima Pinho que é uma das fundadoras também do Movimento. A Fátima Pinho é essa mãe que tinha perdido o filho sete meses antes do Johnatha. Então a Patrícia é quem faz o primeiro contato, ela e a Fátima acabam se tornando uma das principais testemunhas do assassinato do Johnatha. Porque o Johnatha é baleado em frente, no momento que ele estava passando em frente à porta da casa dela, ela estava na porta de casa porque ela estava querendo pegar os filhos. Então quando ela sai pra pegar os filhos na quadra, quando ela sai tentando resgatá-los né?

E aí é quando ela vê essa cena do Johnatha sendo baleado colocando a mão nas costas. E aí ela é quem chama as mídias independentes pra virem pra Manguinhos porque ela já tinha conhecido quando aconteceu com o filho dela. Ela ficou com o contato dessas redes. Ela foi a primeira a chamar. Eu lembro que na missa de sétimo dia do Johnatha a Fátima também tinha sido amparada pelo Fórum Social de Manguinhos que é um movimento que existe aqui. A guarnição que assassinou o filho da Fátima, Paulo Roberto, era outra guarnição da UPP.

Quando ela foi passar por baixo do cordão de isolamento que eles tinham feito, os policiais. Ela conseguiu passar por baixo do braço dos policiais. E ela conta que quando chegou o filho dela estava caído no chão. E ela se abaixou e botou a cabeça dele no colo dela. Aí ela falou que ele revirou os olhos e deu o último suspiro no no colo dela, foi o último suspiro que ele deu. Ela falou que começou a gritar pedindo pra ele não deixar ela.

Enfim, sete meses depois essa mulher é testemunha de outro assassinato que foi do meu filho. Acho que nossas vidas não se cruzaram por um acaso. A gente tem uma missão aí. E que bom que eu tenho a Patrícia minha irmã e a Fátima nessa missão porque sozinha eu jamais conseguiria. E aí a Patrícia começa a pesquisar onde que estava tendo algum ato contra o genocídio da juventude negra, começou a pesquisar coisas desse tipo. Sim, sim, na internet. E aí eu sei que praticamente um mês acho que tinha um mês depois do assassinato do Johnatha. A Patrícia foi e falou vai ter um ato lá no Morro do Chapéu Mangueira. Nunca tinha ido ao Morro do Chapéu Mangueira. Vamos? Aí eu falei vamos! E aí já falamos com a Fátima também. E aí eu lembro que esse foi o primeiro ato onde eu falei, denunciei o que tinham feito com o meu filho fora de Manguinhos.

No dia da missa do sétimo dia vieram várias mídias independentes e fizeram registros, né? Então assim, no dia da missa, quando acabou a missa a gente fez um ato, percorremos a favela, a favela com cartazes, fora UPP!!! O Geraldo que é um padre ativista também. Padre mais conhecido como Padre DG, ele falou que nunca tinha visto a igreja tão lotada porque não coube gente dentro, tá? A gente anunciou pelas redes sociais, a gente anunciou que ia ter a missa e que após a missa faríamos um ato pela memória e pela justiça do Johnatha e assim foi feito.

O primeiro ato fora foi esse em Chapéu Mangueira. Que me emocionou bastante porque eu pude conhecer outras mães como a dona Izildete que é uma senhora lá da Baixada Fluminense que teve o filho dela desaparecido, forçado, né?

Desaparecimento forçado que a gente diz é quando a vítima some, desaparece após a abordagem policial.

Eu lembro que a dona Izildete uma senhorinha já na época, nove anos atrás ela estava lá, eu lembro que tinha um varal onde as mães estavam chegando e pendurando fotos dos meninos ou então a camisa com a foto dos filhos e eu estava vestida com essa camisa aqui mesmo do Johnatha. Aí a dona Izildete falou pra mim você não vai pendurar a sua camisa? Eu falei não, me sinto mais forte vestida com ela. [...]

Ela foi lá no varalzinho e me mostrou a fotinha, a foto que ela tinha pendurada do filho dela. Ela falou assim, olha, esse daqui é o meu filho. Até hoje eu não, eu não pude me despedir, não enterrei, não sei o que aconteceu. Ela falou assim, mas nunca desista, nunca desista de lutar pelo seu filho.

Eu nunca vou desistir de lutar pelo meu, Johnatha, isso dentro de mim é uma coisa que eu carrego até hoje, sempre que eu encontro com a dona Isildete eu faço questão de dar um abraço nela e falar o quanto que ela é importante nessa luta, o quanto que ela foi fundamental pra mim naquele momento e a Fátima a mesma coisa.

A Fátima me falou isso, né? Olha meu filho foi autor de ato infracional, mas eu nunca desisti de lutar pelo meu filho e não vai ser agora que ele não está aqui fisicamente que eu vou desistir, eu vou lutar porque pelos erros dele ele pagou ninguém tinha o direito de tirar a vida do meu filho. E aí ela falou, vamos juntas, vamos lutar juntas!!

Eu falei, é o que eu mais quero, eu só quero botar essa dor pra fora, quero lutar e ali a gente, estamos sempre unidas. É nessa rede que a gente vai acolhendo outras mães, não só de Manguinhos, mas de outras favelas também.

A gente tem uma grande conexão com a Fatinha da Rocinha que também teve o filho morto bem antes do caso do Amarildo. Ela teve o filho morto por policiais da UPP também da Rocinha. Têm mães também hoje, de outros estados com quem a gente tem uma grande conexão. As Mães de Maio de São Paulo, do Ceará, as Mães da Periferia, né? Da Bahia, Ruth Fiuza, que é uma mãe também que teve um filho desaparecido forçado, Davi Fiuza tinha dezesseis anos, né? Quando a polícia desapareceu com ele.

Então a gente tem uma grande conexão com várias mães, né. A gente vai se fortalecendo mutuamente fazendo as coisas juntas, se mobilizando, quando tem oportunidade. A gente foi agora há pouco tempo pra Brasília participar de uma audiência pública lá na Câmara, em Brasília. Levamos um projeto de lei onde a gente reivindica amparo, né, das mães de vítimas da violência do Estado. Muitas mães estão adoecendo e morrendo sem nem ver a justiça. Uma mãe lá de Goiás mandou uma mensagem pedindo ajuda porque ela teve o filho dela assassinado pela polícia, Natan o nome do filho dela e ela mandou lá no Instagram, no inbox do Instagram das mães de Manguinhos pedindo ajuda, quer orientação pra saber o que fazer. Ela quer também se conectar com outras mães ali próximas, quer saber onde tem mães próximas dela também que perderam o filho pela violência policial, ela quer estar junto porque é isso que fortalece fazer as coisas.

Eu: Ana Paula, é muito burocrático o caminho para justiça. Além desse desenho que você mesmo retratou, do apoio que acaba fortalecendo esses policiais a agirem assim. Você poderia me contar algo sobre isso?

Ana Paula: A muita impunidade. Criminalizam a vítima. Invertem tudo, invertem tudo!! Corporativismo exatamente! Os homens apoiando atitudes dos homens, e mulher também. Infelizmente a guarnição responsável pela morte do Johnatha era uma mulher que liderava, tenente Larissa, uma mulher. Tinha uma mulher à frente comandando a guarnição, sabe? E assim, eu fiquei estarecida porque ela estava grávida quando ela foi na audiência do Johnatha, ela participou da primeira audiência. Se eu não me engano ela estava grávida. É, estava grávida!!

Eu falei, meu Deus do céu!! Onde é que está a mana? Onde é que está essa mulher, gente? Não sei também. Mas assim, a justiça de Deus é o que eu acredito. Tenho fé sim. Às vezes as pessoas perguntam se eu não tenho medo. Mas assim, eu não tenho que me esconder. Eu não fiz nada de errado. Eu só quero justiça. Eu estou pedindo tão pouco. Assim.... eu queria o meu filho de volta! Eu sempre falo que a justiça nunca vai acontecer nem pra mim, nem pra nenhuma mãe que teve o filho assassinado. Porque não vão poder devolver nossos filhos. Então não vai haver justiça pra nós. Mas eu luto pra que outras mães pretas, pobres, moradoras de favela e periférica, tenham o direito de conviver com seus filhos. Eu luto pra que essa impunidade pare.

Sim, porque essa impunidade dá muita força, porque o próprio policial que matou o meu filho tem certeza da impunidade. Porque ele já esteve ali, né? No banco dos réus. Ele já respondeu a processo e viu que nada aconteceu. E o máximo que fizeram foi tirar ele de um lugar e jogar pra outro, né? Como fizeram, ele era da baixada, jogaram ele pra Manguinhos pra estar trabalhando na UPP de Manguinhos. Isso é certeza da impunidade.

Então eu só quero assim, que a minha luta é pra que um dia eles pensem antes de agir. Pensem antes de agir! Pensem e saibam que não podem fazer isso, sabe? Antes de puxarem um gatilho eles pensem duas vezes no que eles podem pagar por aquela atitude daquela atitude de puxar.

Carmen, você perguntou sobre a burocracia, eu te respondo, é horrível!!! Sabe é horrível, é demorada demais, nesses nove anos de luta, porque fez nove anos agora em maio completou nove anos que o meu filho foi assassinado, e nenhuma resposta da justiça!! Eu não fico de braços cruzados não, eu nem tive direito ao luto. Eu não tive direito ao luto porque eu precisei me jogar na luta. Então assim, é difícil pra quem está na luta ter uma resposta.

Imagine pra quem não tem como... condição física, emocional, saúde pra estar na luta porque às vezes criticam muito as mães, porque não estão na luta, mas não pensam, né? Não se colocam no lugar porque não é fácil estar na luta? Não é fácil, hoje eu conto muito com o apoio da minha mãe, da minha família, e assim eu sempre falo, as mães que estão na militância elas precisam também se manter financeiramente. Então se a gente não recebe nada, a gente não tem uma pensão do estado. Quando um policial morre a família recebe uma pensão, né? Mas e quando o policial mata nossos filhos? A gente recebe o quê? Até agora nada, né? A gente não recebe nada. Então, a gente está aí numa luta, travando uma luta muito grande por reparação, né?

Porque a gente vê a reparação como forma de não repetição, esse é o nosso maior desejo, que não se repita. Acho que muitas vezes pro governo ele só sente quando dói no bolso, né? Acho que a gente não está pedindo nada demais não. A gente tá pedindo no mínimo, no mínimo mesmo.

Precisam ser feitas políticas públicas de verdade que atendam não só as mães, mas todas as vítimas da violência do Estado, e é isso, muitas mães que desencadearam várias doenças após perder os seus filhos, muitos traumas, muitas mães perderam seus emprego porque ninguém quer ficar do lado de mulher chorando, sabe? E a gente já não consegue mais se concentrar nas atividades, são muitos traumas, são muitas coisas, a gente não consegue nem médico pra atender, pra entender as causas das nossas doenças como diabetes, pressão alta. Então o sistema de saúde não está preparado pra atender essas mães, essas famílias. Não é só as mães que sofrem, na época minha filha tinha apenas nove anos de idade quando o irmão saiu de casa e não voltou e ela presenciou isso tudo, até hoje a minha filha faz terapia e é do meu bolso porque o governo não paga nada e eu consegui atendimento público pra minha filha. Então é muito difícil porque as mães têm que lidar com a dor dela, a dor de toda uma família que se desestrutura. Sim, e a gente não vê, sabe?

A gente vê, né, muito investimento na na dita Segurança Pública! Sim, sim, a gente está vendo aí o projeto Cidade Integrada. Nada mais é do que uma cópia da UPP, isso mesmo! Está ali no Jacarezinho, a gente viu gente, né, e é isso. Depois de desencadear uma chacina, é tida como a maior chacina do estado do Rio de Janeiro, a chacina do Jacarezinho! Ao invés do governo dar apoio pras famílias das crianças que ficaram órfãs, das mães que estão adoecidas, o governo investe em mais armas e mais opressão e mais militarização, né! E mais controle dos corpos que estão nesses locais, é isso! Então a gente viu agora, né. Acho que não sei quantos fuzis foram dados pra polícia pelo governador... muitos fuzis. Qual o preço de um fuzil, quantos mil!? E o preço da merenda escolar pra um aluno é de setenta centavos, é o que o governo gasta pra merenda escolar de um aluno, setenta centavos uma merenda! Mas se investe muito em armamentos, em blindados tanto os aéreos como terrestres e é isso que infelizmente existe....e uma sociedade que apoia isso.

A mídia quando passa, passa tudo mascarado, passa tudo com a visão de que o espaço de favela é espaço de guerra, todo mundo é suspeito, é bandido! Eu ouvi uma vez alguém falando que a favela é um espaço de crime. Crime não! A gente na favela não é criminoso, a favela não é como se diz, um espaço de criminosos. Ela é sim, criminalizada o tempo todo. O tempo todo! A favela é esse espaço de criminalização das pessoas, né. Mas é isso, não tem investimento em lazer, educação e saúde, sabe. Não tem. Seria muito diferente. Seria muito melhor.

Mas aí é aquilo, né? A competitividade, né. Nossos filhos tem total ehhh como que eu posso dizer? Tem que ter disposição de estar competindo. Sim... sim, tem total condição. Eles tem totalmente. Tem que gerar oportunidade, só que eles não querem a gente, não querem, mas então quando se fala de uma UPP social, eu quero saber o social. Mas o desenho nunca foi! Nunca foi! Vou falar de um outro projeto que é dos Brizolões na época Darcy Ribeiro. Isso aí, que era um projeto maravilhoso, né! Tinha merenda de qualidade onde realmente tinham atividades extracurriculares, mas foi totalmente destruídos. Eles não permitiram

continuar não. Não permitiram. É bem nítido, só não enxerga quem não quer ou quer, né?.

E é isso... Não tem nenhum interesse que os nossos filhos recebam uma educação de qualidade. É isso, vamos estar sempre nos criminalizando, falando que a gente não quer nada, que a gente só sabe se vitimizar, que a gente gosta disso.

Eu lembro que a polícia proibiu o baile funk, eu e o meu amigo, até a Marielle e o Guilherme também, a gente partiu e impedimos, né. Proibição dos bailes? Era a única forma daquela juventude ali... era o baile funk deles, era o momento em que eles se expressavam também. A gente estava mudando as coisas ou não estava fazendo como eles queriam, aí eles acabaram.

A Cidade Integrada, agora entrou uma parte do social, mas só entra, mas só são as próprias instituições, são os cabeças entrando, não tem mais ninguém operacionalizando ali. Eles não querem mais contato com o morador. Eles não querem mais que tenham um projeto, que tenham contato pra gente ouvir as demandas, pra ter diálogo.

Então é o que falei pra você, né... que a gente esteve em Brasília. Eu fui representando as Mães de Manguinhos, as mães do Rio, a Bruna Silva que é uma mãe da Maré, a mãe do Marcos Vinicius. Não sei se você lembra desse caso do menino que foi morto pela polícia civil indo pra escola. A Bruna também foi pra participar dessa audiência lá em Brasília. A gente esteve com o Ministro Dino, né, e também com o Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida. Tivemos com o Ministério da Igualdade Racial. A Defensoria Pública foi também[...].

Então assim, a gente levou várias questões, né, dessa reparação dos familiares, precisa ter reparação imediata sim. Porque no ato em que perdemos nossos filhos perdemos casa, perdemos o emprego, perdemos saúde, então precisamos ser amparadas, isso não dá pra esperar, sabe? E aí a gente vê muita verba sendo direcionada pra Segurança Pública, Segurança Pública que nos mata, nos adoce! Por que não tem verba pras mães? Sete bilhões! Sete bilhões na época de dois mil e doze! Muita coisa!

E aí eles falaram muito, em todos os Ministérios eles levantaram essa questão de que vai ter que voltar com esse projeto Mulheres da Paz. Isso mesmo. Eles estão voltando pro projeto Mulheres da Paz.

Na semana passada agora.... acho que foi quinta-feira se eu não me engano. E aí uma das questões que eu levei foi essa, porque a gente teve em Brasília, tivemos em reuniões com esses três Ministérios e eles falaram muito disso, desses projetos, “Jovem Negro Vivo”, um projeto também que já existia, Jovem Negro Vivo.... E também o Mulheres da Paz. E aí nessa reunião agora da semana passada eu fui e toquei no assunto. Eu falei, tá! Vocês anunciaram esses projetos, né? Que vão estar dentro das favelas, mas quem é que vai estar atuando? Isso aí, sabe? Quem é que vai estar atuando? Porque muitas vezes a gente é linha de frente nos territórios. A gente está na luta. Várias mães precisam ter renda. Trabalhar e receber pelo que fazem. Porque a gente já faz.

Como vai ter um projeto desse e quem vem é de fora? Aí eu levei isso, mas não me responderam ainda não. Muitas vezes os projeto vem pras Associações, pras

lideranças das Associações de Moradores e aí quando a gente vai saber já tem pessoas que nem são do lugar, sabe? Que não tem uma proximidade com as famílias, quem realmente precisa ser atendido, só quem é de dentro conhece os pontos que precisam. E aí são essas pessoas que vão estar trabalhando no projeto. Bom não me responderam até agora não, mas ficou lá na na cabecinha deles!

Trazem os projetos, né, e os projetos às vezes até chegam dentro dos territórios, mas são pessoas alheias às necessidades realmente do que as pessoas do território precisam.

[...]

Segurança Pública não é só caso de polícia, não é, tanto é que não é, que quando aparece a situação da fatalidade, as outras coisas aparecem que é a saúde, que é a educação, que é a parte psicológica, então está integrado ou não está? Está!

[...]

Eles não olham nossos jovens, viu! [...] São os jovens o alvo, né? É o alvo preferido, né? O alvo preferido. O alvo preferido!

[...]

Nós precisamos conhecer mais isso de perto....E convidar as outras amigas, outras pessoas que a gente se solidariza, sem a solidariedade não tem como a gente conhecer também de perto. Qual é a diferença quando conhece de perto? Porque uma coisa é eu ouvi falar, é ler, é eu ver pela televisão. Outra coisa é o olho no olho, ouvir as mulheres! É a gente se somar nessa narrativa, pra gente é fundamental! Eu sempre falo, eu sempre falo Carmen, sabe? E é isso quando eu me disponibilizo a falar conversar, dar entrevista ou estar em algum lugar quando me convidam pra estar numa mesa e tal, é muito com essa perspectiva, pensando nisso, eu sempre falo, essa luta não pode ser só minha não! Essa não pode ser apenas das mães que perderam porque ninguém está livre!! Essa luta não é da Ana Paula, essa luta precisa ser de todos!!!

Não estão matando mais só os adultos, né. Hoje o alvo é o jovem! Mas também quantas mulheres já foram mortas pela dita Segurança Pública, né? Temos aí Cláudia Ferreira arrastada, né? Porque foi confundida com um homem, né? A Cláudia! Porque era uma mulher negra de cabelo curtinho, né?

[...]

Ahh, teve uma coisa também que aconteceu que eu esqueci até de comentar, acho que é importante. Sim. Então, a na época, né, a Marielle conseguiu uma reunião com a CPP que é o Comando Geral de todas as UPPs. Eu não sei se ainda tem, mas na época da morte do Johnatha ficava aqui ali próximo do Complexo do Alemão, ficava próximo da Nova Brasília, da Grotta. O Comando Geral de todas as UPPs e aí ela nem sabia que existia isso, gente! Tem CPP! E aí o cara conseguiu uma reunião lá com o Comando das UPPs pra falar com as mães de vítimas. A Mariele nessa época ela não era vereadora, ela era da comissão. Eu cheguei e fiquei esperando ela na porta, logo em seguida ela chegou. Outras mães também foram. Lembro que na época que o Johnatha foi

morto tiveram várias outras favelas também que estavam acontecendo outras mortes,né, por policiais da UPP. Então ehh lembro que na Nova Brasília também teve um caso. Ehh... a mãe desse desse rapaz também foi. O Johnatha foi assassinado, mais teve esse outro rapaz da Nova Brasília que foi assassinado em abril. Ela (Marielle) levou também um casal, o pai e a mãe, de um menino que a polícia, graças a Deus, não chegou a matar, mas torturaram o menino lá no Chapéu Mangueira ou Babilônia. Então ela levou vários familiares de vítimas pra cobrar respostas dentro do Comando das Unidades de Polícia Pacificadora. Gente, Marielle incomodou muito, só tinha patente alta, era tudo com várias estrelinhas. Ela botou a gente de frente lá, lá de frente com eles. E ficou registrado. Quer dizer, eles não podem dizer que eles não sabem. Eles não podem dizer. Eles sabem de tudo. Eles sabem de tudo!! Eles sabem de tudo!! Tem que ter punição. Esses familiares no mínimo tem que ter o que eles merecem! Tem que ter uma resposta pelo que foi feito com os filhos deles. Precisam de resposta!

Eu lembro que antes de entrar eu falei pra ela de como estava nervosa. Aí ela falou assim: "não precisa ficar nervosa,você não tá sozinha, eu tô aqui!"

Foi pela dor que eu entrei na militância, eu e a minha irmã Patrícia. A gente sempre se incomodou muito, sim, com as injustiças, sabe? E a gente cresceu dentro de uma favela, então o tempo todo, sim, muitas injustiças. A gente sempre conversava sobre isso, mas não sabíamos que iríamos chegar nesse caminho através da dor, né. Assim... a minha irmã também sofre muito até hoje porque o Johnatha foi o primeiro sobrinho, né, dos meus irmãos. Então ele era e ele era amigo, ele era muito agarrado com essa minha irmã, com a Patrícia, né, que é uma das fundadoras do movimento também. E assim, todo ano eles faziam uma viagem juntos que era pro estado do Rio, na casa da comadre da minha irmã. O Johnatha já ficava na expectativa esperando esse momento de viajar com a tia dele porque ele amava cavalo....ele amava cavalo. Ele tinha um sonho desde pequenininho, desde os quatro anos de ter um bom cavalo. Ele falava que queria ter um cavalo. E aqui mesmo pela favela se aparecesse algum cavalo de alguém, ele pedia pra subir. Ele andava assim e a Patrícia falava minha irmã quando ele chegava lá nesse lugar na casa da comadre dela ele já descia do ônibus assim, já procurando os cavalos. E não tinha medo, ele subia, ele empinava, ele empinava o cavalo.

Eu: Depois de tudo que aconteceu, você já pensou em sair de Manguinhos?

Ana Paula: Tenho pensado muito nos últimos dois anos, assim tenho pensado muito nisso. Na época também que aconteceu com o Johnatha pensei e agora essa vontade está bem latente, sabe? Porque é isso, ter outro espaço pra minha filha. Eu sei que em todo lugar existe a violência, mas pra gente que mora dentro da favela é muito pior.

Mas é aquilo, eu tenho a minha casa, é uma casa própria, eu posso até vender, mas o valor que eu conseguir é que pra eu comprar uma casa, mesmo que seja por aqui por perto, eu gostaria de morar aqui nas redondezas, próximo a Manguinhos aqui. Mas não consigo comprar uma casa mesmo aqui por perto. Eu tenho uma casa boa, a minha casa tem quatro quartos grandes, tem três banheiros, tem o terraço, mas não consigo vender ela e comprar uma pelo

mesmo valor. Eu gostaria muito, é o que eu mais queria, não só levar minha filha, mas minha família.

Eu: Ana Paula, não sei, mas imagino como é para você estar no lugar onde tudo aconteceu, viver no lugar do trauma, ter que passar pelo lugar da perda.

Ana Paula: Toda minha vida eu morei lá dentro, agora eu estou morando aqui, em Manguinhos, em uma rua sem saída, então é bem tranquila. E assim, é uma rua que dá acesso direto pra avenida, onde passa os ônibus. Daqui não vejo às vezes o que está acontecendo, quando tem operação lá dentro. Mas fico sabendo porque não para de chegar mensagens aqui, né. Pedido de ajuda. A própria Fátima e minha mãe moram lá dentro. Minha mãe mora lá dentro, sim minha mãe, minha irmã caçula e meu sobrinho, meu sobrinho também tem vinte e um anos, então sempre bate aquele medo e terror de perder mais gente, sabe? Então é isso, por isso que eu falo que eu queria muito ir embora e tirar minha mãe daqui, e que meus sobrinhos fossem juntos.

Porque o morador, ele tem que até pensar na vestimenta, o jovem deve pensar em uma vestimenta, uma forma de descaracterizar o que a polícia pensa, né? Eu tenho uma amiga que ela fala, sabe? Sim, porque assim, se você, assim, o Johnatha adorava fazer reflexo no cabelo. Coisa da idade. Mas até a televisão mostra o MC Cabelinho que está fazendo na novela gente. E eu falava, está lindo filho. Ele gostava de pintar o cabelo, fazer reflexo e tal. Mas é criminalizado. É crime você usar um boné?? Eles sempre vão arrumar uma forma de criminalizar esses jovens, né? Morador da favela. Se gosta de funk, se canta funk. Botam um título, vai ser criminalizado, eles sempre vão arrumar uma desculpa pra te matar, pra te torturar, sabe?

Então a luta é muito grande, ela não começa agora, né? Ela não começa agora. A gente acabou de receber o convite pra participar dos trinta e três anos em memória das mães de Acari. Vai acontecer lá em Acari. Então assim, existe, já desaparecidos sem nenhuma resposta do Estado. Até hoje muitas mães não tem nem o atestado de óbito dos seus filhos. A falta do atestado de óbito impede até que essa mãe, que as famílias recebam algum benefício, alguma pensão, algum benefício porque não tem atestado de óbito, não tem o que comprove que aquela pessoa está morta, entendeu? Então é muito difícil. É tudo muito difícil, não é nada pra amenizar essa dor e a situação em que o Estado nos coloca, né?

[...]

Temos uma bandeira. Isso na verdade foi parte de um projeto. Porque a gente faz um acompanhamento psicológico. A psicóloga Nathália. É no núcleo de atendimento a pessoas vítimas da violência do Estado.

Eu: Mas é do governo esse atendimento?

Ana Paula: Não, é um grupo que se juntou. Conseguiram por um projeto de editais. E aí elas, as psicólogas fazem atendimento tanto em grupo coletivo quanto também individual. E elas hoje também atendem na Baixada Fluminense, então tem psicólogas atendendo lá, as mães da Baixada também. A maioria das mães que eu conheço, que estão na luta são atendidas por esse núcleo. Esse grupo é do Lafise. A psicóloga é a Tânia Coker, é a Audrey, tem outras

psicólogas também que atendem nesse projeto.

[...]

Uma vez na semana aqui em Manguinhos tem esse atendimento. Tem sido feito em grupo com as mães de Manguinhos.

[...]

O bordado fez parte do nosso projeto, né. A gente escreveu e teve o apoio do Fundo Brasil. A gente comprou o material pra cada mãe, cada familiar. Tem tia que são atendidas pelas psicólogas. Toda essa rede recebeu um kit com as coisas pra bordar, pra desenhar e a gente foi fazendo e foi fazendo esses encontros, cada uma ficava bordando o que quisesse ali.

Bordavam as memórias, as lembranças dos filhos, a homenagem ao filho, ficou muito bonito. Ficou muito e a gente foi fazendo e no final a gente fez um encontrão presencial, com café da manhã e tal. E quando acabamos, levamos o tecido grande onde foi colocado todos os bordados de todas as mães ali naquela bandeira. E foi isso aí. O projeto terminou, mas a gente recebeu a reportagem, também foi matéria de uma revista, esqueci o nome agora.

A gente recebeu na nossa rede social várias pessoas bordadeiras profissionais que se disponibilizaram a ensinar pras mães que quisessem, entendeu? Encontrando estratégias e meios de superar a dor, né.

[...]

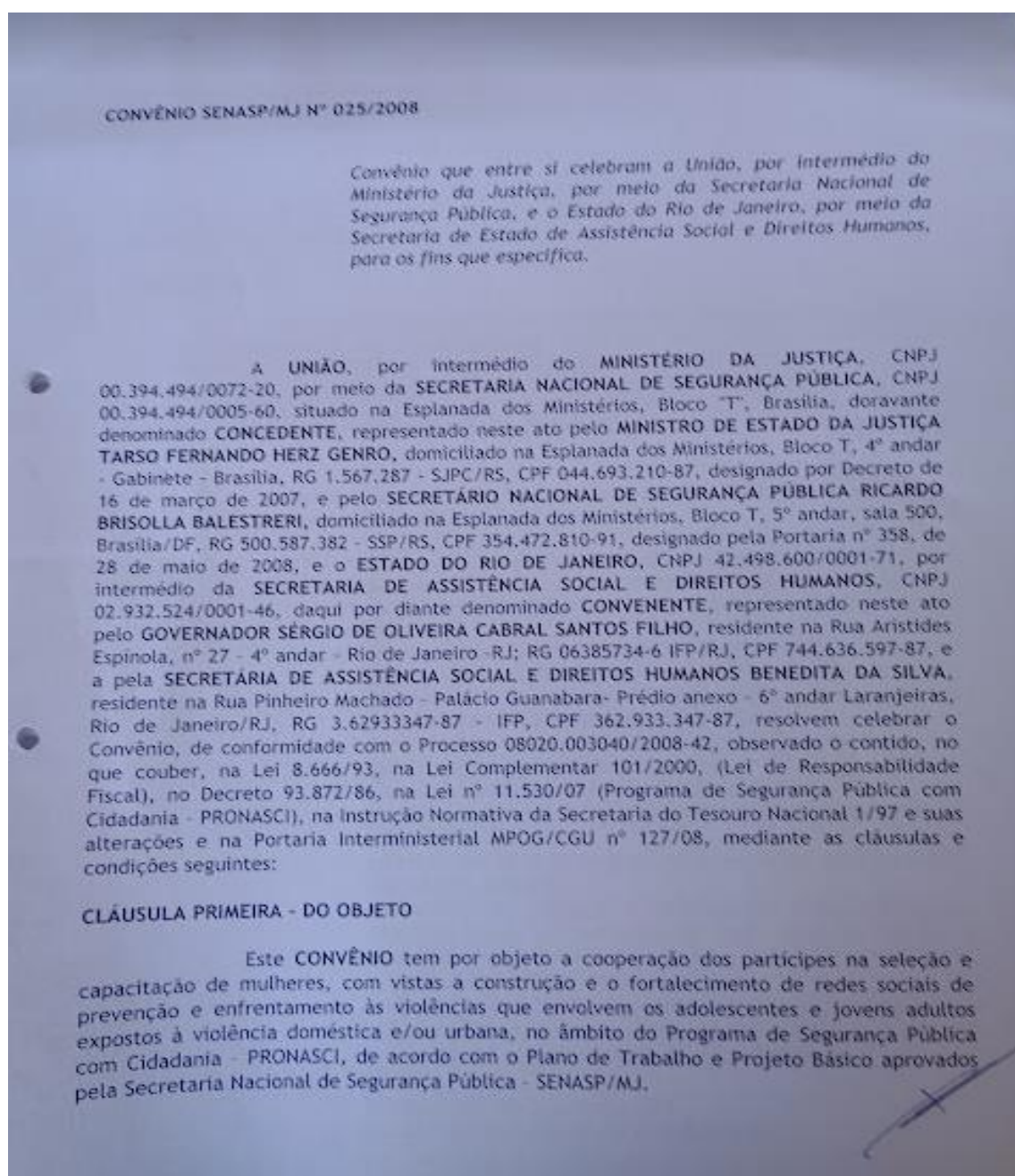
Eu: Ana Paula, eu te agradeço. Sinto-me honrada por ter me concedido entrevista. Por você passar tanta paz. Eu não consigo mensurar o que é perder um filho. Agradeço por você falar do Johnatha.

Ana Paula: Sabe, Carmen, eu acredito muito na força do amor. Sim. Eu acredito nisso, eu acredito sabe? Eu falo, sabe Carmen, aqui dentro de mim eu carrego muita dor. Sim. É uma dor assim que não dá, mas também tem muito amor, sabe? Eu prefiro botar o amor pra fora, sabe? Eu coloco a dor pra fora através do meu choro. Enquanto eu existir vai doer, eu vou sofrer, eu vou sentir, claro. É toda vez que eu falo eu sinto. Mas assim, eu quero muito, eu quero muito expandir esse amor. Sim. Eu carrego o meu filho porque o amor que eu carrego pelo Johnatha é tão grande, tão grande, tão grande que eu preciso compartilhar isso com as pessoas.

É tanto ódio que a gente vive num mundo assim com tanto ódio, com tanto ódio, mas eu também tenho recebido muito amor. Eu tenho recebido muito e eu preciso retribuir isso também. E não é de caso pensado, acontece espontaneamente, quando acontece flui. Eu só tenho a agradecer e pedir a Deus sempre que eu consiga sempre retribuir isso, sabe? Eh e é isso. Eu realmente acredito na força do amor. Sim sim é porque eu preciso ser curada e eu acredito na cura. Cura, de transformação. É por isso que eu falo que é tão importante mesmo a gente mesmo a gente sofrendo, sentindo essa dor falar dela. Porque as pessoas precisam ouvir e sentir e não vai sentir como a gente sente, mas sei lá, tocar de alguma forma o coração das pessoas pra que elas possam refletir, sabe? Sobre a responsabilidade delas, né? Sim. Diante dessa questão da Segurança Pública, do racismo institucional, do racismo estrutural.

Sim. Acho que nós temos responsabilidade e a gente precisa assumir essa responsabilidade, sabe? Eu acho que é isso, eu acho que só assim mesmo que a gente vai conseguir vencer porque eu boto fé. Sim. Após o assassinato do meu filho de alguma forma eu estou conseguindo contribuir, seguir em frente. A gente está somando forças.

**ANEXO A** – Folha inicial do convênio celebrado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP) e a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH)



Fonte: Acervo Documentação CEDIM, 2023

**ANEXO B** – Folha final com assinatura do convênio entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP) e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH)

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processados e julgados originariamente pelo Fórum de Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os **CONCEDENTE** e **CONVENIENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 3 de julho de 2008.

**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**  
Ministro de Estado da Justiça

**SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO**  
Governador do Estado do Rio de Janeiro

**RICARDO BRISOLLA BALESTRERI**  
Secretário Nacional de Segurança Pública

**BENEDITA DA SILVA**  
Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Helen Cristina de A. Cardoso  
Identidade: 1.998.105 - SSP/DF  
CPF: 723.523961-15

Nome: Lílian Gonçalves Pinto  
Identidade: 1.705.533 - SSP/DF  
CPF: 826.846.921-34

Fonte: Acervo Documentação CEDIM, 2023

## **ANEXO C – Organização das Comissões Temáticas e respectivas Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte**

### **I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher**

- a – Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais
- b – Subcomissão dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias
- c – Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais

### **II - Comissão da Organização do Estado**

- a – Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios
- b – Subcomissão dos Estados
- c – Subcomissão dos Municípios e Regiões

### **III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo**

- a – Subcomissão do Poder Legislativo
- b – Subcomissão do Poder Executivo
- c – Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público

### **IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições**

- a – Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos
- b – Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança
- c – Subcomissão da Garantia da Constituição, Reformas e Emendas

### **V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças**

- a – Subcomissão dos Tributos, Participação e Distribuição de Receitas
- b – Subcomissão do Orçamento e Fiscalização Financeira
- c – Subcomissão do Sistema Financeiro

### **VI - Comissão da Ordem Econômica**

- a – Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica
- b – Subcomissão da Questão Urbana e Transporte,
- c – Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária

### **VII - Comissão da Ordem Social**

- a Subcomissão do Direito dos Trabalhadores e Servidores Públicos
- b – Subcomissão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente
- c – Subcomissão dos Negros, Pessoas Deficientes e Minorias

### **VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação**

- a – Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes
- b – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação
- c – Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no portal da Constituição Cidadã. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes)

**ANEXO D – Entidades e Personalidades participantes das Audiências Públicas da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança**

|                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escola Superior de Guerra                              | a) Prof. Ubiratan Borges de Macedo;<br>b) Prof. Roberto Cavalcanti de Albuquerque;<br>c) Prof. Pedro de Oliveira Figueiredo;<br>d) Prof. Paulo Cesar Milani Guimarães                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Núcleo de Estudo Estratégicos da UNICAMP-SP            | a) Prof. Geraldo Lesbat Cavagnari Filho                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Nacional           | a) Pres. Dr. Márcio Thomaz Bastos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Associação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil | a) Pres. Dr. Cyro Vidal                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Policiais Militares                                    | a) Coronel (PM) José Braga Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais;<br>b) Tenente-Coronel (PM) Waltervan Luiz Vieira, Comandante-Geral da Polícia Militar de Goiás;<br>c) Coronel (PM) Mário Nazareno Lopes Rocha, da Polícia Militar do Pará;<br>d) Tenente-Coronel (PM) Silvio Ferreira, da Brigada-Militar do Rio Grande do Sul;<br>e) Coronel (BM) Paulo José Martins dos Santos, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal |
| Conselho de Segurança Nacional                         | a) Coronel Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro;<br>b) Dra. Maria Jovita Wolney Valente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Estado-Maior das Forças Armadas                        | a) General de Brigada, Roberto Pacifico Barbosa;<br>b) General de Brigada, Oswaldo Pereira Gomes;<br>c) Contra-Almirante, Sérgio Tasso Vasquez de Aquino;<br>d) Major-Brigadeiro, Sidney Obino Azambuja                                                                                                                                                                                                                                             |
| Polícia Federal                                        | a) Dr. Romeu Tuma, Diretor-Geral;<br>b) Dr. Vicente Cheleatti, Pres. da Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal;<br>c) Dr. Wilson Alfredo Perpétuo, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal                                                                                                                                                                                                         |

|                           |                                                                                                |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Personalidades Convidadas | a) General do Exército, Euler Bentes Monteiro;<br>b) General de Brigada, Oswaldo Pereira Gomes |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|

---

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no relatório do anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-132.pdf>